

ATA DA 279ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3 Aos dezoito dias de novembro de 2022, às nove horas, realizou-se a ducentésima
4 septuagésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela atual presidente
5 Mariana de Resende Franco que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes
6 os seguintes Conselheiros Titulares: Arlete Alves de Almeida-O Movimento do Graal no
7 Brasil; Elder Carlos Gabrich Júnior-SEDESE; Érica Pereira Alves Beltrame-CMAS/Coronel
8 Fabriciano; Gabriela de Almeida Loiola-Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de
9 Salinas; Grazielle Vieira Cachapuz Machado-CRP; Isac dos Santos Lopes-ASQUIS; Joao
10 Vitor Da Silva Jorge-CMAS/Caeté; Kariny de Amorim Silva-Bem Estar do Menor; Lucas
11 Estevão Ribeiro da Silva -Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula; Ludson
12 Rocha Martins-CRESS; Maria Juanita Godinho Pimenta -Federação das APAES do
13 Estado de Minas Gerais; Mariana de Resende Franco-SEDESE; Marilene Faustino
14 Pereira-FETAEMG; Marinete da Silva Morais-COGEMAS; Silvestre Dias-SEF; Simone
15 Maria da Penha de Oliveira-CMAS/Belo Horizonte. Ainda, os seguintes conselheiros
16 suplentes: Anna Karla Ribeiro Silva-SEAPA; Carla Valéria Soares Vita-Federação das
17 Associações sem fins econômicos de Minas Gerais – FASEMIG; Claudia Cristina Da Silva-
18 CMAS/Uberaba; Crislaine Cristina Nascimento Flauzino-CMAS/Conselheiro Lafaiete;
19 Daniel Martins de Mello Neto-CMAS/Barbacena; Iara da Costa Nogueira Reis-
20 Congregação São João Batista – CSJB; Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi-
21 CMAS/Cordisburgo; Maria Aparecida Bayão-Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH;
22 Mariana Sousa Lopes-SEPLAG; Michelle Andrade Henriques-SEE; Philipe Nunes Vieira
23 e Silva-Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS – FETSUAS; Soraia Vanessa Silva
24 Cruz-SEDESE. Estiveram também os seguintes convidados: Cristiano de Andrade –
25 SEDESE; Rose - SEDESE; Roberta Kelly – SEDESE; Marcela Rodrigues – SEDESE.
26 **PRESIDENTE:** Gravação iniciada? Bom dia conselheiros. Bom dia conselheiras. Vamos
27 dar início a nossa 279ª Plenária Ordinária do CEAS. Vou iniciar a contagem dos presentes.
28 Secretaria Executiva faça o registro, por favor. **ANGELO - CEAS:** Bom dia. Mariana?
29 **PRESIDENTE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Elder? **PRESIDENTE:** Presente. **ANGELO -**
30 **CEAS:** Érica? **PRESIDENTE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Marinete? **MARINETE,**
31 **COGEMAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** João Vitor de Almeida? **PRESIDENTE:**
32 Ausente. A suplente está presente, a Mariana Lopes. **ANGELO - CEAS:** Isso. João Vitor
33 da Silva? **PRESIDENTE:** Ainda não. **ANGELO - CEAS:** Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:**
34 Presente. **ANGELO - CEAS:** Cleuza? **PRESIDENTE:** Cleuza justificou que está ausente
35 por motivo de doença, eu acho. **ANGELO - CEAS:** Arlete? **ARLETE, GRAAL:** Presente.
36 **ANGELO - CEAS:** Gabriela? **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:**
37 Grazielle? **MARIANA:** Ainda não. Ela já chegou? Ok. **ANGELO - CEAS:** Isac? **ISAC,**

38 **ASQUIS:** Ainda não. **ANGELO - CEAS:** Kariny? **KARINY, BEM-ESTAR DO MENOR:**
39 Presente. **ANGELO - CEAS:** Lucas? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
40 **SSVP:** Presente **ANGELO - CEAS:** Ludson? **LUDSON, CRESS:** Ainda não. **ANGELO -**
41 **CEAS:** Juanita? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Presente. **ANGELO - CEAS:**
42 Marilene? **ANGELO - CEAS:** Simone? **SIMONE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Soraya?
43 **SORAYA, SEDESE:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Daniel? **ANGELO - CEAS:** Mariana
44 Souza? **MARIANA:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Cláudia? Michele? Ana Carla? Carla?
45 Crislaine? **CRISLAINE, CMAS CONSELHEIRO LAFAIETE:** Presente. **ANGELO - CEAS:**
46 Philipe? **PHILIFE, FETSUAS:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Leandro? **LEANDRO, ID**
47 **BRASILEIRO:** Presente. **ANGELO - CEAS:** Rodrigo? Cinara? Iara? **IARA, CSJB:**
48 Presente. **ANGELO - CEAS:** Maria Aparecida Baião? **PRESIDENTE:** Ainda não.
49 **ANGELO - CEAS:** Jacqueline? Pronto. Nós temos 11 titulares e 6 suplentes. Justificativa
50 de ausência. Gabriele Sabina, férias; Lígia, trabalho; Elisa, trabalho; Magna, trabalho;
51 Vinícius, trabalho; Sandra Regina, trabalho. **PRESIDENTE:** Onze titulares e quantos
52 suplentes em condição de titularidade? Dois. Já temos quórum para dar início. Já temos
53 mais uma conselheira, então já temos 14 conselheiros em condição de titularidade. Vamos
54 dar início à plenária. Vocês podem colocar a pauta na tela, por favor. De acordo com a
55 nossa proposta de pauta enviada para os conselheiros, realizada a menção dos
56 presentes, conferido o quórum para a instalação da plenária, feitas as justificativas de
57 ausências, passamos para a apreciação da ata da plenária do mês de outubro. A ata foi
58 encaminhada no e-mail dos conselheiros. Podemos aprovar a ata da reunião passada?
59 Algum conselheiro tem algum destaque para fazer sobre a ata da plenária de outubro?
60 **ARLETE, GRAAL:** Eu não li a ata. A Sirlene nos informou que ela foi colocada em
61 circulação, me parece, na terça à tarde. **SIRLENE - CEAS:** Terça-feira. **ARLETE, GRAAL:**
62 E admito que não li porque eu já estava em viagem. **SIRLENE - CEAS:** Nós recebemos a
63 ata nesse dia e enviamos nesse mesmo dia, então a empresa que faz a degravação é que
64 atrasou com a gente. **PRESIDENTE:** Pergunto à plenária: vocês querem deixar a
65 aprovação dessa ata para a reunião de dezembro? Sim? Ok. Passando para a aprovação
66 da pauta. A pauta que foi encaminhada para o e-mail dos conselheiros, discutida na Mesa
67 Diretora ontem está da seguinte forma: Início da reunião a partir de agora, com os
68 informes. 1º ponto de deliberação – Reordenamento dos CREAS Regionais conforme
69 solicitação da SEDESE, pactuação realizada na CIB. 2º ponto de deliberação – Censo
70 SUAS do Conselho. Intervalo para o almoço. Após o almoço. Deliberação da prestação
71 de contas e plano de aplicação do 3º trimestre que foi iniciado na reunião de Comissão
72 Conjunta de ontem. Após, apresentação de relatório PAS/BARRAGEM da Barragem de
73 CGH Bonfim, do Conselheiro Elder. Em seguida, apresentação de relatório de vistas do
74 Conselheiro Elder. Em seguida, relato das comissões e dos grupos de trabalho. Pergunto

75 à plenária: podemos aprovar essa proposta de pauta? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
76 Eu proponho alteração de pauta, que a prestação de contas suba para o primeiro,
77 considerando que a gente não terminou a análise ontem e que as ideias, as questões
78 ainda estão frescas para a gente dar continuidade. Eu proponho que a prestação de
79 contas entre após os informes ali. **PRESIDENTE:** Ok. A plenária está de acordo? Sim?
80 Secretaria Executiva, coloque como primeiro ponto de deliberação antes do
81 reordenamento dos CREAS a apresentação da prestação de contas. Conselheiro Lucas
82 quer falar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu queria, que seja
83 nos informes ou que seja como ponto de pauta, sobre com está o status da alteração do
84 decreto do governador. **PRESIDENTE:** Isso foi falado na Mesa Diretora. Vai entrar nos
85 informes da sociedade civil ali também. Vai entrar agora como informes. Mais algum
86 conselheiro tem destaque? Conforme acordado agora em plenária, essa é a pauta que a
87 gente dá início a partir de agora. Começando pelos pontos de informes, primeiro vou pedir
88 à Secretaria Executiva fazer os informes e depois eu passo para os informes da sociedade
89 civil, do COGEMAS e da SEDESE. Conselheiros, a pedido aqui, questão de ordem.
90 Conselheiros que aprovam a pauta manifestem com o crachá. Algum conselheiro reprova?
91 Algum conselheiro se abstém? Pauta aprovada. Secretaria Executiva dá início aos
92 informes. **SIRLENE - CEAS:** Bom dia. O primeiro informe da pauta é a reunião que
93 aconteceu no dia 3 de novembro na Cidade Administrativa com o Conselho Nacional de
94 Assistência Social, o CEAS, e o Conselho Municipal Social de Betim, na parte da tarde, e
95 Virgem da Lapa na parte da manhã. A reunião de Virgem da Lapa nós contamos somente
96 com a presença do presidente do conselho municipal, representante da sociedade civil.
97 Foi relatado por ele, na verdade a denúncia quando chegou ao conselho nacional, quem
98 fez a denúncia foi o próprio presidente do conselho, mas na época ele não estava como
99 presidente do conselho. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Sirlene,
100 só uma correção. Nós não temos informações de quem foi o denunciante. Lembrando que
101 a ata é pública, então a gente precisa preservar os dados dos denunciantes. **SIRLENE -**
102 **CEAS:** Ok. Desculpa. A reunião se baseou, o presidente relatou o que estava
103 acontecendo no Conselho Municipal de Assistência Social. A equipe técnica, juntamente
104 com os conselheiros, passou orientações de como deveria acontecer os procedimentos
105 da Secretaria Executiva, da plenária, dos procedimentos do conselho do município. Ficou
106 acordado que ele voltaria ao município. Entraria em contato com a gestão novamente e
107 retornaria para o CEAS. Não é, Paula? Você quer acrescentar alguma coisa? **PAULA:**
108 Ficou para ele retornar. Enviamos várias orientações. Ele foi chamado novamente para
109 estar no terceiro apoio técnico para trazer desta vez todo o conselho. Já mandei todos os
110 dados para ele e as normativas. Ele tem recorrido com frequência para várias orientações,
111 mas nós ficamos também o principal já agendaram uma nova reunião preferencialmente

112 lá com toda a equipe do conselho, gestão, assessoria jurídica para estar ver as
113 irregularidades que foram identificadas na lei e no funcionamento realmente do conselho.
114 E tinha duas questões nessa denúncia, que uma era a irregularidade na prestação de
115 contas de 2014, que nós não conseguimos identificar onde estava por todos os sistemas
116 disponíveis mesmo lá com apoio do DGFEAS, da SEDESE, nós não identificamos. Como
117 era um recurso federal e estando presente duas representantes do nacional, nós
118 devolvemos para eles. Então ficou acordado que a questão do recurso federal seria
119 tratada pelo conselho nacional e nós ficaremos com o apoio que é o funcionamento do
120 conselho e a questão das normativas da regularização lá do funcionamento. E isso a gente
121 está aguardando, então a gente está com esse convite e nós estamos ainda por agendar
122 essa reunião porque são muitas as agendas. Ontem até verificamos isso na Comissão de
123 Apoio. O Philipe até falou que tem uma disponibilidade, mas com a intervenção da
124 SEDESE que ele tem aquela dificuldade mesmo de liberação pela gestão. Se conseguir
125 essa deliberação ele até se dispõe a ir, mas a gente abre também inclusive para os demais
126 conselheiros. Inclusive aos que estiverem presentes no momento e tiverem mais facilidade
127 também. Lucas, que ótimo, então a gente já fica nesse aguardo porque são muitas
128 demandas mesmo. É isso. **PRESIDENTE:** Só uma pergunta porque a gente está tratando
129 isso como informe, na Comissão de Apoio então vocês deram continuidade nos
130 encaminhamentos? **PAULA:** Sim, mas não vai ser um ponto. Não vai vir como ponto de
131 pauta. **PRESIDENTE:** Ok. Mas aí para a comissão realizar o agendamento e dar
132 continuidade aos contatos conforme o que foi acordado? **PAULA:** Sim. **PHILIPPE,**
133 **FETSUAS:** Exatamente. Como este em tratamento ainda, nós vamos trazer como ponto
134 de pauta não. **PRESIDENTE:** Tranquilo. Só para esclarecer. **SIRLENE - CEAS:** No
135 mesmo dia a gente teve continuidade da reunião na parte da tarde com o Conselho
136 Municipal de Betim. Estiveram presentes a Giovana e a Sandra, representantes do CNAS.
137 Do conselho estadual, o Lucas, Érica e Soraia, como conselheiros e a Mariana. E o
138 Conselho Municipal de Assistência Social, o André, que é o presidente do conselho.
139 Juliane, que é representante da sociedade civil. E Márcia Alvas que está como secretária
140 executiva interina do conselho. E da Secretaria Executiva, eu e a Paula, Sirlene e Paula.
141 A princípio, o CNAS explicou o porquê tinha solicitado essa reunião, que nessa nova
142 gestão do conselho nacional eles viram que tinha muitas denúncias paradas no conselho
143 nacional e eles fizeram uma seleção dessas demandas represadas que estavam no
144 conselho, dividiu para os conselheiros de acordo com as regiões. Essa Giovana que veio,
145 ela é do Espírito Santo e a Sandra de Minas Gerais, da região Sudeste. Elas explicaram
146 por que a demanda veio agora porque a demanda é bem mais antiga, mas a partir desse
147 movimento que eles fizeram para tratar essas demandas represadas, ela veio somente
148 agora para o estado. A Sandra solicitou ao CEAS que explicasse o que é que o CEAS já

149 tinha feito em relação a essa denúncia para poder dar uma geral. A Soraya explicou o que
150 tinha sido realizado nessa denúncia. Eu acho que não preciso entrar no que foi feito a
151 denúncia não porque ela já foi tratada aqui em outros assuntos. O André que é o
152 presidente do CMAS, ele explicou que as informações que estavam no CadSUAS não
153 estavam corretas. A Márcia também concordou falando que as informações também não
154 estavam de acordo com o que deveria estar no CadSUAS, por isso estava dando a
155 divergência das equipes dos CRAS, dos CREAS dos equipamentos. Feito isso, a Soraia
156 também apontou a denúncia item por item. Ela apontou novamente na reunião. O Lucas
157 também falou sobre a terceirização dos profissionais, a violação do princípio da
158 continuidade dos serviços. Explicou que o CMAS não fez análise da resposta que a
159 secretaria encaminhou, que o CEAS encaminhou também. Nós fizemos vários ofícios ao
160 conselho municipal e não tivemos retorno em nenhum momento, dos ofícios
161 encaminhados. A conversa se baseou um pouco nisso. E nos encaminhamentos o CMAS
162 ficou de responder o ofício ao CEAS, mas que até a presente data nós não tivemos retorno
163 ainda. E a orientação que teve foi a indicação para que a gestão regularizasse a equipe
164 técnica dos equipamentos de serviços socioassistenciais, que ela ia procurar saber quanto
165 tempo que ela ia precisar para fazer essa regularização da situação e qual expectativa
166 para normalizar essa situação. Mais alguma coisa? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
167 **CURVELO - SSVP:** Eu gostaria só de sugerir que fosse reiterado o pedido de
168 manifestação por escrito do conselho a respeito do ofício encaminhado pela Secretaria
169 Municipal de Assistência. **PRESIDENTE:** Ok. Já está nos encaminhamentos da comissão
170 que vão ser apresentados ou já vão ser dados os encaminhamentos na parte da tarde.
171 Ou vocês querem falar desse ponto agora? Pode falar. Fica registrado que a Comissão
172 de Política já está dando os encaminhamentos. Próximo informe da audiência pública.
173 **SIRLENE - CEAS:** Eu posso falar do apoio técnico e depois passa para o... Pode ser? Só
174 para dar continuidade. Quanto ao apoio técnico realizado no dia 26 e 27 de outubro, nós
175 tivemos a palestrante Juanita e o Lucas como palestrante do conselho. A Secretaria
176 Executiva elaborou o relatório baseado na... Nós fizemos um formulário e encaminhamos
177 para os participantes solicitando algumas informações em relação ao apoio técnico. Diante
178 disso, nós fizemos esse relatório e encaminhamos para todos os conselheiros. Espero
179 que tenham visto. No relatório, vou falar bem sintético aqui. Nós tivemos no primeiro apoio
180 técnico, que foi dia 26, o Lucas que foi o palestrante. Nós tivemos 94 inscrições que
181 realizaram check-in no Sympla 58 pessoas. Tivemos presenças de representantes dos
182 conselhos municipais, representantes das secretarias municipais e do jurídico. E nos dois
183 apoios técnicos a maior parte dos representantes foi da Secretaria Municipal de
184 Assistência Social. Nesse relatório a gente fala da representatividade qual que foi, que no
185 caso aqui foi a secretaria. Nós perguntamos como que avalia o conteúdo ministrado

186 durante o apoio técnico também 60% dos participantes avaliaram que foi ótimo. Avaliaram
187 a metodologia também, 72% avaliaram que foi ótimo. Perguntamos também se eles
188 acharam interessante utilizar essa metodologia para outros temas. Eles também
189 concordaram que sim, 92% falaram que essa metodologia facilitou muito a participação e
190 aprendizagem deles. E de uma maneira geral como avaliação das atividades do apoio
191 técnico também tivemos 60% de avaliação dos participantes. Tivemos algumas sugestões
192 de aprimoramento porque a gente fez uma pergunta aberta. Do primeiro apoio técnico eles
193 solicitaram uma mesa redonda para práticas CMAS, estudo de caso, caso de sucesso.
194 Destacaram que a mediação foi excelente, muito capacitado o responsável pela
195 intervenção. Agradeceram pelo aprendizado. Deram parabéns aos envolvidos.
196 Parabenizaram e agradeceram todo o apoio. Excelente o apoio técnico. Uns falaram que
197 acharam que o tema poderia ser dividido em blocos para poder facilitar o aprendizado.
198 Sugeriram que tivesse mais capacitações, porém de forma presencial. Falaram também
199 que gostaram da metodologia aplicada e alguns não sugeriram nada. Na conclusão, a
200 Secretaria Executiva que avaliou que, de acordo com o que foi proposto, tivemos um
201 retorno efetivo daquilo que foi proposto pelo grupo. No segundo apoio técnico nós tivemos
202 98 inscritos e 67 realizaram check-in. Nós perguntamos também avaliação dos dois, a
203 representatividade também é a gestão municipal que teve mais participação. O conteúdo
204 ministrado também 62% acharam ótimo. A metodologia também 58% também acharam
205 ótima. Se a metodologia deveria ser utilizada 100%. Eles gostaram da metodologia do
206 apoio técnico. E de maneira geral 62% também acharam ótimo. Tivemos nada a comentar.
207 Pediram o material por e-mail e foi muito válido. E falaram que precisavam muito dessas
208 orientações. Sugeriram que tenha com mais frequência para que alcance mais
209 profissionais e membros de outros conselhos. Considerar esse apoio técnico para
210 iniciantes de avançado. E a conclusão também da Secretaria Executiva achamos que o
211 apoio técnico teve sua efetividade de acordo com o que foi proposto. Vai acontecer agora
212 em novembro, no dia 23 e 25, o terceiro e quarto apoio técnico. Os palestrantes serão
213 Grazielle e o Ludson. Todos estão convidados. Nós vamos colocar no grupo. Todos estão
214 convidados a participar desse apoio técnico. Vai ser na parte da manhã, das 9h às 12h. O
215 próximo ponto de pauta, se alguém quiser fazer algum comentário. O próximo ponto de
216 pauta é sobre a audiência pública. Aí eu gostaria que quem participou pudesse fazer, por
217 favor. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Eu vou fazer e quem estava lá junto conosco
218 fique à vontade também para contribuir, principalmente a Simone que foi a nossa relatora.
219 Eu vou fazer o relato do primeiro dia. Do segundo dia foi ela quem foi representando o
220 grupo. Nós tivemos lá vários colegas conselheiros da sociedade civil e do conselho
221 também. Estavam presentes técnicos da SEDESE. O grupo foi dividido em dois:
222 assistência social e segurança alimentar. O nosso grupo era maior. Tinha conselheiros do

223 CMAS de Belo Horizonte também. Nós apresentamos as 7 propostas deliberadas aqui no
224 conselho e uma que foi apresentada pelo CMAS de BH que é a questão da vinculação de
225 recursos do FEM exclusivamente para a assistência social. Foram 8 sugestões em um
226 todo. E a Simone fez a relatoria no dia 11. Simone, se você quiser fazer alguma
227 consideração. Não, é só isso mesmo. **simONE:** Bom dia a todos e todas. Eu fui a relatora
228 no dia 11. Eu fiz uma apresentação de todo o material das 8 propostas. Li um documento
229 que a gente criou e até trouxe para o pessoal que fiquei bem entusiasmada que eles
230 aceitaram o tempo de fala. Eu consegui trazer tudo. As propostas eram 8. O nosso grupo
231 foi o único grupo que teve mais pessoas mesmo. Tinha grupo lá que tinha uma pessoa,
232 então isso deu uma visibilidade muito boa para a gente. Alguns secretários já
233 responderam, pediram telefone de contato e dizendo que vão avaliar com mais carinho e
234 que trariam um retorno positivo, apesar de que eu não acredito. Eu tenho um pé atrás,
235 mas foi muito produtivo. Agora é aguardar mesmo. Eu estou bem confiante. Vamos
236 embora para ver se vai dar certo. É isso. **PRESIDENTE:** Antes de passar para o
237 COGEMAS, eu só registrei aqui para fazer um informe porque ontem, na reunião da Mesa
238 Diretora, esse mês apareceu uma denúncia ao longo do mês. E ontem tinha mais duas
239 para serem distribuídas. E na Mesa Diretora nós acordamos de distribuir para outras
240 comissões além da Comissão de Política porque a Comissão de Política estava já com
241 denúncias em andamento, e estava mais sobrecarregada. E as outras comissões teriam
242 mais disponibilidade. Só para registrar, a Comissão de Orçamento assumiu uma denúncia,
243 a de Monitoramento uma e a de Normas outra. Para ficar registrado aqui mesmo e, na
244 parte da tarde quando a gente for falar das comissões, a gente traz o encaminhamento.
245 Os informes da SEDESE a gente encaminhou no grupo, do COGEMAS também, mas eu
246 vou passar a palavra para o COGEMAS, se quiser. **MARINETE, COGEMAS:** Eu já
247 disponibilizei os informes do COGEMAS no grupo. Só queria reforçar os atendimentos da
248 Secretaria Executiva. Total 508, dos municípios 206. Lembrar que o COGEMAS ampliou
249 muito o número de municípios atendidos, bem como os municípios associados. Dá uma
250 média de 27 atendimento/dia. Formatação e publicação de 3 informes nos grupos e
251 páginas oficiais do colegiado. Participação no grupo temático assistência social na revisão
252 do PPAG 2023 na assembleia nos dias 3 e 11. Participação do COGEMAS em audiência
253 pública na Câmara dos Deputados no dia 9, cuja pauta foi a recomposição do orçamento
254 e a urgência de aprovar a PEC 383 de 2017. E nós já estamos em processo de
255 organização do 5º Encontro Mineiro do COGEMAS a ser realizado na primeira quinzena
256 de dezembro. E a gente está definindo a data e certamente será na PUC. **ARLETE,**
257 **GRAAL:** Como informado no mês passado, eu recebi um telefonema da Dra. Cláudia
258 Amaral, do Ministério Público, falando da denúncia que nós encaminhamos em janeiro. E
259 essa denúncia seguiu com a minha assinatura enquanto presidenta interina. E essa

260 denúncia tratava sobre o decreto 42.332/2021, no qual esse decreto abordava lá alguns
261 pontos e o que mais nos surpreendeu foi... Diz o decreto seria a submissão do CEAS à
262 SEDESE. Fomos todos pegos e pegas de surpresa porque na data que esse decreto
263 apareceu, porque ele não nos foi apresentado, foi exatamente no dia que findava o
264 mandato dos conselheiros e conselheiras do pleito passado, e nós estávamos acabando
265 de assumir. E só tomamos conhecimento desse decreto porque um conselheiro,
266 representante de Cáritas, fazendo uma pesquisa lá na Internet, ele se surpreendeu, pediu
267 a fala e nos informou sobre. À época ficamos todos e todas, estarecidos e estarecidas,
268 e a nossa Presidenta Mariana, que também tinha acabado de ser eleita, nos informou que
269 ela também não tinha conhecimento do decreto. E isso nos surpreendeu mais ainda
270 porque chegava até nós um decreto do qual, a nossa representante do governo, a
271 presidenta não tinha conhecimento. Em função disso, a mesa que havia acabado de ser
272 eleita decidiu por fazer denúncia pela falta de respeito para com o CEAS, para o não
273 reconhecimento dessa equipe que trabalha pela efetivação com qualidade das políticas
274 públicas da assistência social. A qual, por meio desse decreto, naquele momento tornava
275 quase sem validade visto que as decisões tomadas por esse pleito, pelo teor do decreto,
276 elas teriam ou não validade desde que a SEDESE desse a sua confirmação ou não. O
277 nosso entendimento é que esse decreto continua em vigor, sendo assim precisamos
278 também pensar qual é de fato a função do CEAS. E a gente sempre solicitou o retorno
279 dos ofícios encaminhados e nunca o tivemos. E nesse período foi se apaziguando alguns
280 pontos desse decreto, como o Lucas também colocou aqui na presença da Dra. Cláudia
281 Amaral, e também estavam presentes a Grazielle, Lucas. Quem mais estava? A Marilene,
282 Carla Valéria e Isac. Tanto tempo passado, no mês passado, às vésperas da nossa
283 reunião, eu recebo um telefonema da Dra. Cláudia. E ela dizia assim: “Olha, aqui é do
284 Ministério Público. É a Dra. Cláudia Amaral. E a gente está convidando para que a senhora
285 compareça aqui para tratar acerca de uma denúncia feita pela senhora.” Me surpreendi.
286 Falei: “Não. Eu não fiz denúncia nenhuma. Eu gostaria de saber que denúncia é essa.” Aí
287 ela disse: “Não. É uma denúncia do decreto tal.” Falei: “Não. A denúncia não é minha. A
288 denúncia é do CEAS. Eu assinei enquanto presidenta interina, portanto me nego a
289 comparecer sozinha e eu só compareço para tratar dessa pauta junto com os meus pares.”
290 Tanto que ela repetiu isso aqui. Ela falou que se surpreendeu e achou muito interessante
291 quando eu coloquei o não bem redondinho e que só participaria em companhia dos meus
292 pares. E ela propunha que a gente fizesse a reunião, segundo ela também, ela já tinha
293 tido uma conversa com Sirlene, que já tinha dito que a situação já estava encaminhada e
294 que sugeria que se arquivasse. E ela disse “Não.” Para resolver essa situação nós
295 precisamos ouvir a d. Arlete, foi o que ela me disse. E eu disse a ela: “Não vou sozinha
296 porque a denúncia não é minha. É do CEAS.” E ela me disse assim: “Olha, até a eleição

297 eu vou estar assoberbada de trabalho porque eu estou nesse processo de
298 acompanhamento, mas você pode sugerir uma data.” E eu disse: “Teremos reuniões
299 amanhã e depois. Vou colocar para meus pares e a gente propõe uma data.” E aqui nós
300 encontramos coincidentemente quando eu cheguei, a Sirlene me colocou a par que tinha
301 tido esse telefonema. Me passou o número e fiquei aguardando passar as eleições. Ao
302 passar, fiz contato imediato com a Dra. Cláudia, com sugestão de duas datas que a gente
303 havia conversado aqui com a sociedade civil. E ficou marcada a reunião para o dia 16,
304 que foi antes de ontem. Passei para a Sirlene. Pedi que ela redigisse o ofício. Coloquei o
305 convite a nossa Presidente Mariana que não pode comparecer, infelizmente a gente nem
306 tem a justificativa ainda, e a doutora esteve conosco. Ela parabenizou a nossa iniciativa e
307 disse que tem que ser assim mesmo porque o papel do Ministério Público é promover a
308 justiça. É o papel do promotor e da promotora. E que por isso o fato de nós estarmos nos
309 sentindo um pouco desamparados para tratar dessas questões, temos que recorrer a esse
310 órgão que é função dele trazer para nós essas informações da legalidade ou não de uma
311 situação como essa ou outras parecidas, ou talvez nem tão parecidas, mas que precisam
312 do apoio. No decorrer da conversa nós fomos colocando das nossas dificuldades, do
313 excesso das agendas, considerando o período de pandemia. Do tanto que somos
314 demandados, mas que a gente tem muita insegurança em determinadas pautas. E que
315 nós às vezes seguimos mesmo pela recomendação do governo que nós entendemos e
316 acreditamos na seriedade, e que jamais traria para nós enquanto leigos e leigas, uma
317 pauta que a gente não tenha a condição de imediatamente fazer a análise. E a gente
318 acompanha as recomendações do governo porque entendemos que estamos falando para
319 o bem comum e coletivo. Ainda, durante essa conversa, ela ia nos orientando, ia também
320 intervindo, fazendo uma escuta também muito educada e a gente foi se colocando. O
321 Lucas trouxe, do ponto de vista legal, jurídico, alguns pontos que a gente foi percebendo
322 nesse decreto e, como ele continuou em vigor, nós estamos preocupados e preocupadas
323 com tudo que temos aprovado ou não nesse pleno desde o dia 20 de dezembro de 2021.
324 2020 não é? Mas a nota saiu em janeiro de 2021, de 22. O que ela nos disse ao concluir
325 a conversa? Que vai acompanhar, sim. Que vai continuar nos ouvindo. Que vai ouvir o
326 governo. Que vai saber como que está o andamento do ofício que nós enviamos. E nós a
327 convidamos, enquanto representação do Ministério Público, para ter uma presença física
328 sempre que puder nesse pleno. Até para nos orientar em decisões que precisamos tomar
329 e que às vezes nós ficamos um pouco inseguras e inseguros. Ela aceitou de bom-grado.
330 Parabenizou mais uma vez pela iniciativa do convite a quem de fato pode nos orientar. E
331 nós nos comprometemos a enviar a agenda das reuniões do CEAS para o Ministério
332 Público, para termos esse acompanhamento. De modo geral foi isso. E eu passo para
333 mais pessoas, conselheiros e conselheiras, que estiveram presentes, de forma que

334 possam também explicar qual foi o sentimento, como que isso se deu, inclusive completar
335 minha fala. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Primeiro eu queria parabenizar em nome
336 de todos os conselheiros aqui, a d. Arlete, pela colocação, pela representatividade, falar
337 do orgulho de ser conselheira representando a sociedade civil porque é impressionante
338 aqui. Nenhum de nós conselheiros representamos, respondemos pelo CEAS. O CEAS é
339 uma instituição e é ele que responde por ele mesmo. Dona Arlete foi muito sábia quando
340 ela falou: “Não. Eu não fiz denúncia. Quem fez foi o CEAS.” E da mesma forma que a d.
341 Arlete teve essa resposta, a Secretaria Executiva também não pode responder pelo
342 CEAS, no sentido de arquivar sem antes trazer isso para o plenário para que essa decisão
343 seja tomada pelo plenário. Quem nos representa aqui é a presidente, na sua ausência, a
344 vice, mas representa considerando as deliberações desse pleno. As deliberações que são
345 feitas pelo coletivo e ganha quem tiver maioria de votos aqui, mesmo não concordando, a
346 gente tem que respeitar as decisões que são tomadas. Eu me sinto muito representada
347 pela fala da d. Arlete. Essa é uma questão que eu gostaria de colocar. E outra coisa
348 também, quando eu estou em outro lugar representando, quando eu estou lá na
349 assembleia representando esse colegiado, eu não posso colocar uma questão que eu
350 entendo que o orçamento é melhor. Eu tenho que levar as questões que foram deliberadas
351 nesse conselho. Porque lá eu sou o CEAS, mas carrego uma representação daqui. Se
352 algum deputado ou se algum secretário pedir o meu contato, o contato é do CEAS, que
353 deve ser tratado na Secretaria Executiva. E a Secretaria Executiva que articule com o
354 conselheiro que pode atender, alguém que pode dar a resposta porque este CEAS é uma
355 instituição. A gente tem que ficar muito atento porque a gente não pode falar pelo CEAS
356 nos lugares onde a gente está, exceto quando a gente tem autoridade desse conselho
357 para fazê-lo. Isso é uma coisa. A outra coisa, d. Arlete, o convite para o Ministério Público
358 estar aqui foi ótimo, então eu já peço aqui que a gente já delibere por um ofício desse
359 conselho convidando formalmente, reiterando o convite feito na reunião agendada,
360 oficializando o convite e encaminhando a nossa agenda mensal para que ele se organize.
361 Os conselheiros aqui, se tiver algum conselheiro de outras datas, nós sempre tivemos
362 alguém do Ministério Público aqui acompanhando as nossas pautas há tempos atrás. Isso
363 era bastante interessante porque as coisas tinham um encaminhamento muito célere,
364 então às vezes a gente pulava etapas nesse sentido. Era isso que gostaria de falar. Muito
365 bom. **SIRLENE - CEAS:** Só deixar registrado aqui que em nenhum momento eu falei para
366 arquivar o processo, não. A senhora vai me desculpar, mas houve uma falha de
367 comunicação da secretária com a promotora. Eu falei que o assunto estava sendo tratado
368 pelo conselho, mas em nenhum momento eu falei que ele tinha que ser arquivado. Quero
369 deixar isso registrado. Como disse a Juanita, eu não tenho essa autoridade e nem
370 competência para fazer isso. **PRESIDENTE:** Encerramos os informes? **SIRLENE - CEAS:**

371 Sim. Encerramos. **PRESIDENTE:** Então dando início ao primeiro ponto de pauta para
372 deliberação. Vamos continuar a apresentação da prestação de contas que a gente iniciou
373 ontem. Ficaram faltando, acho, três ações para a gente discutir aqui na plenária e dar o
374 encaminhamento. Correto? Vou pedir à SEDESE para dar continuidade de onde paramos
375 e a comissão também para fazer a apresentação da análise. A próxima ação é a 4133?
376 **ROBERTA:** Bom dia. Dando continuidade à apresentação de ontem, em relação à ação
377 4133 – O valor executado no trimestre foi R\$ 124.831,37. O que se referiu a 44% do
378 orçamento total alocado na ação. Sendo que a meta física executada foram 6 reuniões.
379 Eu queria saber se alguém gostaria de complementar alguma coisa. Sirlene, como
380 Secretária Executiva? Se a comissão quiser se manifestar, por favor. **MARIA JUANITA,**
381 **FEAPAES/MG:** Essa ação de apoio ao controle social, ela está prevista na LOA. Como a
382 Roberta disse, 34 reuniões plenárias no valor de R\$ 119.400,00. Fonte de recurso 56 do
383 governo federal. Fundo Nacional de Assistência Social. Aqui estão as reuniões da CIB e
384 do CEAS. De acordo com o plano de aplicação financeira o que foi previsto foi executado.
385 Essa ação consta no Plano Estadual de Assistência, então não tem nenhuma questão
386 com relação à execução. Aqui tem uma justificativa nessa ação que as reuniões da CIB
387 ocorreram de forma virtual, que não teve impacto financeiro e possibilitou uma maior
388 participação de municípios na reunião. Considerando isso, a comissão recomenda a esse
389 plenário que reitere que o CEAS apresente a proposta de reativar o apoio aos fóruns e
390 URCMAS, e que os encontros iniciem no primeiro trimestre de 2023. Isso já foi deliberado
391 aqui. A gente já sabe que a comissão já está trabalhando com relação a isso, mas como
392 ainda não tem nenhuma apresentação, essa comissão reitera essa necessidade do CEAS
393 apresentar essa proposta de articular os fóruns e URCMAS. Comissão, se alguém quiser
394 colocar alguma questão. E a outra questão também é que o CEAS planeje uma
395 capacitação para os servidores da Secretaria Executiva no início do ano que vem. A gente
396 sabe que a Secretaria Executiva, como todos os trabalhadores do SUAS precisam de
397 qualificação profissional de forma continuada, então a gente não pode esquecer que eles
398 são trabalhadores do SUAS. Um conselho qualificado significa que eles também precisam
399 estar qualificados para exercer. Não que não estejam, mas a capacitação é sempre
400 importante e a gente verifica essa necessidade para que o conselho funcione da melhor
401 forma possível. **ROBERTA:** Próxima ação 4534 – Piso Mineiro de Assistência Social
402 Variável. Essa ação nós temos a meta física 1. Valor orçamento aprovado na LOA: R\$
403 1.000,00. É uma janela orçamentária. Em relação à ação, em decorrência da ausência de
404 regulamentação, ela não está sendo executada. E ausência de orçamento alocado não
405 tem execução financeira. Só considerando também que parte dos termos de aceite da
406 proteção especial anteriormente planejados entre o piso variável estão sendo executados
407 regularmente nas ações de proteção especial de média complexidade e alta

408 complexidade. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Essa ação, como já dito, é uma janela
409 orçamentária, portanto se não tiver uma determinação, uma vontade política do governo,
410 ela não se materializa. Esses R\$ 1.000,00 oriundos previstos da fonte 71, que é do FEM,
411 então não houve vontade para que ela fosse suplementada como outras ações assim o
412 tiveram. De acordo nós não identificamos que não existe regulamentação com relação a
413 esse piso. A gente entende que pelas normativas que o estado tem, o Decreto
414 48.269/2021, ele regula, ele dispõe que o piso variável é um dos pisos de proteção social
415 do SUAS, então existe uma regulamentação, essa justificativa que a SEDESE apresenta
416 nós identificamos nesse decreto que o piso variável juntamente com o piso fixo são os
417 pisos de proteção social do SUAS, então existe essa regulamentação. Além disso, a gente
418 sabe das cartilhas que a SEDESE disponibiliza sobre o piso. Lá coloca que os pisos fixo
419 e variável correspondem ao cofinanciamento de Minas Gerais, cujas normas gerais são
420 definidas na Lei Estadual nº 12.262/1996, atualizadas pelas leis 19.444/2011 e
421 19.578/2011. Como sabemos, esse piso variável era destinado ao cofinanciamento de
422 serviços e programas da antiga rede histórica, série histórica, que era chamada assim.
423 Esses serviços atendiam 101 municípios e foram suspensos os cofinanciamento desde o
424 ano 2016. Conforme planilha já encaminhada pela SEDESE, que foi deliberada por esse
425 conselho, o estado tem uma dívida com esses 101 municípios referente a R\$ 48 milhões
426 referentes aos anos 2016 a 2021. Como sabemos também, no início da apresentação da
427 proposta da lei orçamentária para 2023, a ideia era tirar essa ação com a justificativa de
428 que ela era sempre janela orçamentária, que já tinha muitos anos que não era pago e
429 esses usuários já estavam sendo inseridos nos serviços existentes no âmbito do estado,
430 no âmbito da proteção social básica dos municípios. Entretanto, a gente sabe que para
431 tomar essa decisão, a gente precisa acordos, COGEMAS, CIB, CEAS, e esses acordos
432 não foram realizados ainda. Nós conseguimos. Recomendamos à SEDESE que essa
433 ação voltasse para a LOA 2023. Ela voltou. Nós pedimos pleito lá na assembleia no valor
434 de R\$ 8 milhões, eu não me recordo que foi o valor que era para financiar essa rede anual.
435 Essa rede histórica, para vocês recordarem, ela financiava serviço de convivência para
436 idosos em 46 municípios; para criança e adolescente em 32 municípios; para o migrante
437 em 27 municípios; família acolhedora em 9 municípios; acolhimento institucional em 1
438 município; Casa Lar 5 municípios; casa de passagem 1 município; abordagem social 4
439 municípios. Esse cofinanciamento fica, de acordo com a planilha da SEDESE, em R\$ 8
440 milhões/mês. Qual que foi o nosso encaminhamento? “Recomenda-se que o piso variável
441 que é regulado pelo Decreto 48.269/2021, considerando que o estado tem uma dívida
442 com 101 municípios de aproximadamente R\$ 48 milhões referente aos anos de 2016 e
443 2021, considerando que o CEAS não tem informações sobre a situação dos usuários
444 atendidos por esse serviço nos municípios. Reitero posicionamento da SEDESE sobre o

445 pagamento da dívida e a reativação desse pagamento no cofinanciamento anual.
446 Recomendar ao CEAS que posicione sobre esta questão. Recomenda-se ao COGEMAS
447 que converse com os 101 municípios e apresente uma proposta para a CIB e o CEAS se
448 posicionar sobre essa proposta apresentada pela CIB/COGEMAS. Comissão, se alguém
449 quiser colocar, fique à vontade. **ROBERTA:** Próxima ação Rede Cuidar - 4535. Desculpa,
450 minha voz continua não muito boa, mas está melhor que ontem. Ação 4535 – Rede Cuidar.
451 Nós tínhamos ao final do trimestre, o terceiro trimestre, um orçamento de R\$ 5.001.000,00.
452 A execução financeira com a execução orçamentária com valor empenhado de R\$
453 1.138.604,96. Só esclarecendo, esse valor era empenhado, mas a totalidade desse valor,
454 eu não sei se isso estava no documento da prestação de contas. Vou pedir ao Cris para
455 falar da parte física, se ele quiser complementar aqui. A totalidade do recurso disponível
456 estava comprometido por meio de declaração disponibilidade orçamentária para... Estava
457 no trâmite de celebração das parcerias. A gente já tinha nesse momento aqui do terceiro
458 trimestre a totalidade desse orçamento já em trâmite de celebração de parceria. A meta
459 física executada ao final do terceiro trimestre, aliás, durante o terceiro trimestre foram 11
460 parcerias. E se o Cristiano quiser complementar com informações sobre a execução.
461 **CRISTIANO:** Bom dia. Nessa ação, em relação à meta física, as principais ações que
462 foram realizadas durante o trimestre, além do acompanhamento das parcerias em relação
463 a 2021 e 2022, que foram pactuadas no ano passado, a gente também tem parcerias de
464 2019 vigentes que também são acompanhadas pela equipe técnica do programa. Todas
465 as ações de apoio técnico, em relação às parcerias, isso envolve as parcerias com as
466 organizações da sociedade civil e os repasses fundo a fundo para as unidades
467 governamentais. No caso dessas 11 unidades referentes à celebração da rodada de 2021
468 e 22, são parcerias com as organizações da sociedade civil e o trâmite todo é feito com a
469 equipe do Rede Cuidar que está hoje dentro da superintendência de proteção especial e
470 a diretoria de convênios e parcerias que também trata de todo o procedimento em relação
471 à celebração dos termos de colaboração com essas entidades e análise de todos os
472 documentos de responsabilidade das unidades. A equipe do Rede Cuidar apoia a diretoria
473 de convênios e parcerias nessas ações também. Nas ações, a gente trouxe na prestação
474 de contas um resumo da quantidade de apoios que foram realizados pela equipe. A gente
475 tem um total no trimestre de 324 apoios com 479 pessoas capacitadas durante esse
476 período em relação à rodada de 2021 e 2022, e a rodada de 2019. Em relação à avaliação,
477 na prestação de contas isso está mais detalhada, até o terceiro trimestre a gente tem um
478 total de 39 unidades de acolhimento que foram contempladas e já têm parcerias firmadas,
479 tanto com unidades governamentais quanto organizações da sociedade civil. A gente está
480 seguindo a Resolução nº 745, do CEAS, que trata dos critérios de elegibilidade e também
481 das modalidades que seriam contempladas. Então a gente tem 7 grupos de unidades a

482 serem contempladas. A gente chegou até ao 7º grupo com unidades contempladas e os
483 públicos variam. São unidades de acolhimento para crianças e adolescentes, para idosos,
484 para pessoas com deficiência, para adultos e famílias, mulheres em situação de violência.
485 A gente trouxe um informe na prestação de contas do 2º trimestre em relação a uma
486 avaliação que está sendo feita pela Fundação João Pinheiro. A fundação se propôs a
487 elaborar um relatório de monitoramento. A gente teve a participação do 2º trimestre aqui
488 no CEAS. O João Vitor participou da reunião e eles se comprometeram a divulgar um
489 relatório tanto para a SEDESE quanto para o CEAS. E com esse relatório também da
490 Fundação João Pinheiro, a gente vai complementar as informações para também produzir
491 um relatório do governo do estado para ser apresentado aqui para o CEAS.
492 Resumidamente é isso. Obrigado. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Vocês recordam
493 essa ação na LOA de 2022, também era uma janela orçamentária. Foi suplementado o
494 recurso no valor de R\$ 1.253.000,00. No plano de aplicação financeira não tinha
495 planejamento. A alteração foi realizada e foi executada conforme prevista. Na prestação
496 de contas, como o Cristiano falou, no 3º trimestre foram realizadas 11 novas parcerias,
497 totalizando 39 durante 2022. Que o apoio técnico e monitoramento que eles fazem e o
498 monitoramento é feito através dos relatórios, conforme disposto na lei de parcerias. Esses
499 apoios técnicos às unidades, se deram em uma presencial e 323 de forma virtual. Na
500 prestação de contas eles justificam a baixa execução física e financeira pela não
501 autorização da suplementação pelo COFIN, que é uma comissão lá da SEPLAG, se eu
502 não me engano. E tem uma avaliação, pela SEDESE, positiva do programa considerando
503 a qualificação dos atendimentos que realizava, melhora na estrutura física, no corpo
504 técnico e materiais de consumo. Como o Cristiano falou, eles também estão aguardando
505 essa avaliação pela João Pinheiro. Eu participei dessa reunião pelo CEAS. Tinha outros
506 conselheiros lá também. Já relatei isso aqui. Com relação a essa ação a gente recomenda
507 que a SEDESE apresente na plenária de dezembro o relatório de avaliação do programa
508 porque nós findamos o ano e já iniciamos o próximo ano com esse programa de novo na
509 LOA e sem uma avaliação dele. A gente sabe que foi acordado pela própria SEDESE que
510 a fundação que está fazendo. Então a gente recomenda à SEDESE que apresente esse
511 relatório para a gente em dezembro. A gente recomenda também que o CEAS organize
512 um encontro com as entidades e conselho municipal para o primeiro semestre do ano que
513 vem, para avaliar e estabelecer estratégias para o controle social. Conforme eu falei
514 ontem, CREAS regional, Casas Lares e parcerias com entidades, o CEAS não está
515 fazendo nada a esse respeito. A gente tem que conversar com essas entidades para
516 pensar em uma estratégia para fortalecer o controle social pelo CMAS local porque não
517 temos pernas para fazer isso. Isso já foi deliberado também em agosto por esse colegiado
518 e nós não tivemos nenhuma ação ainda e a gente apresenta aqui para o CEAS que a

519 Secretaria Executiva presente para a gente um planejamento do encontro com essas
520 entidades para o primeiro semestre do ano que vem e aqui finalizam as ações. Na última
521 prestação de contas do 2º trimestre em agosto, esse CEAS recomendou à SEDESE que
522 nessa prestação de contas viesse a prestação de contas das duas ações que estão fora
523 do FEAS, é da assistência social, é do programa 065 e está no orçamento da SEDESE e
524 não veio essa prestação de contas. Então a nossa recomendação é que o CEAS se
525 manifeste publicamente indignado com essa não prestação de contas dessas duas ações.
526 Que a gente faça uma nota de repúdio pela não apresentação a esse controle social da
527 prestação de contas dessas duas ações. Essa é a nossa recomendação. **SILVESTRE,**
528 **SEF/MG:** Eu gostaria de colocar aqui que, fazendo parte da Comissão de Orçamento
529 governamentais, estávamos eu e o Daniel. Eu não posso falar pelo Daniel porque ele não
530 está presente, mas nós dois nos abstermos de votar essa recomendação de nota de
531 repúdio por não concordarmos com ela. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Obrigada,
532 Silvestre. Mas nós estávamos em quatro da sociedade civil, então foi acordado na
533 comissão que esse CEAS se manifeste repudiando a SEDESE por não apresentar para a
534 gente a prestação de contas dessas duas ações que são vinculadas ao programa 065, ou
535 seja, da Política de Assistência Social, mas está fora do FEAS. **PRESIDENTE:** Eu quero
536 só reiterar neste ponto porque, enquanto prestação de contas do FEAS, a gente traz aqui
537 somente as informações das ações orçamentárias do FEAS. O conselho solicitou que nós
538 apresentássemos informações da execução dessas ações, então o que nós trazemos é
539 informação das ações. Entendemos que é diferente de prestação de contas e que a gente
540 faz apenas a prestação de contas do FEAS. E no que se refere às informações dessas
541 ações que a gente levantou, está demonstrado. Isso foi passado para os conselheiros
542 também, Sirlene? **SIRLENE - CEAS:** Não. **PRESIDENTE:** Então a gente passa. Eu achei
543 que já tinha ido a informação, mas a informação que foi levantada da ação 2081... Oi?
544 Foi? Então ok. Essa é a informação que a gente traz das despesas do trimestre, no caso,
545 julho, agosto e setembro, despesa empenhada e despesa paga. Essas despesas, como
546 a gente já informou, são referentes a pagamento de pessoal da SUBAS. Da ação 4226, a
547 gente não teve execução nem orçamentária e nem financeira no trimestre. Acho que essas
548 são as informações que a gente pode trazer aqui para o CEAS e já de acordo com a
549 deliberação que foi feita na última avaliação de prestação de contas. Tem mais alguma
550 apresentação? Porque tem uma informação que foi solicitada também que a gente trouxe.
551 Eu não sei se vocês querem que a gente já apresente. Na última apresentação de
552 prestação de contas... Posso continuar ou vocês querem falar? Porque eu já ia dar essa
553 informação também foi solicitada na última apresentação de prestação de contas que
554 eram informações sobre o Fundo de Erradicação da Miséria. Eu posso apresentar ou
555 vocês querem falar? **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade, eu queria colocar

556 aqui para o plenário que a comissão não conseguiu terminar a análise da prestação de
557 contas, pelo tempo que foi curto. Nós não tínhamos Internet. Estávamos trabalhando com
558 celulares. A Internet só chegou lá depois de uma hora para o computador, então nós
559 tivemos uma hora com a Internet para fazer o trabalho. Ficou faltando os recursos oriundos
560 do Fundo Nacional, dos IGDs, que constam na prestação de contas. Isso a comissão não
561 tem informação nenhuma para passar para vocês porque não deu tempo. Não é isso
562 comissão? **PRESIDENTE:** Mas aí pergunto, vocês querem que faça essa apresentação
563 aqui agora? Porque isso vai impactar na nossa deliberação que é pela aprovação da
564 prestação de contas e da... Então eu vou pedir à Roberta para fazer a apresentação dessa
565 parte que é a execução dos recursos da fonte 56. É isso? **ROBERTA:** Na apresentação
566 não tem essa parte da fonte 56 porque a gente está usando o novo modelo. Um novo
567 formato que foi sugerido pela Comissão de Orçamento e nele não tem essa parte na
568 apresentação. Mas a gente pode pegar a planilha aqui para a gente poder tratar. Aqui eu
569 vou mostrar o formato para vocês. Acho que vocês já conhecem. Têm os valores
570 recebidos aqui, as receitas e despesas. Eu não vou ter aqui separado no trimestre. Eu
571 faço a conta aqui na hora para vocês, mas vou trazer o consolidado do ano. Neste
572 trimestre, essa conta aqui, a conta do IGD-PBF. Essa conta está sendo desativada para
573 entrar aqui a execução seja na IGD-PAB. Tem uma outra conta aqui que a gente está
574 executando recursos do IGD-BOLSA. Esse valor foi uma devolução de recurso que foi
575 feita (trecho inaudível) [1:09:57]. **PRESIDENTE:** Só para esclarecer a sigla. O PBF era
576 Bolsa Família, lembrando que esse ano o governo federal mudou para PAB que é Auxílio
577 Brasil. E o governo federal que abriu nova conta e começou a depositar o dinheiro em
578 outra conta. **ROBERTA:** Todas as contas de execução do governo federal são abertas
579 pelo governo federal com depósito fundo a fundo. Essa conta a gente não teve execução
580 no 3º trimestre. O saldo bancário, ao final do 3º trimestre, era R\$ 1.759,00. Que é essa
581 IGD-PAB que é onde está sendo executado o recurso do governo federal referente ao
582 atual Programa Auxílio Brasil. No 3º trimestre nós tivemos um valor recebido total de R\$
583 65.107,47. Rendimentos de aplicação no valor de R\$ 66.000,00. Uma despesa referente
584 a R\$ 160.943,56. Um saldo bancário, ao final do 3º trimestre, de R\$ 2.546.762,52. No IGD-
585 SUAS, nós tivemos um valor recebido de R\$ 394.540,10 no trimestre. Eles pagaram de
586 uma vez várias parcelas do ano nesse período. No mês de julho foi recebido em nossa
587 conta, foi apropriado esse valor na nossa conta, um valor de rendimento de aplicação
588 referente a R\$ 23.472,95 e uma despesa no valor de R\$ 6.105,48 no trimestre. Com saldo
589 bancário final de R\$ 835.702,55. Na conta bancária seguinte, do item 5.3, é a conta
590 bancária do Programa Capacita SUAS. Essa conta bancária nós não tivemos nenhum
591 valor recebido no trimestre. Rendimento de aplicação referente a R\$ 2.611,21, com a
592 despesa no trimestre de R\$ 145.150,00. Um dos cursos foi pago com esse recurso, como

593 pode ser acompanhado nas outras abas. E o saldo bancário atual, da data de 30/09/2022,
594 de R\$ 48.529,15. A próxima conta é a do bloco de proteção social especial. No 3º trimestre
595 foi recebido o valor referente a R\$ 210.509,49. Estou somando os três últimos meses ali,
596 gente, julho, agosto e setembro, o valor referente à aplicação financeira de R\$ 31.114,43
597 e uma despesa de R\$ 167.100,02, com um saldo final de R\$ 994.248,87 no 3º trimestre.
598 Em relação ao... A próxima conta é do Programa PET. Não teve nenhum recurso recebido
599 no trimestre. O rendimento de aplicação referente a R\$ 7.605,86 e sem nenhuma despesa
600 realizada no período. O saldo final da conta R\$ 250.265,03. Tivemos também, temos a
601 conta referente a emenda parlamentar. É uma emenda antiga que tinha... É uma emenda
602 que foi depositada este ano no nosso escopo. É uma emenda que tinha sido depositada
603 nos anos anteriores. A gente devolveu o recurso referente a essa emenda pela finalização
604 do prazo de execução, então nós fomos orientados a devolver a sobra do recurso. A
605 vigência dessa emenda era até 31/12/2021. Sem nenhuma execução no trimestre e com
606 a devolução do recurso. Anexo VII. A próxima conta do ACESSUAS. A conta do
607 ACESSUAS não teve nenhum recebimento no trimestre. Aplicação financeira referente a
608 R\$ 3.735,37. E uma despesa de R\$ 16.127,00. Sendo o saldo final da conta de R\$
609 133.248,96. Próxima conta, BPC escola, o valor recebido zero. Aplicação de R\$ 32,94.
610 Execução financeira de R\$ 2.180,01. E o saldo bancário de R\$ 414,05 ao final do trimestre.
611 A próxima conta é do Covidão que são os recursos referentes à Covid-19 que foram
612 repassados para a gente no contexto de 2020. A gente não tem autorização para gastar
613 esse saldo até o momento, durante o ano. Não teve nenhum valor recebido no trimestre.
614 Aplicação de R\$ 15,18 e o saldo bancário atual, não teve nenhuma despesa, R\$ 558,42.
615 A gente está aguardando orientação do governo federal deste saldo. A segunda conta
616 também foi repassada no contexto da Covid-19 (trecho incompreensível) de alimentos.
617 Ela também teve execução, não teve nenhum valor recebido. Não foi executada. O
618 rendimento de aplicação de R\$ 33,70 com saldo final no trimestre de R\$ 1.239,64. A
619 COVIDEP, que também é uma conta referente à Covid-19, também nenhum recurso
620 recebido no trimestre. Rendimento de aplicação de R\$ 22,43. E um saldo bancário de R\$
621 825,09. Essas são as contas do governo federal. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Aqui
622 eu vou fazer uma análise. Juanita, não é da comissão porque nós não tivemos tempo hábil
623 de fazê-la. Vou tentar fazer de uma forma bastante simples e rápida porque eu acho que
624 é conta demais e dificulta o nosso entendimento. Pelo que eu entendi o FEAS recebe do
625 Fundo Nacional recursos do IGD, antigo Bolsa Família que agora é Auxílio Brasil, o IGD-
626 SUAS e bloco de cofinanciamento da proteção especial de média e alta complexidade. No
627 3º trimestre foram pagas no valor de R\$ 137 mil pelo Fundo Nacional referente à proteção
628 especial e ao IGD-Bolsa Família e Cadastro Único. Não é isso? Também? No total disso,
629 de todas essas contas que foram colocadas pela SEDESE, existe saldo financeiro nas

630 contas referente ao IGD que agora é Auxílio Brasil R\$ 2.547 milhões. IGD-SUAS R\$ 835
631 mil. Capacita SUAS R\$ 48 mil. PET R\$ 250 mil. BPC na escola R\$ 414,00. Proteção
632 especial de média e alta complexidade R\$ 994 mil. ACESSUAS Trabalho R\$ 133 mil.
633 Aproximadamente, tá gente. E recursos de Covid-19, acolhimento R\$ 558. Covid-19
634 alimentos R\$ 1.239,00 e Covid-19 EPI R\$ 825, totalizando R\$ 4.812.000,00 recursos de
635 saldo financeiro. Foram realizados os pagamentos. O instituto de ensino superior Pólis
636 Civitas Ensino a Distância – EAD no valor de R\$ 174 mil. PRODEMG R\$ 3.158,00. Diárias
637 de viagens e passagens R\$ 7.813,00. Correio R\$ 78. CEMIG R\$ 1.467,00. Claro/Oi R\$
638 7.837,00. COPASA R\$ 11 mil. Alugueis R\$ 34 mil. Prefeitura de Diamantina – IPTU R\$
639 447. Prefeitura de Almenara – IPTU R\$ 368. Infra do Brasil R\$ 2.490. Localiza veículos
640 R\$ 11 mil. Prime Consultoria – Combustível R\$ 4.789. Selbetti Tecnologia - Reprografia
641 R\$ 1.293. Esses foram os pagamentos que eu vi na prestação de contas. Eu não entendi.
642 Repasse para os municípios R\$ 88.200,00 da proteção social especial. São essas
643 informações que constam na prestação de contas que a SEDESE enviou. Lembrando que
644 em fevereiro deste ano nós aprovamos uma reprogramação de saldo no valor de R\$ 5.465
645 milhões de saldo que existia nós autorizamos a reprogramação para esse ano. Nós já
646 estamos também com o saldo, hoje, de R\$ 4.811 milhões. Lembrando que nós não
647 tivemos capacitação esse ano. Lembrando de todas as capacitações não presenciais
648 nesse trimestre. As capacitações todas estão sendo feitas EAD. Nós já estamos podendo
649 ficar próximos. Nós tivemos com os municípios no controle social. Essa é uma demanda
650 colocada por eles, capacitação presencial. O CEAS, nós trabalhamos nessa precariedade
651 já relatada aqui na Comissão de Orçamento ontem, então, assim, eu não entendo essa
652 colocação que eu queria falar. A gente autoriza a reprogramação e a gente continua sem
653 condições de trabalho nesse conselho. A gente autoriza a reprogramação, as
654 capacitações presenciais não acontecem. Nesse trimestre a gente não teve. E
655 particularmente eu que fiz a capacitação do controle social, os municípios colocaram essa
656 demanda no dia. A gente precisa encontrar com a SEDESE, com o CEAS. A capacitação
657 a distância é boa, mas a virtual não substitui a presencial. Então eu trago essa análise da
658 Juanita aqui para esse colegiado. **PRESIDENTE:** Eu concordo com essa questão, Juanita.
659 A gente também já falou isso. Isso foi avaliado inclusive no NEEP, que a capacitação
660 presencial não substitui à distância e a qualidade dela é superior. Isso a gente também
661 entende dessa forma. A questão é que para 2022, o contrato que a gente fez com
662 instituição de ensino, porque foi uma licitação realizada em 2021, ele previu apenas os
663 cursos de formação a distância. Por dois motivos que eu acho importante a gente deixar
664 bem claro. O curso presencial tem um valor infinitamente maior do que o a distância. E
665 quando a gente fez a licitação, a gente não tinha previsão de receita porque em 2021 não
666 recebemos o IGD-SUAS. O outro motivo é que em 2021 a gente também estava com as

667 restrições da pandemia, então foi uma decisão tomada de acordo com o planejamento
668 porque as despesas, como a gente já falou infinitas vezes, as despesas da administração
669 pública têm que ser planejadas com antecedência. O processo licitatório demora, então o
670 processo licitatório de 2021 teve essas características. São dois motivos, primeiro, na
671 época do planejamento a gente estava com as restrições e, segundo, que o valor não era
672 suficiente para fazer cursos presenciais. No entanto, as atividades presenciais que nós
673 previmos e estamos executando, são os encontros regionais de apoio técnico, que a gente
674 também fala todos os meses que a SEDESE está atendendo todos os municípios
675 conforme divisão regional. E nessa divisão a gente tem contemplado duas temáticas, a
676 proteção básica e proteção especial, porque também não temos equipes que dão conta
677 de rodar o estado inteiro e contemplar todos os temas. A gente teve que priorizar
678 considerando a demanda dos municípios, a prioridade foi proteção especial,
679 principalmente o tema mais demandado e que gera mais envolvimento, participação que
680 a gente recebe cobrança de apoio técnico e capacitação, tem sido serviço de convivência,
681 benefícios eventuais, PAIF, então, principalmente depois da pandemia que a gente ficou
682 2 anos sem executar serviço de convivência, isso é uma temática muito forte em todos os
683 municípios, então foi prioridade conforme demanda dos municípios e também conforme
684 nosso plano de capacitação. Isso tudo a gente vem seguindo aqui o plano de educação
685 permanente e os indicativos que os próprios municípios apresentam para nós. Para 2023,
686 agora pensando que a receita também do IGD a gente não tinha periodicidade nela. A
687 gente ficou dois anos sem receber IGD e esse ano a gente recebeu uma bolada de uma
688 vez. Não tinha planejamento para ela de execução de cursos. E ainda assim, se a gente
689 somar esses valores todos, eles não podem ser executados com capacitação porque eles
690 têm finalidade distintas, mas se a gente pegasse esse valor todo para fazer curso
691 presencial, ele não seria suficiente porque os cursos presenciais são muito caros. A nossa
692 expectativa para fazer curso presencial em 2023 é o cofinanciamento do governo federal
693 para o Capacita SUAS, ou então aumento de valores do IGD-PAB, PBF que está voltando.
694 Esse semestre a gente teve retomada também depois de 2 ou 3 anos, não é Elder? Dos
695 cursos da Caixa para o cadastro único. São atividades também que o estado não toma
696 iniciativa sozinho. E a gente ficou quase 3 anos sem fazer esse curso de capacitação do
697 cadastro único e esse semestre ele foi retomado também por iniciativa do governo federal.
698 E a SEDESE está chamando municípios. Está pagando diária para os municípios das
699 regionais virem, porque tem essa demanda do custo de um evento presencial da
700 participação. Só assim, eu estou reforçando as justificativas e concordando também com
701 a questão de que a atividade presencial a gente tem é que intensificar e ampliar para 2023.
702 Do ponto de vista da estrutura, as licitações que estão em andamento, a gente também
703 tem que fazer com o planejamento de compras. Ele é anual, então ele foi feito lá em

704 janeiro. O que foi feito em janeiro é que está sendo executado agora. Agora, no fim do
705 ano, a gente abre um novo planejamento para 2023. A título de esclarecimento. Acho que
706 o Ludson pediu inscrição. **LUDSON, CRESS:** Eu acho, perguntando até o que você tocou,
707 Mariana, que dúvida mesmo, sabe? Sobre como que PAIF recebimento de recursos por
708 parte do governo do estado porque para os municípios está tudo muito errático, pelo
709 menos eu acompanho lá em Nova Lima. O ministério tinha uma previsão e repassar para
710 o municipal em torno de R\$ 1.300 milhão repassou mesmo a metade disso até agora,
711 então como está no âmbito dos estados esses repasses diferentes pisos, só para a gente
712 ter um panorama. **PRESIDENTE:** O estado também estava recebendo 40% do que
713 deveria receber conforme aqueles cálculos que existiam antes de 2018. Com a portaria
714 de 2019 isso foi cortado. A questão que a gente tem que ter muito entendimento é que
715 como o governo federal não tem periodicidade. Ele não cumpre o repasse de 100% que a
716 gente tinha, quando a gente fez previsão orçamentária para esse ano, a gente não contou
717 com essa receita. Se vocês pegarem a planilha da Roberta, ela tem lá a receita recebida.
718 Eu fiquei 6 meses sem receber, zero. De repente, julho, agosto, quando que veio o
719 repasse? A gente recebe um valor que a gente não estava esperando. A gente não tem
720 explicação do governo federal para falar assim: “Estou te pagando esse valor referente a:”
721 Aí a gente pega a conta do ano passado, foi a mesma coisa. Do nada a gente recebe “Oh,
722 estou te pagando tantos mil.” Aí a gente pergunta: “Mas referente a quê?” Não tem. A
723 mesma coisa que acontece com o município, acontece com o estado. Isso prejudica muito
724 o nosso planejamento porque para eu fazer uma licitação, para eu abrir um processo
725 licitatório, eu tenho que ter uma declaração de orçamento e receita. Se eu recebi agora,
726 agora vou ter que iniciar meu planejamento. Sendo que o estado no último trimestre, esse
727 ano como é ano de última gestão, a gente tem a Lei de Responsabilidade Fiscal falando
728 das despesas do último quadrimestre. Ou seja, eu não posso mais fazer despesa já do
729 último quadrimestre de 2022 porque tem uma lei de responsabilidade fiscal que traz várias
730 vedações tanto para o estado, para o município, a legislação é a mesma, as vedações
731 são as mesmas. Para o ano que vem a gente retoma esse planejamento. E a gente ainda
732 não sabe, para o ano que vem, qual vai ser a nossa previsão de receita, considerando
733 que a proposta do governo federal que está tramitando lá no Congresso Nacional, ela não
734 tem previsão. Ela foi cortada em 95% e a gente já falou isso aqui diversas vezes. Se a
735 gente for olhar, a gente continua sem previsão de receita para o ano que vem e eu tenho
736 que contar só com o saldo de 2022. Mais alguma pergunta nesse sentido? Então
737 passamos para o encaminhamento para deliberação sobre a apresentação da prestação
738 de contas do 3º trimestre? É isso? Tem minuta de resolução ou foi feita? A Secretaria
739 Executiva conseguiu fazer? **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Na verdade a Comissão
740 de Orçamento não teve tempo de conversar sobre o encaminhamento geral do documento

741 de prestação de contas. Nós fomos abordados pela secretária executiva, pela própria
742 presidente, que foi lá me chamando, que os conselheiros estavam querendo ir embora,
743 que a gente tinha que correr. Então nós não conseguimos finalizar a análise conforme já
744 falado aqui. A comissão não traz nenhum indicativo geral para aprovar, não aprovar,
745 aprovar com as recomendações, aprovar com as ressalvas. O que nós fizemos, o que nós
746 conseguimos fazer foi analisar ação e ação e trazer as recomendações aqui. Esse plenário
747 vai ter que tomar essa decisão porque a comissão não teve tempo hábil de conversar e
748 trazer essa indicação aqui. Se os outros conselheiros da comissão quiserem colocar
749 também, fiquem à vontade. **PRESIDENTE:** Então eu pergunto à plenária se a gente pode
750 colocar em deliberação por aprovação com as recomendações trazidas pela comissão?
751 Algum conselheiro se manifesta? Não? A Secretaria Executiva fez a minuta de resolução,
752 considerando as recomendações da comissão? Vocês podem projetar para a gente
753 avaliar o texto? E aí eu acho que fica mais claro. A Jeane falou que ela não conseguiu
754 tempo também para validar todo o texto, mas a gente faz essa avaliação agora aqui na
755 plenária. Secretaria Executiva, lê para mim, por favor. Eu peço aos conselheiros que têm
756 destaque, façam o destaque artigo por artigo, e a gente faz a alteração da redação?
757 **SECRETARIA EXECUTIVA:** “Minuta de Resolução CEAS nº xx/2022. Dispõe sobre a
758 aprovação do relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual de
759 Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG, referente ao 2º trimestre de 2022 e
760 atualização do Plano de Aplicação de Recursos conforme quadros anexos Processo SEI
761 nº 14800100003896/2022-26 e 1480010000442/2022-67. O Conselho Estadual de
762 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS-MG, no uso das atribuições que lhe são
763 conferidas pelo artigo 13, da Lei Estadual nº 12.262 de 23 de julho de 1996; pela Norma
764 Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOBSUAS 2012,
765 considerando a Deliberação da 277ª Plenária Ordinária realizada no dia 16 de setembro
766 de 2022 e; considerando a Lei Estadual Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996,
767 que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social. Considerando a Lei Estadual
768 nº 12.227, de 2 de julho de 1996, que cria o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS
769 e dá outras providências. Resolve: Artigo 1º. Aprovar o relatório trimestral de execução
770 físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG,
771 referente ao 2º trimestre de 2022 e atualização do Plano de Aplicação de recursos
772 conforme quadros anexos e processos SEI nº 14800100003896/2022-26,
773 1480010000442/2022-67, com as seguintes recomendações por ação
774 orçamentária.”**MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Destaque no ‘recomendamos, nas
775 recomendações por ação orçamentária’. Eu não sei se é recomendar. A comissão
776 recomendou a esse pleno. Esse pleno vai recomendar à SEDESE, a SEDESE pode acatar
777 ou não a nossa recomendação. Nós fizemos isso em agosto, então eu não sei se é

778 recomendar, se é com ressalva. Eu peço aos conselheiros pensar sobre isso. Eu não sei
779 se é recomendar. A comissão recomendar a esse pleno. Esse pleno, eu entendo, não tem
780 que recomendar à SEDESE. Nós recomendamos no 2º trimestre, em agosto, as ações
781 vieram da mesma forma. **PRESIDENTE:** Não. A gente cumpriu as recomendações sim,
782 Juanita. Tudo que foi solicitado, foi encaminhado. Não foi? Pode conferir. A gente
783 mandou. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Tanto que não veio que as recomendações
784 estão sendo replicadas aí novamente, reiteradas. **PRESIDENTE:** As que têm prazo, como
785 vocês colocaram, relatório de avaliação, monitoramento do programa, o que tem prazo
786 que eu quero dizer é assim, o que demanda tempo para a SEDESE levantar, isso foi
787 informado inclusive o tempo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Na verdade o CEAS não
788 recebeu nenhuma informação oficial com relação a isso. Tanto que agora nós estamos
789 colocando o tempo porque lá em agosto, na hora que o técnico que o FEAS pede apoio
790 da análise técnica para fazer as contribuições, aí vem a informação. Mas nos documentos
791 oficiais de prestação de contas ou ofício, o CEAS não tem nenhum registro formal sobre
792 isso. Então eu estou colocando aqui para esse plenário. A gente vai recomendar
793 novamente? Podemos recomendar, mas a minha ressalva é só nesse sentido.
794 **PRESIDENTE:** Secretaria Executiva tem que resgatar os ofícios porque o que foi
795 encaminhado para a SEDESE, a SEDESE respondeu e deveria ser repassado para os
796 conselheiros. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Eu acho que o que esse CEAS tem que
797 pegar é a resolução de agosto e ir uma por uma recomendação e ver o que foi atendido
798 nessa prestação de contas ou não. Foi isso que nós fizemos na comissão. Nós fomos lá
799 na resolução e trabalhamos essas recomendações considerando aquelas que não tinham
800 vindo, e a gente precisa pensar sobre isso. Vamos recomendar de novo? Podemos, não
801 tem nenhum problema, mas eu acho que a gente precisa ficar atento a essas questões.
802 **ARLETE, GRAAL:** Gente, eu sinto a necessidade que a gente precisa conversar mais
803 sobre essa pauta. E estou sugerindo, se for de acordo, que a sociedade civil se retire pelo
804 menos por uns 20 minutos para que a gente possa conversar e trazer uma ideia mais
805 elaborada, se assim for de interesse do grupo. Sim. A gente vê o final da resolução e a
806 gente decide se precisamos ou não ter uma conversa. **PRESIDENTE:** Secretaria
807 Executiva também encaminha de novo as respostas porque eu não sei se foi
808 recebido. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** É só colocar a última resolução que a gente
809 vai vendo as recomendações que foram feitas em agosto. **SECRETARIA EXECUTIVA:**
810 “Artigo 1º - Aprovar o relatório trimestral de execução físico-financeira do Fundo Estadual
811 de Assistência Social – FEAS-MG, referente ao 2º trimestre de 2022 e atualização do
812 Plano de Aplicação de Recursos conforme quadros anexos Processo SEI nºs
813 1480010003896/2022-26, 1480010000442/2022-67, com as seguintes recomendações
814 por ação orçamentária. I. Ação 1049 – Criação de Proposta pela SEDESE já solicitado no

815 PPAG. II. Ação 1059 – Realização de avaliação por amostragem pela SEDESE para
816 mensurar os resultados com o objetivo de avaliar, de fato, o objetivo e efeitos. III. Ação
817 1066 – Apresentação de relatório de monitoramento dos resultados pela SEDESE. IV.
818 Ação 4129 – A. Elaboração pela SEDESE de relatório das avaliações das capacitações
819 por temáticas, categoria regional. B. Elaboração pela SEDESE de cursos de capacitação
820 à luz do Capacita SUAS. C. Recomendar ao CNAS que envie esforços junto ao Ministério
821 da Cidadania para o retorno do Capacita SUAS. V. Ação 4130 - Apresentação pela
822 SEDESE de Relatório de Monitoramento dos CREAS Regionais. VI. Ação 4131 –
823 Realização de encontro da SEDESE e do CEAS com as entidades que executam o
824 Programa Casa Lar, para avaliar a execução do programa. VII. Ação 4534 – A.
825 Apresentação pela SEDESE de um relatório atualizado da situação do passivo com a
826 relação de municípios, ano e valor, até a plenária ordinária de outubro de 2022. B.
827 Apresentação pela SEDESE de uma avaliação da situação dos serviços da série histórica
828 dos municípios com relação a atendimento desse público para subsidiar o CEAS na
829 tomada de decisão. VIII. Ação 4535 – A. Apresentação pela SEDESE de um relatório de
830 execução do programa com histórico das modalidades e ano para uma análise e melhor
831 entendimento do CEAS. B. Realização de encontro da SEDESE e do CEAS com as
832 entidades para avaliação do Programa Rede Cuidar. IX. Ação 2081 - Apresentação pela
833 SEDESE de informações sobre a execução das ações na prestação de contas trimestrais.
834 X. Ação 4226 – Apresentação pela SEDESE de informações sobre a execução das ações
835 na prestação de contas trimestrais.” **PRESIDENTE:** Que eu me lembre, a gente
836 encaminhou o relatório de monitoramento do Recupera Minas, que é a Ação 1066. A
837 avaliação por amostragem, a gente ainda não fez, mas já foi apresentado o relatório de
838 monitoramento do programa. Qual é a outra? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
839 **CURVELO - SSVP:** Passa ação por ação, Mariana. **PRESIDENTE:** Sim, vamos lá. A 1049
840 – Ok, já foi atendida. 1059 – A gente apresentou o relatório de monitoramento, avaliação
841 por amostragem é que nós não fizemos, mas a avaliação do programa a gente apresentou.
842 Até porque o Elder está colocando aqui porque a gente está criando o formulário de
843 monitoramento que foi uma demanda trazida da Comissão de Política. Está sendo
844 construído o instrumental para fazer a avaliação. 1066 apresentamos o relatório. A 4129
845 – Relatório de avaliação das capacitações, como hoje a Gabriele não está aqui, vou pedir
846 até para olhar na justificativa porque eu acho que isso está sendo feito também pelo
847 NEEP. **GRAZIELE:** Respondeu que está sendo feito. **PRESIDENTE:** Isso. Ok. Está sendo
848 elaborado o instrumental e avaliação, mas isso também já é rotina do NEEP.
849 **INTERLOCUTOR não IDENTIFICADO:** O quê? **PRESIDENTE:** A avaliação das
850 capacitações. Quem é do NEEP, pode me ajudar porque eu não sou do NEEP. **MARIA**
851 **JUANITA, FEAPAES/MG:** A prestação de contas nós a aprovamos aqui em agosto. Se

852 é uma rotina do NEEP fazer, setembro. Se é uma rotina do NEEP fazer, esse relatório já
853 deveria ter sido encaminhado. Entretanto, não veio o ofício da SEDESE informando
854 quando que ele vem. Na prestação de contas veio: “Estamos elaborando o relatório.” Mas
855 a recomendação não foi atendida. **PRESIDENTE:** O inciso B. Também foi solicitado, o C,
856 na verdade, foi recomendado. A gente fez o ofício para o CNAS para envidar esforços e
857 retorno do Capacita e a elaboração de curso a luz do Capacita, é o que eu já coloquei
858 aqui, de forma presencial a gente não tem recurso para fazer. A 4130 – Relatório. **LUCAS,**
859 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Então é não cumprido. **PRESIDENTE:**
860 Não cumprido. Não tem recurso para isso também, então já...**MARIA JUANITA,**
861 **FEAPAES/MG:** Nós temos um saldo financeiro em conta de R\$ 4.800.000,00. O FEAS
862 tem um saldo financeiro em conta. Nós tivemos na prestação de contas uma informação
863 que o COFIN não autorizou a suplementação, naquela época no 3º trimestre. Agora não
864 sei. Então de outra ação, sim, Rede Cuidar, mas o dinheiro nós temos. Foi apresentado
865 aqui. Nós temos um saldo de R\$ 4.800 milhões. R\$ 2.800 milhões de capacitação, então
866 nós temos o dinheiro. **PRESIDENTE:** Ação 4130 – O relatório de monitoramento dos
867 CREAS regionais, aí eu até pergunto, a gente fez o trabalho de avaliação dos CREAS
868 regionais no GT de avaliação dos CREAS regionais que foi produzido pelos conselheiros
869 junto com a SEDESE. Para mim foi cumprido também. **CRISTIANO:** Em relação a esses
870 dois encaminhamentos em relação a 4130 que é o relatório de monitoramento dos CREAS
871 regionais e o relatório de monitoramento do Rede Cuidar, a gente informou, por meio de
872 um SEI que foi encaminhado à SUBAS pela Secretaria Executiva, pelo CEAS, que esse
873 relatório está em produção e que será apresentado no último trimestre que é agora nesse
874 próximo mês de dezembro. Então a gente informou, por meio do SEI que chegou para a
875 gente, que esses dois relatórios em relação à 4130 e em relação à 4535 que é o Rede
876 Cuidar, esses dois relatórios estão sendo produzidos. Em relação ao Rede Cuidar, a 4535,
877 inclusive a gente relatou lá que, conforme a prestação de contas do 2º trimestre, a gente
878 está aguardando também o relatório da Fundação João Pinheiro conforme eu já falei aqui
879 mais cedo, para complementar as informações.**MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Esse
880 conselho entender que aquilo é um relatório de monitoramento, foi atendido.
881 **PRESIDENTE:** Só registrando que a SEDESE está fazendo o seu próprio relatório de
882 monitoramento. É isso que o Cristiano está dizendo. Na ação 4131, sobre realização de
883 encontro da SEDESE e do CEAS com as entidades que executam o Programa Casa Lar.
884 Não temos previsão para isso esse ano em virtude de agenda. A gente tem que organizar
885 isso para 2023. Ação 4534, a SEDESE apresentou o relatório que foi solicitado. E quanto
886 à avaliação da situação dos serviços, eu me recordo de a gente ter esclarecido que a
887 gente precisa também criar um instrumental e um prazo porque para fazer esse
888 levantamento com 100 municípios, a SEDESE precisa também de um prazo para fazer

889 essa avaliação. Estou colocando aqui, pode ser definido esse prazo que eu acho que essa
890 é uma recomendação que veio na comissão mais cedo, é definir um instrumental e definir
891 o prazo. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** A comissão entende que agora é outra coisa,
892 que a SEDESE já teve o prazo inclusive de apresentar para a gente essa proposta ou de
893 informar que não daria tempo de fazer. Agora a comissão apresentou a esse pleno que
894 recomenda ao COGEMAS conversar com 101 municípios para que eles façam essa
895 identificação, que leve à CIB uma proposta de repactuação ou de acabar com essa ação,
896 e para trazer para o CEAS para a gente tomar a decisão. **PRESIDENTE:** Na ação 4535 já
897 foi respondido sobre o relatório. Sobre o encontro... **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:**
898 Foi respondido aqui nesse plenário. Nós não recebemos quando esse relatório da
899 Fundação João Pinheiro chega para a gente. Nós já falamos aqui. Eu falei aqui antes, com
900 a fala da d. Arlete, que o CEAS é institucional. A gente precisa nos resguardar disso e a
901 gente tem responsabilidade com relação a essas informações, por isso que a nossa
902 recomendação foi até dezembro. Até então a SEDESE não se posicionou com relação a
903 prazo. **PRESIDENTE:** A Secretaria Executiva tem que resgatar o ofício. **MARIA JUANITA,**
904 **FEAPAES/MG:** No prazo? **PRESIDENTE:** Eu não lembro. **MARIA JUANITA,**
905 **FEAPAES/MG:** Eu também não lembro. **PRESIDENTE:** Se não tiver o prazo a gente
906 reitera a informação e coloca o prazo. Não vejo problema nisso. Sobre o encontro, a gente
907 também precisa organizar. Para esse ano a gente não teria condições de fazer isso. Isso
908 tem que entrar na agenda. Tem determinadas atividades que estão sendo sugeridas, que
909 é necessário esclarecer que envolve realização de despesas, seja para organização de
910 local, de organização de um evento, divulgação, preparação de lanche, que tem que entrar
911 no nosso planejamento anual de compras, o que demandar licitação. Por exemplo, o que
912 eu quero explicar aqui para vocês entenderem. Quando a gente faz um encontro regional,
913 esse que está sendo feito esse ano com todas as regionais e todos os municípios, o
914 planejamento foi feito no final do ano passado porque nós fizemos uma licitação para que
915 nesses encontros a gente consiga fornecer minimamente água. E o que a gente fez esse
916 ano foi um kit lanche porque também não temos autorização para fazer eventos com
917 coffee break mais. Desde quando teve a pandemia, já têm 4 anos, o estado não faz evento
918 com coffee break, então a gente faz kit lanche que é um kit fechado. Isso para que para
919 quem vai para o evento e vai ficar o dia inteiro no evento tenha minimamente a condição
920 de lanche. Reforço, isso tem que entrar no planejamento de compras, quantas pessoas,
921 quais as datas, para a gente fazer a licitação. O que envolve realização de evento tem que
922 ser planejado com antecedência, isso tem que ser para o ano. Eu reforço, tem que incluir
923 no nosso planejamento de 2023. Local, a gente também precisa de local e toda estrutura
924 que é necessária. Só para concluir, as informações das Ações 2081 e 4226 foram
925 apresentadas aqui. Se a gente não mandou por ofício, é erro nosso. A gente coloca essas

926 informações por ofício aqui também. **MARIA JUANITA, FEAPAES/MG:** Das 9
927 recomendações macro que foram feitas na última resolução, 2 foram atendidas, 1
928 parcialmente, as outras não, então a gente precisa pensar sobre isso. Quando a secretária
929 fala que mandou as informações, ela mandou em um quadro em PowerPoint. Não foi no
930 documento oficial de prestação de contas, que é esse documento oficial que nós somos
931 responsáveis por ele. E a informação é um quadro de 1, 2, 3 e o que foi pago e o que não
932 foi. Se essa informação atende a esse controle social, é essa informação que veio.

933 **PRESIDENTE:** A Secretaria Executiva vai resgatar os ofícios-resposta? **SIRLENE -**
934 **CEAS:** Eles responderam: “Informo que essa Subsecretaria de Proteção Social Básica já
935 iniciou a formação de uma proposta de avaliação que atenda aos pontos apresentados
936 pelo CEAS. Tal avaliação será desenvolvida em conjunto com as atividades de
937 monitoramento trimestral e semestral do projeto já em curso. 2º. Que apresente relatório
938 circunstanciado da execução parcial e anual das atividades desenvolvidas e das metas
939 alcançadas por município. Esclareço que a Superintendente da Proteção Social Básica
940 realiza o monitoramento trimestral e semestral dos municípios atendidos pelo projeto. Tal
941 monitoramento apresenta status de execução parcial e quando o projeto completar um
942 ano, renova o programa. Já houve representação de instrumentos utilizados nesse
943 monitoramento para a Comissão de Política do CEAS em julho de 2022. Está prevista a
944 apresentação dos resultados até o final do ano, de acordo com a disponibilidade de
945 agenda da referida comissão. Com relação à Ação 1066. Que apresente relatório de
946 monitoramento de execução dos resultados alcançados apresentando os entraves e
947 desafios. E eles informaram que o relatório de monitoramento de execução dos resultados
948 alcançados do Programa Recupera Minas foi encaminhado aos conselheiros do CEAS,
949 em 7 de outubro de 2022. Segunda solicitação. Que envide esforços necessários para
950 implantar um programa de transferência de renda, tendo em vista o agravamento e o
951 aumento da pobreza e extrema pobreza. O retorno da fome, o aumento das violações de
952 direitos, dentre outras expressões da questão social que tem se manifestado nos últimos
953 anos agravada no contexto da crise sanitária decorrente da Covid-19, que superou a
954 margem de 1.079.757 famílias mineiras, cerca de 4 milhões de pessoas. Eles
955 responderam que serão envidados esforços necessários para viabilizar essa proposta, no
956 entanto ressaltamos que devido ao impacto financeiro de proposta, a decisão sobre a
957 implementação excede as atribuições da superintendência. Memorando 49. Sobre a Ação
958 4130, que apresentasse relatório de monitoramento dos CREAS regionais. Eles
959 informaram que receberam a demanda e irão produzir o relatório de monitoramento das
960 unidades dos CREAS regionais, que ainda será incorporado em um documento a ser
961 elaborado avaliação dos serviços regionais de média complexidade prestados pelo
962 estado, realizado pelo grupo de trabalho criado pelo CEAS, por meio da Resolução nº 22.

963 A previsão é de que o relatório de monitoramento, ora demandado, seja apresentado ao
964 conselho no último trimestre de 2022. Em relação à Ação 4131, que a SEDESE realize
965 um encontro da SEDESE e do CEAS com as entidades que executam o Programa Casa
966 Lar. Eles responderam que a partir da demanda apresentada pelo CEAS como
967 encaminhamento da apresentação de prestação de contas do 2º trimestre que a
968 Subsecretaria, por meio da diretoria de proteção social de alta complexidade, realizou em
969 junho de 2022, conforme descrito nas ações realizadas, encontro de formação de
970 cuidadores das 38 Casas Lares e 13 residências inclusivas. Diante disso, a proposta de
971 novo encontro com as APAEs que executam o Programa Casa Lar, parcerias do estado
972 no acolhimento de pessoas com deficiência egressas da extinta FEBEM com a
973 participação do CEAS, será avaliada pela equipe posteriormente apresentada ao
974 conselho. Quanto à Ação 4535, que a SEDESE apresente relatório de execução do
975 Programa Rede Cuidar. Eles informaram que se encontra em fase de elaboração
976 conforme demanda apresentada pelo CEAS, durante a apresentação da prestação de
977 contas do 2º trimestre. Relatório gerencial de informações sobre Programa Rede Cuidar
978 e rodadas já executadas para apresentação ao conselho. Também que a
979 SUBAS/SEDESE vem mantendo o diálogo e troca de informações com a Fundação João
980 Pinheiro, que está executando o projeto de avaliação do Projeto Rede Cuidar com o
981 objetivo de apontar oportunidades e melhoria no programa, bem como estratégia e
982 aprimoramento da gestão de execução das ações. Segundo informações da coordenação
983 do projeto está em andamento a produção pela Fundação João Pinheiro de um relatório
984 de avaliação. A SUBAS/SEDESE também aguarda as informações do relatório que será
985 produzido pela Fundação João Pinheiro para complementar as informações e enviar ao
986 CEAS um documento consolidado. 2ª solicitação. Que realize encontro da SEDESE e do
987 CEAS com as entidades para avaliação do Programa Rede Cuidar. Eles informaram que
988 a Subsecretaria de Assistência Social, por meio da diretoria de proteção de alta
989 complexidade, vai analisar a demanda para propor ao CEAS uma pauta e calendário para
990 essa ação. **MARIA JUANITA, FEPAES/MG:** Vamos continuar a leitura da proposta da
991 resolução ou atender o pleito da d. Arlete? Dona Arlete, a senhora tem uma sugestão? A
992 senhora que nos comanda aí. **ARLETE, GRAAL:** Eu vou mudar o timão desse barco. Eu
993 percebo é que a gente continua com muitas inseguranças. E para que a gente possa tratar
994 sobre a pauta, eu volto a dizer da minha necessidade de conversar com a sociedade civil,
995 mas que a gente também possa ir construindo isso na coletividade. Eu reafirmo o que eu
996 disse no início dessa manhã, sociedade civil ou governo, o nosso foco é a assistência
997 social. E se nós estamos sem compreender como que estão colocados alguns pontos,
998 algumas ações, nós precisamos esclarecer, porque, aprovando ou não, nós estamos
999 dando uma resposta para a população. E essa resposta tem que vir validada pela nossa

1000 compreensão da sociedade civil que está na representação direta nas comunidades e
1001 também do governo. E quando a gente aprova ou não, a responsabilidade é coletiva.
1002 Quando a gente faz um levantamento: “Ah, isso aqui foi encaminhado. Isso deixou de ser.”
1003 E às vezes a gente dá uma resposta não oficial: “Não, é porque a gente está dizendo vai
1004 fazer ou isso, ou aquilo.” E a gente traz de novo como pano de fundo o decreto. A gente
1005 continua em uma situação de insegurança no conselho. Para mim, isso é insegurança, e
1006 nós não podemos ir só remontando essas inseguranças, porque uma hora a gente vai ter
1007 que responder por isso. Então eu continuo dizendo, sociedade civil precisa conversar. E
1008 o governo também, eu acho que tem que conversar. E nós temos que tomar uma decisão
1009 juntos. **PRESIDENTE:** Já que a sociedade civil pediu um prazo, a gente pode sair para o
1010 intervalo do almoço agora e retornar às 13h? Eu estou querendo colocar isso. A gente
1011 pode retornar às 13h? Porque dá o tempo para a sociedade civil conversar, mais o tempo
1012 do almoço. A plenária concorda? Então o retorno às 13h. **PRESIDENTE:** Temos quórum.
1013 Eu fiz a chamada no grupo dos conselheiros. Quem vai falar em nome da sociedade civil?
1014 Se teve algum encaminhamento na reunião? Se a gente pode dar seguimento à leitura da
1015 minuta de resolução? A gente já tem quórum e a gente marcou 13h. Já são 13h18. Eu
1016 estou perguntado: Alguém em nome da sociedade civil quer falar? Pelo regimento a gente
1017 dá sequência à reunião. **GRAZIELE:** A gente se reuniu. A gente já pode passar para a
1018 resolução, a leitura da resolução e a gente fazer os destaques que a sociedade civil
1019 identifica. **PRESIDENTE:** Dando prosseguimento, a gente já leu o título, a ementa, os
1020 considerandos. Já estava no artigo 1º das recomendações. **GRAZIELE:** E destaque no
1021 art. 1º. **PRESIDENTE:** Pode falar. **GRAZIELE:** Reprovar o relatório trimestral da execução
1022 físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS-MG,
1023 referente ao 3º trimestre de 2022 e atualização do plano de aplicação de recursos
1024 conforme quadros anexos e processo SEI número. Pode continuar? Justificado. Inciso I.
1025 Pela anulação de orçamento de recursos financeiros da Ação 1066 para pagamento da
1026 dívida do estado com os municípios, em referência à dívida do Piso Mineiro de Assistência
1027 Social. II. Pela não prestação de contas das ações 2881 e 4226 do programa 065. III. Pelo
1028 não atendimento de 6 das 9 recomendações referentes à aprovação de contas do 2º
1029 trimestre conforme resolução CEAS. A gente precisa resgatar o número aí. **PRESIDENTE:**
1030 O primeiro motivo que o remanejamento orçamentário não foi feito no trimestre. Ele está
1031 na atualização do plano de aplicação, então ele não está dentro da prestação de contas.
1032 Então isso não é motivo para reprovação, uma vez que ele não foi realizado nesse
1033 trimestre. Ele apareceu ali no plano de aplicação. Primeiro motivo eu já vou alegar que
1034 essa decisão que a sociedade civil está trazendo é ilegal, de pronto, porque não tem
1035 fundamento jurídico e nem material uma vez que a suplementação não aconteceu no
1036 trimestre e ela também não é motivo para reprovação. Qual que é o ponto? As ações 2081

1037 e 4226, a obrigação de prestar contas é do FEAS. A SEDESE apresentou as informações
1038 solicitadas pelo CEAS e eu também me manifesto pela ilegalidade da proposta de decisão
1039 que a sociedade civil está propondo aqui para esse conselho por ausência de fundamento
1040 jurídico também. Não tem fundamento legal para isso. O outro motivo foi o não
1041 atendimento das recomendações. Essas recomendações foram atendidas em parte e não
1042 havia prazo para que elas fossem atendidas de forma integral. Então o que eu também
1043 manifesto aqui, que não é motivo para reprovação de contas, e que a gente pode deliberar
1044 pelo prazo de apresentação das informações que ainda não foram apresentadas. Eu
1045 queria saber qual é a posição da sociedade civil. **GRAZIELE:** É a que a gente apresentou.
1046 O texto da resolução. **PRESIDENTE:** Então a gente vai para a votação? **GRAZIELE:** Sim.
1047 **PRESIDENTE:** Vamos colocar a matéria em votação. A proposta da sociedade civil é pela
1048 reprovação, então a gente vota primeiro a proposta da sociedade civil e depois a gente
1049 vota a proposta da SEDESE? A proposta da SEDESE é pela aprovação com as
1050 recomendações. Ficou claro a proposta? Porque eu estou entendendo que vocês já
1051 trazem a proposta. Não aceitam os argumentos e querem que a proposta de vocês seja
1052 votada. **GRAZIELE:** Sim. É claro que a gente pode discutir, mas... **PRESIDENTE:** Está
1053 em discussão. **GRAZIELE:** Sim. É. **ELDER:** Eu acho que é muito importante esclarecer
1054 muita coisa aqui. Motivo de reprovação de contas. Primeiro: dano ao erário. Esse é o
1055 primeiro motivo. Segundo: irregularidade. A anulação orçamentária não é irregularidade.
1056 A anulação orçamentária está sendo feita uma confusão aqui. O que eu estou vendo que
1057 está sendo entendido é que pegou o dinheiro de uma coisa para fazer outra. Orçamento
1058 não é financeiro. Orçamento não é dinheiro. Orçamento é o que você previu que você vai
1059 utilizar. Esses milhões, que eu nem sei quantos, se não me engano são R\$ 5 milhões. R\$
1060 6 milhões. Esses R\$ 6 milhões eles nunca entraram na ação e foram passados para outra
1061 ação. Isso nunca aconteceu. Eles foram previstos. Esse dinheiro não entrou na ação. Isso
1062 é uma anulação orçamentária que acontece em todos os orçamentos de todos os órgãos
1063 de todos os entes. Quem é gestor sabe disso. E eu acho o seguinte, se existe alguma
1064 dúvida com relação, primeiro que eu acho que é muito complicado trazer uma coisa
1065 falando de irregularidade sem saber se é irregularidade mesmo. Isso é muito grave. Eu
1066 acho que todo mundo aqui do governo tem compromisso de chegar aqui, explicar as
1067 coisas. Ninguém está cometendo irregularidade. Ninguém está trazendo dado que não é
1068 falso. Falar que a gente não explicou as ações. As ações foram explicadas sim. É claro
1069 que houve dúvida e é claro que a gente pode e vai melhorar, porque o que a gente quer
1070 é que todo mundo entenda, e no fim faça uma aprovação ou uma reprovação, quando
1071 tiver elementos para reprovação, com certeza do que está fazendo. Então se há uma
1072 dúvida quanto a essa anulação, eu faço questão de pedir vistas agora, porque na próxima
1073 plenária eu vou trazer um relatório provando que anulação orçamentária não é ilegal.

1074 **PRESIDENTE:** Votação do pedido de vistas? Eu ainda acho que a sociedade civil vai
1075 manter a proposta? Porque nós temos a proposta da sociedade civil para ser votada e o
1076 pedido de vista para ser votado. **LUDSON, CRESS:** Mariana, o pedido de vista não precisa
1077 ser votado. Ele é direito do conselheiro. **PRESIDENTE:** Não. A plenária tem que aprovar.
1078 **LUDSON, CRESS:** O pedido de vista? **PRESIDENTE:** O pedido de vista. **LUDSON,**
1079 **CRESS:** Pelo regimento? **PRESIDENTE:** Secretaria Executiva, consulta o regimento.
1080 **LUDSON, CRESS:** Eu acho que é direito, não tenho certeza, mas eu acho que é direito
1081 do conselheiro. **GRAZIELE:** Eu tenho essa dúvida, mas atende as duas questões.
1082 **PRESIDENTE:** A sociedade civil mantém a proposta, aí a gente vota a proposta da
1083 sociedade civil e depois vota o pedido de vista? **LUDSON, CRESS:** Não. Eu acho que tem
1084 que conferir o pedido de vista antes. Se for direito do conselheiro, a matéria é
1085 imediatamente suspensa e volta na próxima reunião. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** A
1086 sociedade civil fez uma proposta pela reprovação. Eu argumentei. O Elder fez outros
1087 argumentos e agora fez um pedido de vista. A minha pergunta é: vota o pedido da
1088 sociedade civil e também o pedido de vista? Vota só o pedido de vista e... **LUDSON,**
1089 **CRESS:** Confere o regimento primeiro. **PRESIDENTE:** Ok. **SIRLENE - CEAS:** “Artigo 11.
1090 É facultado ao conselheiro pedir vista sobre a matéria em discussão, sendo esta retirada
1091 da pauta, a critério da plenária.” **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
1092 O pedido que deve ser analisado neste momento é o pedido de vista, única e
1093 exclusivamente. **GRAZIELE:** Precisa ser votado? Eu acho que não precisa ser votado,
1094 não. **SIRLENE - CEAS:** Aqui só fala que ele precisa ser retirado de pauta, a critério da
1095 plenária. A plenária é que decide. **PRESIDENTE:** A plenária é que decide. Pelo pedido de
1096 vista pelo Conselheiro Elder. A plenária aprova o pedido de vista do Conselheiro Elder?
1097 Algum conselheiro manifesta pela reprovação? Abstenção? Suspensa a discussão da
1098 matéria. Próximo ponto de pauta é... **LUDSON, CRESS:** Mariana, só um ponto. Só para a
1099 gente organizar, como o próprio conselheiro manifestou, fica pactuado que na próxima
1100 plenária ele traga o entendimento conforme pedido de vista. **LUCAS, CONSELHO**
1101 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Tem que falar o prazo. Não falou o prazo. **GRAZIELE:**
1102 Mas ele falou. Ele falou. **PRESIDENTE:** Até a próxima plenária. Fica suspensa a matéria
1103 e o pedido de vista será apresentado na próxima plenária ordinária. **GRAZIELE:** Não, mas
1104 é porque ele falou. **ARLETE, GRAAL:** Eu gostei muito da frase que o Elder trouxe aqui.
1105 Ele disse o seguinte: “Quem é gestor sabe disso.” É verdade. Por isso que a gente fica
1106 nesse conflito, nessa necessidade de mais informações, nessa necessidade de ter
1107 segurança, porque nem todas as pessoas que estão aqui são gestoras. E isso é muito
1108 bom para nós que não somos gestores e nem gestoras, porque é também um processo
1109 de aprendizagem. A nossa compreensão passa muito pelo sentido da acessibilidade e da
1110 efetividade da política pública lá nas bases. Agora, a gestão, ela tem por obrigação

1111 realmente de saber. E essas frases me chamam a atenção porque reforçam o meu
1112 entendimento e o porquê que eu estou aqui. **PRESIDENTE:** Eu quero só reforçar, d.
1113 Arlete, que dúvida também, no caso de dúvida, a reprovação ela é grave. Quando você
1114 não tem a certeza da irregularidade das contas e a sociedade civil manifesta pela
1115 reprovação, ela traz aqui uma certeza que ela tem sobre o que a SEDESE apresentou.
1116 Vocês decidiram entendendo por irregularidades. Isso é grave. Mas eu estou dizendo que
1117 tomar uma decisão baseada em dúvidas dessa natureza é gravíssimo. **GRAZIELE:** A
1118 gente não se baseou na nossa reprovação em dúvidas, como a Kariny estava falando. A
1119 gente entende que houve uma irregularidade porque a gente espera é que vocês possam
1120 esclarecer. E o que o Elder colocou está tudo certo. **PRESIDENTE:** Eu só estou dizendo
1121 com base na fala da d. Arlete, que a sociedade civil desconhece o assunto e por isso ela
1122 toma decisão de reprovar. **GRAZIELE:** Não foi isso que ela falou. **ARLETE, GRAAL:**
1123 Mariana, esse espaço aqui, nós sabemos que ele é um espaço político. É um espaço de
1124 disputa. E a nossa disputa, eu entendo que é de todo mundo, mas nós principalmente da
1125 sociedade civil, o nosso olhar está muito focado no território que nós pisamos, nas
1126 comunidades que nós vivemos, nas faltas e ausências que existem da falta da presença
1127 do estado onde estamos. Isso é fato. E eu não estou inventando isso, como também não
1128 inventei a roda. Agora, a sua fala dizer que eu disse que é por isso que nós estamos
1129 tomando essa decisão, você está dizendo equivocadamente aquilo que você entendeu e
1130 colocando palavras em minha boca. Eu estou dizendo que esse espaço é um espaço de
1131 aprendizagem. E que quando o Conselheiro Elder diz que o gestor sabe, é fato. Eu só
1132 estou reafirmando essa condição do gestor. E eu estou reafirmando a nossa condição de
1133 pessoas humanas e principalmente da sociedade civil de considerar esse espaço como
1134 um espaço de aprendizagem. E que como os gestores sabem disso, têm conhecimento,
1135 certeza, firmeza de tudo que estão fazendo, não deveria causar incômodo a nossa
1136 ignorância. Talvez nem de todos, mas eu admito que em dados momentos eu me sinto
1137 uma pessoa ignorante. E ignorante não porque eu não tenha a capacidade de
1138 compreender, de entender e de aprender. Ignorante com relação à pauta. E dentro da
1139 pauta tem itens que realmente eu vou me aprofundando. Eu vivo em um processo de
1140 aprendizagem constante. Eu só quero reafirmar isso. E assim sem ofender ninguém, sem
1141 dizer que tem gente que está certo e tem gente que está errado. Sem dizer que a decisão
1142 da sociedade civil ela tem um sentido de imaturidade, pelo contrário, a gente prefere
1143 insistir na pauta e conhecer mais, do que a gente dar um passo além das nossas
1144 condições. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu queria só chamar atenção que o pedido de
1145 vista do Conselheiro Elder é tão legítimo que a sociedade civil votou com ele. Por quê?
1146 Porque a gente também quer ter a clareza e o esclarecimento que ele se propõe a trazer
1147 para a gente. Nossa intenção aqui não é prejudicar nada. Está muito claro aqui. A nossa

1148 intenção aqui é ter conhecimento e segurança para votar. Até então, a nossa segurança
1149 era votar pela não aprovação. E que ele traga as informações necessárias para que a
1150 gente mude de voto. **GRAZIELE:** E a nossa reprovação não está no lugar de
1151 desconhecimento ou de dúvida. Ela está em um lugar, talvez, de uma informação
1152 equivocada da nossa compreensão. E é por isso que a Gabi também falou que é legítimo.
1153 E a gente votou a favor do pedido de vista justamente por isso. Não quer dizer de uma
1154 verdade que a gente está dizendo que o governo está falhando. Eu queria usar a sua
1155 palavra, mas eu esqueci. Fazendo algo irregular. Mas a gente, nesse momento,
1156 compreende que é irregular sim. Agora, é claro que vocês têm toda condição de nos
1157 explicar melhor. E a gente repensar e revisar a nossa avaliação. Eu, enquanto psicóloga,
1158 eu aprendi uma única coisa essencial na faculdade. Eu não sei. É isso que quando a gente
1159 entra em um espaço é minha clareza, eu não sei. E isso a gente tem que estar muito
1160 seguro, porque o tempo todo na nossa sociedade, no nosso coletivo, a gente é chamado
1161 a saber sobre tudo. E a gente não sabe até ser esclarecido. Isso é o legado que levei da
1162 minha formação de psicologia. Eu não sei se eu não escuto. Eu não sei se eu não me
1163 informo, se eu não compartilho. Esse não saber é importante e necessário para a nossa
1164 construção. **BAIÃO:** Mariana, nós discutimos muito, tanto que chegamos atrasados
1165 porque foi uma discussão muito longa com falta de entendimento do que estava no papel.
1166 E eu me senti muito incomodada, como os demais que estavam presentes. E não vejo o
1167 porquê de tanta estranheza, não, porque quando voltamos para a plenária você, Mariana,
1168 também nos esclareceu, foi esclarecendo o porquê do dinheiro. O que nos incomodou foi
1169 a questão do volume daquele dinheiro da capacitação para viagens. Aquilo nos incomodou
1170 porque estava sem a prestação de contas daquele conteúdo. Você entende? Então na
1171 plenária foi esclarecido, mas ainda ficaram dúvidas. Hoje de manhã, quando eu não pude
1172 estar, o que os companheiros discutiram, para mim, para meu entendimento que, de todas
1173 as políticas que se discute em qualquer lugar, não é dentro do CEAS. Qualquer lugar que
1174 se discute financiamento para evitar caixa 2, para evitar roubo, para evitar o nome de
1175 ladrão e outras coisas mais, é por isso que nós estamos aqui para discutir, tirar dúvidas e
1176 não votar simplesmente tem que votar. Não. Eu não voto. O meu voto não tem. Aí depende
1177 dos companheiros. Em cima do que eu tenho participado esses anos da mesa de
1178 financiamento aqui do estado, até porque, Mariana, semana passada nós tivemos dois
1179 dias na mesa de financiamento aqui em Belo Horizonte discutindo o programa de governo.
1180 O governo voltou com o que nós já tínhamos discutido, que é na prestação de contas. Nós
1181 não entendemos por que foi preciso rever que determinadas coisas tinham ido parar em
1182 Brasília e voltou para o conselho para revisão. Você entende a seriedade da coisa? Elder,
1183 não adianta ficar bravo. Não adianta. É uma questão muito séria lidar com dinheiro. Ele é
1184 nosso. O dinheiro é nosso. Porque esse dinheiro que entra e sai, não adianta rir, Mariana,

1185 é dinheiro de impostos que o povo paga e é revertido em assistência social e demais
1186 políticas. Eu não fiquei esclarecida. Se dependesse de mim, se fosse aqui o conselho de
1187 Belo Horizonte, nós estaríamos em outra reunião para acabar de tirar dúvida para volta
1188 para a plenária votar ou não. Não adianta, gente, falou que é prestação de contas, ela tem
1189 que ser detalhada. Não é falada. Ela tem que estar detalhada e entendível para que depois
1190 não dê problema até para vocês do CEAS lá fora. **PRESIDENTE:** Dona Maria, vou
1191 responder, não vou responder, vou comentar de forma geral, tanto as falas da d. Arlete,
1192 da Grazielle e da d. Maria. Na questão da minha fala principalmente não é quanto ao
1193 desconhecimento da sociedade civil, pelo contrário, todos nós aqui somos profundos
1194 aprendizes, desculpa, eterno aprendizes na vida, então isso, para mim, não tem nem o
1195 que discutir. A minha ponderação, a minha crítica e o meu comentário que eu quero que
1196 fique bem claro, é quanto à decisão que a sociedade civil trouxe. Uma vez que se alega
1197 desconhecimento ou necessidade de aprofundamento em informações, e se toma uma
1198 decisão. Essa decisão para mim é inconsequente, irresponsável e ela é grave. A minha
1199 fala é nesse sentido considerando a decisão que a sociedade civil trouxe. Eu só quero
1200 esclarecer e que isso fique bem claro porque eu entendo as dificuldades. As dificuldades
1201 são nossas. Ninguém aqui sabe tudo. A matéria orçamentária é complexa, extremamente
1202 complexa. Ninguém tem obrigação de saber. Estamos todos aprendendo, então eu quero
1203 que fique bem claro que a minha fala foi com relação à decisão que foi apresentada e
1204 justificada pela necessidade de aprofundamento de conhecimento. Só isso. Pode falar e
1205 depois a gente passa para o próximo ponto. **GRAZIELE:** Novamente, a gente não fez a
1206 proposta baseada em desconhecimento. A gente fez a proposta baseada no nosso
1207 conhecimento que não quer dizer de uma verdade. Não quer dizer que ele está correto,
1208 por isso a gente ficou muito satisfeito com o pedido de vista do Elder. Não é baseada em
1209 desconhecimento. É baseada na nossa argumentação, na nossa compreensão e na
1210 discussão da sociedade civil. **PHILIPPE, FETSUAS:** Desculpa, Presidenta. Coragem. Você,
1211 o Elder, o colega da SEDESE. Ontem, você mesmo foi lá cobrar da gente um
1212 posicionamento. E a coordenadora da comissão falou aqui ontem. Falou assim: “A gente
1213 precisa ter um pouco mais de tempo para a gente poder discutir.” De repente a gente se
1214 viu perdido em filtro de Excel com celular da nossa coordenadora, um outro celular de um
1215 colega. Os dois representantes... A gente entende. Mas, Presidente, a gente precisa
1216 reconhecer que o momento nosso da quinta-feira está ficando frágil. Está ficando corrido
1217 para a gente. Não fica achando que nós estamos imputando. Nós não estamos de forma
1218 alguma. É só vocês terem um pouco de coragem porque acontece. Ontem foi um dia
1219 atípico para a gente. Coragem em aceitar o tipo de situação porque nós não entendemos.
1220 Infelizmente a comissão lá teve um momento de desentendimento. Nós até levamos em
1221 votação. Silvestre está aí para poder me desmentir ou não. O Daniel também. Mas ontem

1222 não deu para chegar redondo aqui. Foi isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
1223 **CURVELO - SSVP:** Quando a Mariana traz de uma decisão irresponsável, de uma decisão
1224 inconsequente, eu acho que são palavras muito inadequadas. São palavras inadequadas
1225 porque ela faz um julgo de uma decisão que é tomada em cima de um entendimento. De
1226 certo modo, fere até a liberdade do voto dos conselheiros, porque a decisão foi tomada
1227 em cima de um entendimento consolidado em cima das informações que foram trazidas.
1228 Ou seja, uma interpretação dada em cima daquilo que foi colecionado e daquilo que foi
1229 apresentado. Quando a gente passa para o julgo de que a decisão é inconsequente, que
1230 ela é irresponsável, para além de ferir o direito do voto dos conselheiros e da manifestação
1231 livre e democrática de cada um dos conselheiros, ela diz de um julgo do próprio
1232 entendimento consolidado, ou seja, atribuindo esse entendimento consolidado que ele
1233 seja correto ou incorreto. E que a gente sabe que em um espaço democrático não é falar
1234 em correto ou incorreto, adequado e inadequado. Eu acho que esse é o primeiro
1235 entendimento que a gente tem que ter. E se a sociedade civil chegou ao entendimento de
1236 que neste momento o encaminhamento a ser dado, o encaminhamento mais adequado a
1237 ser dado, seria pela desaprovação, foi justamente porque o entendimento consolidado
1238 pela apresentação das informações foi de que o adequado seria, pelo menos da parte dos
1239 representantes da sociedade civil, seria pela desaprovação das contas. Assim como
1240 também poderia ter sido pela aprovação com ressalva, assim também como poderia ser
1241 pela aprovação das contas. Nesse sentido, é importante a gente consolidar que em
1242 nenhum momento a gente faz o julgo do voto da representação governamental, se
1243 adequado ou inadequado sob a perspectiva da aprovação, da aprovação com ressalva ou
1244 da desaprovação. Nesse sentido, eu vou pedir uma retratação da nossa presidente com
1245 relação a essa fala na atribuição desses dois adjetivos que, na minha perspectiva, foram
1246 inadequados com relação ao voto da sociedade civil. **PRESIDENTE:** Cabe a mim
1247 manifestar que quando eu usei esses termos é porque nós estamos falando de uma pauta
1248 absolutamente técnica. Prestação de contas é uma pauta objetiva. Foram apresentados
1249 dados numéricos. Quando eu estou dizendo da decisão da sociedade civil, eu entendo
1250 que o colegiado é político e eu entendo que a decisão é política. Não é isso que eu estou...
1251 A questão é técnica. Como que eu trago aqui apresentação de prestação de contas e
1252 vocês vão me alegar uma decisão de reprovação fundamentada em motivo político?
1253 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Da liberdade de voto, Mariana.
1254 Desculpa te interromper, mas eu precisava. **PRESIDENTE:** Lucas, eu entendo a liberdade
1255 do voto, porém eu também discordo, eu, no meu direito de opinar. Eu discordo de uma
1256 fundamentação política para uma pauta que é estritamente técnica. Só isso. Da mesma
1257 forma que vocês pedem respeito a opinião de vocês, eu peço respeito a minha. **ELDER:**
1258 Eu já pedi vistas. A matéria já saiu de pauta. Eu sugiro que a gente siga porque a matéria

1259 não está mais em pauta. A gente continua discutindo a matéria. Pelo regimento, se a gente
1260 pede vista e vocês aprovaram e, inclusive, muito obrigado a sociedade civil, vamos seguir
1261 com a pauta. **IARA, CSJB:** Se houve esse encerramento, reitero o que o Lucas falou da
1262 forma que você deu tratativa. É muito desrespeitoso, Mariana, você falar que somos
1263 desrespeitosos e inconsequentes. Você pode ser desrespeitada, Mariana, mas nós
1264 estamos em um processo democrático de aprovação e reprovação de uma pauta que o
1265 governo nos trouxe. Em nenhum momento nós usamos esses adjetivos descaracterizando
1266 o trabalho que é feito aqui desrespeitoso. A forma que você colocou dos dois termos foi
1267 muito desrespeitosa e a sociedade civil em nenhum momento agiu dessa forma com o
1268 governo, então fez sim. Foi subjetivo depois que uma pauta que tinha sido encerrada, que
1269 já tido dado processo de vista, você usa dois termos dessa forma. Por favor, nos respeite,
1270 porque o trabalho que estamos fazendo aqui é muito sério. Se nos falta alcance de
1271 conhecimento técnico, eu não disse que não é. Eu estou falando que o nosso. E quando
1272 falo nosso eu falo CEAS. Eu estou respeitando você, então nos respeite também, por
1273 favor. **PRESIDENTE:** Passando para o próximo ponto de pauta. **ELDER:** É sobre a pauta.
1274 Tem dois pontos que obrigatoriamente eu tenho que apresentar nessa plenária. O primeiro
1275 é o relatório do plano de assistência social de barragem, e o segundo é o pedido de vista
1276 da matéria que pedi vista na última plenária. Em teoria, agora, seria o reordenamento dos
1277 CREAS. São dois pontos rápidos inclusive. Eu queria saber se vocês concordam de fazer
1278 esses dois pontos antes do reordenamento. **PRESIDENTE:** A plenária concorda de fazer?
1279 Conselheiros que concordam pelo pedido do Conselheiro Elder. Aprovado. **ELDER:** Como
1280 todo mundo sabe, a gente tem uma lista de conselheiros. E toda vez que vão construir
1281 uma barragem, e lembrando que não é uma barragem de mineração, tipo de Mariana e
1282 Brumadinho, ainda bem. Essas barragens, normalmente são barragens hidrelétricas, ou
1283 seja, eles pegam uma porção de terra, inunda para gerar energia elétrica. E toda vez que
1284 tem um pedido desses, na lei, nas normativas que regulamentam o processo de
1285 licenciamento ambiental para essas barragens, o empreendedor, ou seja, a empresa que
1286 vai fazer a barragem, ela tem que fazer um plano de assistência social e esse plano de
1287 assistência social tem que ser enviado para o CEAS. É eleito um relator com base naquela
1288 lista daquele sorteio que a gente fez, se eu não me engano, em março ou abril. E o relator
1289 fica responsável por apresentar. O relator dessa vez fui eu. Eu acho que ontem vocês
1290 receberam o relatório já. Foi mandado ontem, mas tem que apresentar em plenária
1291 mesmo, então não tem problema vocês terem recebido ontem porque eu vou ler. Eu só
1292 vou fazer uma inversão porque no modelo do relatório começa falando primeiro de visita
1293 in loco e depois contextualização, talvez eu acho que vocês não vão entender. Eu vou ler
1294 primeiro a contextualização e depois eu faço as informações da visita in loco e tal, e depois
1295 a conclusão. A pequena central hidrelétrica PCH Bonfim de Baixo está prevista para ser

1296 implantada no Rio Matipó, no município de Abre Campo, com potência de 8,50 MW e área
1297 de reservatório de 37,92 ha. O Plano de Assistência Social, que aqui a gente vai chamar
1298 de PAS, define como área de influência indireta, AII do empreendimento, toda extensão
1299 do município de Abre Campo. Como área de influência direta que a gente vai chamar de
1300 A e B, o referido plano considerou a comunidade rural de Santa Efigênia, localizada no
1301 município de Abre Campo, que sofrerá os impactos diretos com a instalação da PCH
1302 Bonfim de Baixo. Por fim, o plano de assistência define como área diretamente afetada
1303 todas as 26 propriedades que terão porções de terras demandadas para implantação do
1304 empreendimento. A área afetada está sendo considerado o município Abre Campo como
1305 um todo, mas tem uma área que vai ser diretamente afetada que são justamente aquelas
1306 propriedades que vão perder porções de terras que vão ser inundadas por água para fazer
1307 a barragem. São 26 propriedades, depois eu falo um pouco mais sobre elas. Com relação
1308 às 26 propriedades que compõem a ABA, 16 se localizam na margem esquerda do Rio
1309 Matipó e são identificadas sequencialmente no PAS com as siglas ME, abreviação de
1310 margem esquerda, seguida do número da propriedade que vai de 1 a 16. As outras 9
1311 propriedades são localizadas na margem direita do Rio Matipó. Essas são identificadas
1312 no plano com a sigla MD, abreviação de margem direita, seguida do número de
1313 propriedade que vai de 1 a 9. Então 15 de um lado, 9... Desculpa, eu acho que digitei
1314 errado. Se não me engano são 17 de um lado e 9 do outro. Mas eu faço a correção. Agora,
1315 lendo aqui, eu vi que estava errado também. As 26 propriedades da área que serão
1316 afetadas 43 pessoas, sendo 23 residentes dos imóveis, 3 proprietários e 20 parentes de
1317 proprietários e/ou trabalhadores, e 20 não residentes. Trabalhadores e proprietários que
1318 não residem no local. Ao ser instalado, o empreendimento não atingirá nenhuma
1319 propriedade em sua totalidade. A maior propriedade a ser atingida possui uma área de
1320 210 ha, dos quais apenas 2ha, 0,95% do total, sofrerão intervenções. A menor propriedade
1321 a ser atingida possui 6ha, dos quais 0,43, 7% sofrerão intervenções. A maior propriedade
1322 com maior percentual de intervenção, ou seja, 19,8%, tem 39 ha e 6 serão afetados. Já
1323 com menor percentual 0,08%, 90 ha, dos quais 0,08% serão afetados. Para compensar
1324 os impactos causados na comunidade, o empreendedor propõe desenvolvimento dos
1325 seguintes projetos, são 7. 1º. Projeto de comunicação social que objetiva fazer uma série
1326 de ações para informar à população sobre o andamento dessas obras, aí passa por
1327 divulgação em rede social, comunicação oral para manter os moradores das áreas
1328 afetadas informados, material impresso. Eles vão fazer um jornalzinho e tal. Eles
1329 explicaram tudo isso lá. Tem o 2. Que é um projeto de negociação de terras e benfeitorias
1330 que busca ressarcir os proprietários que sofreram intervenções em suas propriedades
1331 decorrentes da instalação da PCH por meio da aquisição de porções de terra ou realização
1332 de benfeitorias. Eles vão conversar com cada proprietário e falar: "Da sua propriedade vai

1333 ser atingida tantos por cento.” Aí eles vão negociar. Ou a pessoa vende, se ela quiser
1334 vender. Ou, às vezes, é um pedacinho da propriedade, por exemplo, tem ali um pasto, aí
1335 ele fala: “Não, eu vou transferir o seu pasto para um outro local dentro da sua propriedade
1336 e o empreendedor mesmo vai pagar.” Então eles vão conversando com cada um desses
1337 proprietários para chegar a um acordo. Como eu disse, ninguém vai ter a propriedade
1338 totalmente afetada, mas tem uma questão sobre isso que a gente vai chegar mais na
1339 frente. 3. Um projeto de aproveitamento da mão de obra local que objetiva contratar
1340 pessoas do município de Abre Campo, especificamente daquela região para trabalhar na
1341 obra de construção da barragem para aquecer a economia e esse tipo de coisa. 4. Projeto
1342 de apoio e assistência técnica aos produtores rurais que tem o objetivo de auxiliar as
1343 famílias residentes nas áreas afetadas a otimizar as práticas produtivas aplicadas no
1344 cultivo de hortas e pequenas lavouras. Eles vão fazer uma série de ações, capacitações
1345 para ensinar as pessoas a essa cultura que é melhor, essa é pior, o seu solo é melhor
1346 para isso, ele é melhor para aquilo, coisas nesse sentido. 6. Um projeto de monitoramento
1347 socioeconômico que é basicamente atualizar e monitorar periodicamente os dados
1348 socioeconômicos da região afetada pelo empreendimento para que seja possível
1349 mensurar os impactos. 7. Projetos de atendimento social que inclui a implantação do posto
1350 de atendimento social, que é o ponto que a gente vai mais discutir, com a presença de um
1351 profissional de serviço social e outro de psicologia. No Distrito de Granada, isso é muito
1352 importante. O Distrito de Granada, ele fica a 7 km da comunidade de Santa Efigênia. A
1353 proposta que eles estão fazendo é que o empreendimento vai ser em uma comunidade,
1354 mas eles querem colocar o posto de atendimento social em outra que fica a 7 km de onde
1355 vai ser feito o empreendimento. Tanto a Rosa que foi lá, visitou, inclusive, quanto eu, vimos
1356 um problema nesse ponto e a gente até discutiu com a equipe socioassistencial municipal
1357 porque a gente acha que o posto deveria ficar na localidade do empreendimento e não a
1358 7 km. Segundo eles, falaram que o Distrito de Granada já é uma referência para Santa
1359 Efigênia. E que as pessoas vão lá para estudar porque lá é que tem escola, posto de
1360 saúde e supermercado. E que a comunidade de Santa Efigênia tem poucos moradores.
1361 Tinha uma escola lá que foi fechada, segundo eles, porque não tinha aluno. E que isso já
1362 é um caminho muito comum de eles fazerem, mas, mesmo assim, eu e a Rosa temos
1363 ficado preocupados com essa questão dos 7 km. Até por isso marquei uma reunião com
1364 a equipe socioassistencial do município para perguntar. E vai ser até surpreendente o que
1365 eles vão falar. Daqui a pouco eu falo para vocês o que eles acharam disso. Exatamente,
1366 meia-noite eu conto. O empreendedor justificou a instalação do posto de atendimento fora
1367 comunidade Santa Efigênia argumentando que o Distrito de Granada já é referência para
1368 a comunidade para compras, acesso à Unidade Básica de Saúde e outros serviços
1369 essenciais. Também citou dificuldades de acesso à Internet na comunidade de Santa

1370 Efigênia. Segundo eles, a comunidade de Santa Efigênia não tem Internet. Isso seria um
1371 problema no atendimento. No entanto, considerando a distância do distrito para a
1372 comunidade e a importância de que o posto seja acessível à comunidade afetada,
1373 sobretudo aquela residente na área diretamente afetada, ou seja, quem vai perder porção
1374 de terra, considero que a distância de 7 km entre o possível local de instalação do posto
1375 e a comunidade pode dificultar o acesso das famílias e prejudicar o atendimento a ser
1376 realizado. No entanto, a equipe socioassistencial municipal avalia que o acesso ao distrito
1377 de Granada, mesmo com essa distância, é mais fácil com o acesso à comunidade Santa
1378 Efigênia. Eles falaram muito disso. Daqui a pouco eu vou falar também. Por fim, conforme
1379 informações da análise técnica do empreendimento realizada após visita in loco da técnica
1380 da Secretaria Executiva Rosalice Tassar, porque a Rosa chama-se Rosalice, não sei se
1381 todo mundo sabe. Ela se chama Rosalice. O proprietário Adão Leonardo de Miranda,
1382 proprietário da margem esquerda 8, 8ª propriedade da margem esquerda do Rio Matipó,
1383 em conjunto com a sua esposa Maria das Graças, declarou preferir vender toda a
1384 propriedade que terá 17,08% da sua área atingida pelo empreendimento. Segundo o
1385 casal, a fonte de água que abastece a casa para alimentação, higiene e outras
1386 necessidades será afetada. Além do fato de que parte da área de preservação permanente
1387 atingirá metade de sua lavoura. Depois que eles fizeram as entrevistas, nesse caso, ele
1388 falou que percebeu que mesmo eles perdendo 1/5 da terra, para eles não era interessante
1389 ficar com os outros 80% e só receber o dinheiro porque isso iria afetar toda a lavoura deles
1390 e todas as atividades que eles fazem lá. Então a gente tem sinalizado que o empreendedor
1391 deve fazer a negociação da área total e auxiliar ele a encontrar um novo local para morar.
1392 Agora, falando um pouco sobre a entrevista com o pessoal do CRAS, que eu fiz também,
1393 participou da entrevista, a reunião foi realizada virtualmente no dia 8 de novembro. Foi
1394 virtualmente por causa do tempo. Não dava tempo de ir até e voltar, com a presença da
1395 gestora municipal de assistência social de Abre Campo, Maria da Consolação de Paula,
1396 da coordenadora do CRAS de Abre Campo, Patrícia Daniel da Silva Marcolino Magalhães
1397 e da supervisora do Programa Criança Feliz, Aline de Souza Linhares. Segundo as
1398 profissionais, a percepção dos moradores das propriedades que serão diretamente
1399 afetadas com a construção do empreendimento, é realmente positiva, pois a maioria deles
1400 não reside nos imóveis, bem como, têm expectativa de negociar valor satisfatório pela
1401 venda das terras para o empreendedor. A equipe socioassistencial ainda afirmou que as
1402 famílias proprietárias não demandam os serviços, programas, projetos ou benefícios
1403 socioassistenciais ofertados pela gestão municipal, pois não são famílias em situação de
1404 vulnerabilidade. As profissionais do SUAS informaram que há famílias vulneráveis na
1405 comunidade, entretanto não são aquelas da área diretamente afetada. Segundo o pessoal
1406 do CRAS, a comunidade realmente é uma comunidade vulnerável. No entanto, essas 26

1407 propriedades são famílias que têm uma condição socioeconômica melhor, segundo eles.
1408 E que nem demandam serviços do CRAS, inclusive elas conheceram essas famílias nesse
1409 momento de negociação e de falar do plano de assistência social. Não são famílias que
1410 participam do PAIF, do serviço de convivência. Não demandam benefício eventual.
1411 Falaram também que não recebem programa de transferência de renda. E eu fiz essa
1412 pergunta porque no plano de assistência social tem cada família com a foto e falando:
1413 Essa família achou positivo, negativo a instalação da barragem? Praticamente todas
1414 falaram que era positivo e que elas tinham expectativa de vender bem aquele pedaço de
1415 terra. Apenas duas disseram que não tinham opinião, que tinham que ver o que ia
1416 acontecer. Sendo que uma delas é até a que falou depois que queria vender a casa toda.
1417 Tanto no plano quanto na reunião, foi mencionado que as famílias da comunidade não
1418 costumam aderir às ações socioassistenciais realizadas no território, como as oficinas
1419 USFV. As profissionais informaram que é comum nas famílias da região que os jovens
1420 deixem a comunidade para estudar, bem como os homens mais velhos para trabalhar na
1421 cidade. Assim as mulheres costumam ficar sozinhas em casa sendo importante realizar
1422 ações de fortalecimento de vínculo comunitário entre essas pessoas. Da comunidade que
1423 é vulnerável acontece isso, ficam, muitas vezes só as mulheres sozinhas, porque os filhos
1424 viajam para estudar e os maridos para trabalhar, ou esposos. Com relação aos projetos a
1425 serem desenvolvidos pelo empreendedor constantes no plano, informei que tendo em
1426 vista as questões apresentadas no plano sobre a baixa adesão da comunidade Santa
1427 Efigênia às ações socioassistenciais, bem como as questões relativas às mulheres que
1428 ficam sozinhas em suas residências, seria relevante o desenvolvimento de um novo
1429 projeto em parceria com o CRAS voltado para o fortalecimento dos vínculos comunitários.
1430 A equipe socioassistencial considerou a sugestão pertinente. Por fim, com relação à
1431 instalação do posto de atendimento social no distrito de Granada, localizado a 7 km de
1432 Santa Efigênia, a equipe socioassistencial informou que a equipe do empreendimento
1433 pediu sugestões sobre o melhor ponto para a instalação do posto e que a gestão municipal
1434 sugeriu a instalação em Granada. Na verdade, o empreendimento queria fazer em Santa
1435 Efigênia, mas a própria gestão municipal falou para fazer em Granada porque eles
1436 entendem que vai ser melhor. Os motivos defendidos pelos profissionais para essa
1437 decisão são similares aos apresentados no plano. Em Granada há conexão de Internet,
1438 facilidade de acesso. O distrito conta com oferta de serviços públicos, como escola e
1439 Internet, posto de saúde. E, segundo as profissionais, os moradores da comunidade de
1440 Santa Efigênia vão corriqueiramente até Granada para realizar atividades como fazer
1441 compras. Eles falam que a comunidade é muito grande e que até quem mora lá na
1442 comunidade é mais fácil ir para Granada do que fazer alguma coisa dentro da comunidade
1443 porque lá é muito difícil o transporte. Disseram que não tem ônibus. Mas eu falei: “Se não

1444 tem ônibus, como é que eles vão parar em Granada?” Eles falaram que para Granada tem
1445 transporte. Muitos falaram assim: “Ah, não, mas eles têm carro.” Eles têm carro? Mas está
1446 meio estranha essa história. Disseram que eles se organizam e conseguem ir lá com muita
1447 tranquilidade. Foi uma situação complicada porque eu e a Rosa, a nossa visão é do plano,
1448 do que a Rosa viu na visita e da minha conversa com eles. A nossa visão é que deveria
1449 ser em Santa Efigênia mesmo, só que a equipe do município, inclusive CRAS, inclusive a
1450 gestora, falam que em Granada vai ser melhor. Então a gente tem um impasse de onde
1451 vai colocar esse posto. **ROSA:** Elder, só complementando. Eu conversei com a equipe
1452 que elaborou o próprio plano de assistência social. Conversei como que o canteiro de
1453 obras que vai ter que ter Internet, telefonia, toda a rede vai estar muito próxima de Santa
1454 Efigênia. Como vai ter acesso a esse tipo de comunicação e a alegação da equipe até do
1455 conselho municipal também falou que lá não tem acesso à telefonia ou Internet. No
1456 canteiro de obras vai ter, então o que for instalado no canteiro de obras pode ser estendido
1457 para o posto de atendimento social. Eu busquei informações junto com a equipe que
1458 elaborou o plano de assistência social. A equipe que está fazendo o estudo de campo lá,
1459 todos eles têm Internet, todos eles têm telefonia. E lá, realmente, tudo que eles falam
1460 assim: “A comunidade Santa Efigênia não adere. A comunidade Santa Efigênia não
1461 participa. A comunidade Santa Efigênia...”. Então, por que eu conversei com ela e disse
1462 assim: “Então o posto tem que ser onde? Em Santa Efigênia.” Porque a convivência, você
1463 só adere a algo se você convive com aquilo. E se você não pode conviver, se você tem
1464 que se deslocar da sua casa e ir para um projeto ou um acompanhamento, você vai ter
1465 que fazer esse deslocamento. Isso é complicado mesmo para quem muitas vezes não tem
1466 renda para ficar pegando ônibus. Não tem renda para ir a pé. Não tem renda para pegar
1467 carona. Sei lá. Aí eu conversei e eles falaram que se vai ter no canteiro de obras que é
1468 muito próximo, por que Santa Efigênia? O impacto da obra vai ser próximo a Santa
1469 Efigênia, então vai ter caminhão transitando em torno. Vai ter pessoas novas na
1470 comunidade, então a gente tem que instalar um equipamento lá. Para quê? Fazer esse
1471 monitoramento também. E a gente só consegue fazer monitoramento acompanhando
1472 diariamente. O meu parecer está para Santa Efigênia também, pensando nessas
1473 possibilidades de levar um ganho social para dentro dessa comunidade. **ELDER:**
1474 Exatamente. E considerando esses esclarecimentos, eu pontuei que, conforme o art. 6º,
1475 parágrafo 2º, da Resolução CEAS 498/2014, que dispõe sobre o plano de assistência
1476 social para a população de área inundada por reservatório PAS/Barragem, fica o
1477 empreendedor obrigado a instituir posto de atendimento social nos municípios atingidos
1478 pelo empreendimento, iniciando suas atividades operacionais imediatamente após o
1479 recebimento do alvará de funcionamento fornecido pela municipalidade local. O posto é
1480 um equipamento para fins de atendimento à população, direta ou indiretamente atingida

1481 pelo empreendimento, bem como toda a comunidade. Isso é importante. O posto não é
1482 só para quem vai ter a área, a propriedade afetada. Todo mundo que está sendo afetado
1483 ali, ele pode ir ao posto para pedir informações e levar as suas demandas. Inclusive isso
1484 foi até um ponto que a gestão voltou a falar que deveria ser em Granada. Eles falaram
1485 justamente que é para o município todo, é muito mais fácil as pessoas irem para Granada
1486 do que irem para Santa Efigênia, então a gente não chegou a um acordo sobre isso. Bem
1487 como toda a comunidade ser o local de referência de articulação do atingido com a rede
1488 de serviços socioassistenciais existentes, poder público local do empreendimento, ter
1489 estrutura própria, independentemente proporcional ao número de atingidos a serem
1490 atingidos. Apresentar localização acessível aos atingidos e com acessibilidade e ser
1491 mobiliado em função do atendimento estimado. Desse modo, considerando que a
1492 comunidade Santa Efigênia está localizada a 7 km do distrito de Granada, entende-se que
1493 essa distância pode representar um entrave para que as famílias da comunidade acessem
1494 o posto. Foi perguntado à equipe socioassistencial, se caso seja possível instalar o posto
1495 na comunidade Santa Efigênia com estrutura adequada ao atendimento à população, essa
1496 solução seria melhor do que a instalação em Granada. As profissionais responderam que
1497 em suas avaliações, mesmo que essa possibilidade se torne viável, a instalação do posto
1498 em Granada atenderia melhor a população devido à facilidade de acesso dos moradores
1499 ao município. Elas não concordam de deixar em Granada de jeito nenhum. Sem mais
1500 questionamentos, a equipe socioassistencial municipal foi informada que o CEAS é
1501 responsável pelo monitoramento periódico da implementação das ações previstas no
1502 plano. E que caso a gestão identifique falhas na execução do plano, poderia informar ao
1503 CEAS para providências. Agora, finalizando, são as considerações finais e meu parecer
1504 conclusivo. Após a análise do plano referente à instalação da pequena Central Hidrelétrica
1505 Bonfim de Baixo, análise técnica elaborada pela Secretaria Executiva do CEAS e demais
1506 documentos presentes no processo, manifesto-me favorável à aprovação do plano desde
1507 que haja atendimento das seguintes ressalvas: 1. Que o empreendedor reavalie a
1508 possibilidade de instalação do posto de atendimento social na comunidade Santa Efigênia.
1509 2. Caso seja mantida a decisão de instalação do posto no distrito de Granada, que o
1510 empreendedor apresente elementos e informações detalhadas que justifiquem essa
1511 escolha, bem como, informe as opções de transporte e locomoção existentes para que os
1512 moradores da comunidade Santa Efigênia; bem como de outras localidades afetadas,
1513 possam acessar o posto. Isso a gente conseguiu chegar a um acordo depois de muita
1514 discussão porque a gestão pediu muito para não colocar em Santa Efigênia. E eu coloquei
1515 muitos pontos nas nossas preocupações, então a gente falou: “Vocês vão ter que justificar
1516 isso melhor porque pelas justificativas que estão ali, a gente entende que não chegou a
1517 essa conclusão.” **CRISLAINE, CMAS CONSELHEIRO LAFAIETE:** Eu fiquei curiosa

1518 porque no documento ele sempre apresenta a fala do gestor do município, a fala da equipe
1519 técnica. E essa equipe técnica inclusive informa que parte dessa população nem acessa
1520 o serviço, então, na minha concepção você necessariamente não conhece também essa
1521 população. E muito me interessa saber se teve, por exemplo, às vezes, uma audiência
1522 pública, alguma reunião, algum tipo de articulação diretamente com os moradores que
1523 serão atingidos. **ELDER:** A Rosa até foi na audiência pública, qualquer coisa ela responde
1524 depois. **CRISLAINE, CMAS CONSELHEIRO LAFAIETE:** E é para saber se para eles
1525 realmente vai atender lá na outra cidade ou se para eles satisfaz e atende muito melhor
1526 com as condições favoráveis para que ocorra em Santa Efigênia. **ROSA:** Pois é, a
1527 audiência pública aconteceu e eles apresentaram, o empreendedor apresentou a
1528 possibilidade e até mesmo os técnicos do empreendimento alegam que Santa Efigênia
1529 seria o local ideal para as ações mais diretas em Santa Efigênia. Durante a audiência
1530 pública a gestão municipal aponta Granada e todo mundo concordou. A população não
1531 manifesta. A população não manifestou. Entendeu? Foi a própria gestão falou assim:
1532 “Granada é o lugar de referência de todo mundo.” E as pessoas aceitaram. Porém, na
1533 comunidade é o mais interessante. A comunidade não se manifestou, então nessa
1534 justificativa que o Elder fala, eu acho que a gente pode solicitar a manifestação da própria
1535 comunidade, mas explicando à comunidade de Santa Efigênia qual é o objetivo daquele
1536 equipamento porque se eles não aderem às ações já desenvolvidas no município que é
1537 fora, falar sobre essas ações que vão ser desenvolvidas lá e a importância daquele
1538 equipamento próximo. Porque a falta de informação também pode estar provocando isso.
1539 “Olha, eu não sei para que serve, então eu não vou me manifestar.” Entendeu? Acho que
1540 é importante isso, a gente pedir essa manifestação também da comunidade Santa
1541 Efigênia, porém pelos técnicos do empreendedor explicando o motivo e objetivo daquele
1542 posto de atendimento social. **IARA, CSJB:** A minha questão vem de encontro com o que
1543 foi colocado. Eu acho isso importantíssimo colher essas informações, buscar por elas com
1544 a comunidade, mas também, na hora de fazer esse diálogo, indicar para eles a capacidade
1545 de recurso. Porque uma coisa é dizer: “Não, é melhor lá em Granada.” Mas vocês têm
1546 recurso para acessar Granada? Por que se não como que esse posto vai dar essa
1547 possibilidade de recurso para que essas famílias acessem Granada? Acho que são dois
1548 pontos que tem que conversar com eles, qual que é a importância do posto para eles
1549 entenderem e identificarem se é em Granada ou se Santa Efigênia; e qual é a
1550 disponibilidade de recurso, considerando a oferta de serviço que terá nesse posto, que
1551 eles têm para poder acessar caso a opção seja em Granada. Porque eu acho que fica
1552 muito bem esclarecido para toda a comunidade não só os desafios de não estar em Santa
1553 Efigênia, mas principalmente os desafios de acesso até o local onde estará. Acho que é
1554 nesse sentido que a gente poderia encaminhar, Elder. No mais, está excelente o seu

1555 trabalho mais o da Rosa. **ELDER:** Vocês querem falar mais sobre isso? **GRAZIELE:** Só
1556 comentar também que, às vezes, a gente que mora em cidade que tem uma zona rural
1557 muito grande, isso acontece. Porque 7 km em uma zona rural não é muita coisa. É um
1558 pulinho ali. Mas também, ao mesmo tempo, eles deveriam ter esse tipo de argumento para
1559 trazer para vocês porque parece que isso não fica claro. Porque às vezes a população 7
1560 km não é nada em uma zona rural. E assim, o centro de Santa Efigênia é mais distante
1561 do que esses 7 km, mas eles não trazem isso na argumentação deles. Eu penso que o
1562 encaminhamento de vocês está muito bem-feito, principalmente os três primeiros pontos,
1563 porque é isso, a população compreendeu um pouco mais e às vezes poder se manifestar
1564 porque às vezes têm questões históricas que a assistência deveria se debruçar e trabalhar
1565 junto, principalmente em uma relação comunitária para poder elucidar para a comunidade
1566 trazer os benefícios que talvez um posto seria estabelecido. **ROSA:** Elder, só falar que 7
1567 km é muito. Eu fiz os 7 km. E parte dele eu fiz a pé. É estrada de terra. E no dia choveu.
1568 Eu não consegui atravessar. 7 km é muito. Eu fiz Abre Campo a Granada. Fiz Granada às
1569 comunidades rurais. Depois eu fiz Granada a Santa Efigênia. De Granada a Santa Efigênia
1570 eu dei uma volta muito grande. Eu demorei mais tempo entre as propriedades atingidas a
1571 Granada e de Granada a Santa Efigênia do que o contrário. E onde vai ser o canteiro de
1572 obras até Santa Efigênia, é próximo. **GRAZIELE:** Entendi. **ROSA:** Entendeu? A minha
1573 preocupação é como que vai ser feito esse monitoramento? O técnico vai estar em
1574 Granada a 7 km. Beleza. Ele está lá com Internet, telefonia. Está tudo ótimo. O impacto
1575 da obra porque a gente está trabalhando com impactos, gente, tanto impacto positivo
1576 como negativo. As pessoas vão ser contratadas priorizando Santa Efigênia e Granada.
1577 Ele vão estar lá trabalhando, porém tem gente de fora. Vai ter gente transitando naquela
1578 comunidade que não tem escola. Fecharam a escola porque não tinha aluno. Tem criança
1579 lá. Não tem um posto de saúde. Não tem nada que se houver uma necessidade ou algum
1580 direito violado ali naquele momento, eu vou ter que andar 7km para ir. Entendeu? É para
1581 monitorar mesmo, para desenvolver. Lá são mulheres que ficam lá porque os maridos
1582 saem para trabalhar, enfim. São mulheres que moram lá. É uma comunidade
1583 característica rural, só que não rural de casas longe. É uma comunidade rural de casas
1584 próximas, então dá para se fazer um trabalho lá com aquelas comunidades de vínculo
1585 mesmo, só que elas ficam isoladas, então vamos fazer um vínculo, aproveitar esse ganho
1586 social com o empreendimento que causa o impacto negativo, sim. Apesar das
1587 propriedades serem assim trecho do rio, não vai ter nem lago inundado pelo que a obra
1588 vai ser assim só negociação de terra para área de preservação permanente. O rio já é
1589 bem encaixado, então não vai ter lago. A propriedade que vai ter mais é uma plantação,
1590 é um bananal que tem na beira do rio, que vai ser transferido para cima do rio, acima um
1591 pouco da propriedade dele. São impactos muito pequenos, questão de negociação. Agora,

1592 o impacto que a gente pode provocar de ganho social é em Santa Efigênia. É o que
1593 visualiza tanto que o técnico que ficou lá para elaborar o plano que é um assistente social
1594 já com experiência de trabalho em campo, com trabalho rural. Ela falou: “Eu tentei ser em
1595 Santa Efigênia. Eu enxergo Santa Efigênia.” E ela ficou para fazer esse trabalho.
1596 Entendeu? **MARILENE:** Eu acho que quem... Essa questão que é o impasse da instalação
1597 do posto, acho que só o Isac, como eu, que entende na pele o que é isso, nós que
1598 moramos na zona rural. E tudo que acontece, acontece do mais fácil para o poder público.
1599 No mais fácil para a EMATER. Mais fácil para não sei quem. No mais fácil para não sei
1600 quem. Nunca pensando no fácil para o povo da comunidade, então isso é muito comum.
1601 A gente está muito acostumado a vivenciar isso todos os dias. E eu fico muito feliz. Eu
1602 fiquei prestando atenção no relatório e fico muito feliz porque eu sei que aqui no CEAS
1603 todo mundo é comprometido. A Rosa nessa longa caminhada, muito comprometida com
1604 essa questão das barragens. Porque quando fala assim: “O proprietário prefere vender a
1605 propriedade.” Sabe? Tem muita coisa envolvida nesse vender a propriedade que o
1606 proprietário prefere. Às vezes é o dinheiro pago na hora da necessidade, mas quando a
1607 gente vai pensar, às vezes a própria vontade de sair da roça, pode ser também. Mas
1608 também é uma preocupação pelo empreendimento. É a preocupação de entrar em briga
1609 porque isso é o histórico que a gente tem quando as pessoas vão se colocar, não vou
1610 dizer contra, mas quando se torna um empecilho para o empreendimento acontecer. E às
1611 vezes as pessoas já querem evitar isso porque o povo da roça muitas vezes prefere não
1612 entrar em briga. Então eu falo isso para chamar a atenção, assim, quanto mais escutar
1613 que é indo de acordo, de encontro com tudo que vocês estão dizendo, quanto mais escutar
1614 as pessoas da comunidade e acho que o papel nosso e que vocês fazem muito bem, é o
1615 ponto chave da questão. Eu agora atuando na Secretaria de Agrário da FETAEMG, eu
1616 aprendi. Eu tenho aprendido que, às vezes, uma pessoa que hoje concorda vender a terra,
1617 amanhã já é o que ela queria que acontecesse. Esse processo da escuta e da insistência
1618 em estar cada vez mais próximo das pessoas para entender se é isso mesmo que elas
1619 querem, ou se é por algum outro motivo, eu acho que é muito importante. Eu acho que
1620 vocês têm que bater na tecla mesmo para que esse posto de atendimento seja em Santa
1621 Efigênia. Porque é muito típico de prefeituras, principalmente prefeituras pequenas, tudo
1622 vira um evento para o executivo. Tudo vira propaganda. Tudo vira motivo para fazer
1623 política em cima disso. E às vezes um posto na comunidade Santa Efigênia não dá uma
1624 visibilidade que o prefeito quer que seja uma comunidade Granada, onde mais pessoas
1625 vão ver, onde ele vai conseguir ter ganho político em cima disso. Então é só isso e
1626 parabenizar pelo relatório e dizer que, enquanto moradora rural, eu fico muito confiante
1627 na postura do CEAS, desses conselheiros, ao fazer esse trabalho junto com esses
1628 empreendimentos de barragem e fazendo a defesa dos usuários, das pessoas que estão

1629 lá e que, no final das contas, são as que sempre saem perdendo, seja por vender a terra
1630 mesmo por opção ou por ter que sair da terra que talvez não era uma coisa que estaria
1631 na programação da família que muitas vezes são terras de ancestralidade. Sempre quem
1632 perde vai o usuário, independentemente da situação, seja ela harmônica ou não. **ISAC,**
1633 **ASQUIS:** Eu concordo muito com o que a Marilene disse. Estava pensando, antes de ela
1634 começar a falar, quando começaram a falar dos 7 km, eu estou pensando enquanto
1635 usuário da política. Às vezes não o que vai ser atingido diretamente pelo empreendimento,
1636 mas o que vai ser indiretamente que está lá nessa comunidade. Eu fico muito feliz que o
1637 Elder e a Rosa trouxeram esses pontos encaminhando para deixar o posto mais próximo
1638 da população. Porque eu compreendo, Grazi, quando você diz que 7 km é muito pouco e
1639 é mesmo em termos de distância, mas depende de quem vai fazer o caminho e como vai
1640 fazer o caminho. Eu sou atleta. Para mim andar 7 km é tranquilo, mas não é a mesma
1641 realidade da minha comunidade. Por exemplo, têm pessoas, quem tem meio de transporte
1642 é tranquilo. No momento que acontece, que pode acontecer as violações de direitos, isso
1643 faz uma diferença muito grande. Então eu vou muito com a Rosa, com o Elder, nesse
1644 ponto e pensando um pouco mais no usuário. E concordo com o que a Marilene disse, eu
1645 acho que é muito importante a gente pensar um pouco mais no coletivo nesse caso e
1646 estou de acordo com o relatório. **ARLETE, GRAAL:** O universo da vida rural, ele, às
1647 vezes, é muito romantizado. Às vezes as pessoas chegam e falam assim com a gente:
1648 “Nossa, estou com uma vontade de comer uma comida feita no fogão à lenha.” Aí eu
1649 penso: “Meu Deus do céu, vai acender o fogo.” É verdade. Aí fala assim: “Nossa, será que
1650 dá para a gente comer um arroz de pilão?” Eu falo: “Ah, podia socar o arroz. Vai pilar esse
1651 arroz.” Então, porque na verdade é bom mesmo, mas isso é aquela história assim que,
1652 sem ofender os nossos companheiros homens, o dia dos homens tem fim, mas o nosso
1653 ele não tem fim. A gente cochila e o tempo que a gente cochila já é sonhando ou tendo
1654 pesadelo com o trabalho. É assim o nosso tempo. O nosso tempo não é medido no relógio
1655 porque nós fazemos inúmeras atividades ao mesmo tempo. Aí as pessoas dizem assim:
1656 “Nossa, você é guerreira.” Eu falo: “Eu só queria ser mulher. Me dá essa condição que eu
1657 tenho para que eu possa viver e viver bem com qualidade e que a minha carga de trabalho
1658 não fosse tão grande e tão pesada. E que as responsabilidades a mim atribuídas, elas
1659 não me fossem tão cobradas como são. Porque se a criança, o filho, enfim, deu certo na
1660 escola. Você viu o pai daquele menino? Mas quando o menino dá trabalho: A mãe não
1661 cuida.” Não é? E é dessa forma assim que eu quero trazer um pouco da vivência rural. E
1662 feliz com a fala que me antecede. A Marilene trouxe tão bonitinho o jeito dela falar porque
1663 eu fiquei assim pensando, Deus do céu. Outro dia eu mandei para a Mariana uma foto
1664 minha subindo em uma serra, não foi? O carro quebrou, mas eu tinha que chegar na
1665 comunidade. E a gente subiu essa serra na lama, na unha. De qualquer jeito tinha que

1666 chegar lá. Parabenizo pelo relatório, mas eu quero chamar a atenção aqui quando cita a
1667 questão da água quando a pessoa disse que quer vender porque fala que a água que
1668 abastece a casa para alimentação, higiene e outras necessidades será afetada. Além do
1669 fato de que parte da área de preservação permanente atingirá a metade de sua lavoura.
1670 Quando uma água é afetada, ela não afeta só para quem lida com ela aqui diretamente.
1671 Ela afeta toda a calha. E todo mundo que vai ter acesso a essa água, vai estar usando de
1672 uma água já contaminada. E eu me reporto a algumas comunidades que a gente tem
1673 acompanhado, tem poço artesiano, mas as mangueiras para que essa água chegue até
1674 às famílias, às vezes elas ficam tão caras quanto o poço. E a parte de energia elétrica
1675 também é tão cara que o povo não dá conta de pagar, aí fica sem água. As mangueiras
1676 estragam e fica sem energia elétrica. Então esse olhar trazendo toda essa cartografia do
1677 território é muito interessante para que o empreendedor, que não tem ou tem, o
1678 compromisso de minimizar o impacto desses barramentos naquela localidade, possa
1679 oferecer para essa comunidade, os atingidos diretos e indiretos, melhor qualidade de vida.
1680 E sem a água o que vai acontecer? Quem não conseguir vender a sua área vai abandonar.
1681 Porque sem água não dá para ficar nesse território. Parabenizo também o trabalho dos
1682 nossos representantes, e dizer de que cada dia eu fico muito contemplada com os
1683 relatórios que chegam aqui porque a gente vive isso. Eu moro em um dos municípios que
1684 tem o maior potencial hídrico em Minas. Eu moro em uma cidade que tem 316 km de
1685 margem do Rio São Francisco. E nós temos problemas com acesso à água. **ELDER:** Eu
1686 só vou concluir. **CRISLAINE, CMAS CONSELHEIRO LAFAIETE:** Eu lembrando de uma
1687 apresentação que a Rosa fez. Ela falou muito da importância da composição dessas
1688 equipes que estão nos atendimentos, nesses territórios de apoio. Mediante ao que muita
1689 gente falou aqui, inclusive da mudança de percepção hoje eu quero porque estou
1690 entendendo que a realidade é essa e amanhã eu acabo voltando a minha ideia para trás,
1691 e aí a pessoa já vendeu, e as coisas já estão feitas. A gente não teria a possibilidade de
1692 incluir também um advogado nessa equipe junto com assistente social e a psicóloga?
1693 Porque eu lembro da Rosa falando muito disso, que alguma dessas equipes tinha
1694 advogado. Lembro que até você comentou e ficou na minha memória, o quanto que o
1695 advogado colaborou com os outros dois técnicos, inclusive para essas questões.
1696 Mensurar, por exemplo, qual era a validade da sua terra para que não tivesse equívoco e
1697 desvalorização da venda daquele terreno, como mais um apoio técnico. Porque se tivesse
1698 essa possibilidade para fortalecer inclusive a decisão das famílias, se tivesse a
1699 possibilidade de a gente sugerir a inclusão junto com a assistente social e o psicólogo, e
1700 o advogado também, mediante ao que a Rosa apresentou para a gente naquela época.
1701 **ROSA:** A resolução fala de equipe mínima, um assistente social e um psicólogo. Se vocês
1702 avaliarem... Tá. A equipe mínima é composta e se houver necessidade, a gente pode

1703 acrescentar outros profissionais. Se o conselho avaliar “Olha, mediante por ser 26
1704 propriedades, mesmo com o tamanho muito pequeno de propriedades. Não vamos ter
1705 reassentamento não sei desses casos dessas famílias que por decisão individual. As
1706 demais não vão sofrer impacto porque em relação porque muitas nem moram. Tem
1707 propriedade lá que é só pasto, assim, é pasto alugado. A pessoa não mora. Têm outros
1708 que moram aqui em Belo Horizonte e mantêm lá a propriedade fechada. Enfim, se vocês
1709 avaliarem que há uma necessidade de acrescentar o advogado, a plenária pode fazer isso
1710 porque a resolução 498 fala de equipe mínima. Não fala de uma equipe fechada.
1711 **PRESIDENTE:** Só voltando porque isso, qual que é o volume? Eu fico pensando no
1712 impacto disso se tem demanda dessa população ou seria para a população do município
1713 inteiro. Porque o posto é para o município inteiro. **ROSA:** O advogado seria para atender
1714 o processo de negociação das propriedades, que seriam essas 26. Lembrando, gente,
1715 essas propriedades, muitas delas não vão ter nem 1%, a maioria não vai ter 1% da sua
1716 área atingida. E não vai ter alagamento. Não vai ter a criação daqueles lagos imensos que
1717 a gente conhece. A maioria dessas propriedades, eu acho que são 10, está no trecho de
1718 vazão reduzida. Só para vocês entenderem, Grazi, a vazão reduzida é um trecho do rio,
1719 porque é assim, o rio segue o fluxo normal, chega em um momento que entra na máquina,
1720 sai, segue e volta ao rio normal. Têm propriedades que ficam nesse trecho de vazão
1721 reduzida, mas não acaba a água. Só dá uma reduzida para entrar na máquina e sair de
1722 novo. Não há uma negociação nesse sentido, porém elas vão receber assessoria técnica,
1723 o projeto de agricultura, enfim, eles vão ter todos os acessos que eles vão ter. Se vocês
1724 acham que há a necessidade de um advogado para acompanhar essas negociações.
1725 **IARA, CSJB:** Eu acho assim, Rosa, cada comunidade vai ser uma situação. Eu não
1726 entendo ter o advogado em todos. Mas eu entendo que a gente pode trazer para dentro
1727 dessa resolução alguns critérios para que tenha esse advogado ou que as famílias tenham
1728 a garantia do direito de acessar o advogado, caso elas precisem desse profissional para
1729 ajudá-las na negociação. Porque para ter esse profissional o tempo todo, eu fico pensando
1730 que têm alguns postos que, talvez, vão ter uma demanda de uma orientação um dia, dois
1731 dias, mas não vai precisar da permanência dele ali o tempo todo. Acho que a gente tem
1732 que fazer um desenho com mais critérios. A ideia é excelente, mas a gente trazer mais
1733 critérios para essa questão. **ROSA:** Jequitaiá por exemplo, Jequitaiá é um
1734 megaempreendimento. São três municípios e mais um pedacinho de um. É uma coisa
1735 imensa. Lá tem um advogado em cada posto. Lá tem um assistente social, um psicólogo
1736 e advogado. Lá há a necessidade porque o negócio é estrondoso. É um impacto muito
1737 grande, então os proprietários precisam desse apoio. É uma coisa assim gigantesca. Têm
1738 outros empreendimentos, esqueci o nome, atinge até uma cidade do Rio de Janeiro. São
1739 4 municípios de Minas e 1 do Rio. Ele é interestadual, tanto que é o Ibama que libera as...

1740 Ele precisou porque é uma coisa muito grande. Por isso que a resolução não fecha assim,
1741 equipe composta por, é equipe mínima que minimamente tem o assistente social e
1742 psicólogo. Tem empreendimento que antropólogo. Isac, o seu que teve antropólogo?
1743 Então foi o do William. Do William teve antropólogo. **PRESIDENTE:** Só complementando,
1744 eu acho que nesse sentido se a gente acrescentasse ali. Ali a gente colocou as
1745 condicionantes do empreendedor. Se acrescentasse uma de nº 6 falando de fornecer
1746 apoio e orientação jurídica para a população conforme demanda para a garantia de
1747 direitos, negociação. Descrever esse tipo de orientação. Ao invés de compor equipe
1748 mínima, a gente não vai colocar dentro da equipe mínima, mas coloca que o
1749 empreendedor vai ter que dar uma assistência jurídica para a população nesse sentido. É
1750 uma ideia que me veio aqui. **GRAZIELE:** E pelo que eu estou entendendo, o relatório está
1751 caminhando por uma dificuldade de compreensão também do território. O próprio território
1752 privilegia a um a outro, talvez é deixar mais aberto de uma forma não sugerir um
1753 profissional do direito, mas sugerir um profissional que possa discutir e trabalhar com
1754 aquela comunidade o pertencimento, seu local que os vínculos comunitários. E aí nesse
1755 caso, pelo que eu estou compreendendo, a questão passa muito mais pela necessidade
1756 de um sociólogo, um antropólogo ou então alguém que tenha essa até mesmo a assistente
1757 social, psicólogo, também têm essa competência, mas algo nesse sentido. Deixar claro
1758 na resolução então não seria um profissional porque psicólogo antropólogo, sociólogo,
1759 historiador têm essa competência para poder trabalhar esses vínculos comunitários
1760 relacionais. Acho que talvez pensar nesse lugar mesmo. **ELDER:** Grazi, eu acho que essa
1761 ideia seria boa se a gente colocasse junto com o projeto do ponto 3, que eu coloquei de
1762 fazer um projeto de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. E também
1763 trabalhar as questões relativas ao pertencimento. Acho interessante. Eu só vou terminar
1764 os pontos 4 e 5 e a gente vai para a resolução. 4. Que o empreendedor negocie a
1765 aquisição da área total da propriedade ME 08, conforme manifestação de 3 proprietários.
1766 5. Que o empreendedor semestralmente um relatório de monitoramento da
1767 implementação das ações do PAS com os devidos documentos comprobatórios, conforme
1768 art. 12, Resolução CEAS nº 498/2014. Além das ressalvas recomenda-se que os
1769 profissionais de assistência social e psicologia a serem contratados para trabalhar no
1770 posto de atendimento, sejam preferencialmente da região, onde será realizado o
1771 empreendimento, e possuam conhecimento acerca da dinâmica social do território.
1772 Solicita-se, por fim, que as adequações solicitadas no Plano de Assistência Social
1773 analisado sejam realizadas por meio da elaboração de um adendo ao documento que
1774 deve ser entregue ao CEAS no prazo de 45 dias corridos, a contar da aprovação desta
1775 plenária. A consideração da plenária do CEAS. Rosa, a gente pode ir para a resolução e
1776 colocar esses pontos que vocês colocaram na resolução direto. **ROSA:** Nós fizemos a

1777 minuta, não é Elder? Você quer ler? **ELDER:** “Resolução Aprova o Plano de Assistência
1778 Social da pequena central hidrelétrica de Bonfim de Baixo – PCH Bonfim de Baixo. O
1779 Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, no uso das atribuições legais conferidas
1780 pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; pela Lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996;
1781 Lei Estadual nº 12.812, de 28 de abril de 1998, ainda em conformidade com a deliberação
1782 da plenária 279^a, ocorrida no dia 18 de novembro de 2022, resolve: Art. 1º - Aprovar o
1783 Plano de Assistência Social – PAS da pequena Central Hidrelétrica PCH Bonfim de Baixo,
1784 que será implantada no município de Abre Campo. Parágrafo único – O Conselho Estadual
1785 de Assistência Social – CEAS-MG poderá exigir alterações decorrentes do processo de
1786 sua implementação, observados os princípios e diretrizes da Lei Estadual nº 12.812, de
1787 28 de abril de 1998. Art. 2º - O posto de atendimento social previsto no Plano de
1788 Assistência Social será instalado no município de Abre Campo, em local de melhor e mais
1789 fácil acesso para a população atingida da área do entorno, AE do empreendimento, sendo
1790 dotado de toda a infraestrutura necessária para a realização dos trabalhos. Parágrafo 1º -
1791 O empreendedor deverá avaliar a possibilidade de instalação do posto de atendimento
1792 social na comunidade Santa Efigênia de Abre Campo.” Esse parágrafo 1º a gente pode
1793 trocar e já colocar de uma vez porque vai ter que ser instalado na comunidade de Santa
1794 Efigênia. A plenária que decide. A gente já pode tomar essa decisão agora. **ROSA:** Nós
1795 não vamos fazer a consulta igual foi... **ELDER:** A proposta é fazer a consulta. **ROSA:**
1796 Quando a gente pede a proposta no parágrafo 2º, a gente pode colocar que seja
1797 consultada a comunidade de Santa Efigênia por meio de uma audiência pública. Mas
1798 audiência pública, se eles participarem, assim, vamos raciocinar. Às vezes na audiência
1799 pública, mesmo a gente colocando de uma forma mais clara com profissionais da área de
1800 assistência social, desculpem os advogados, mas sem os advogados, sem os
1801 engenheiros porque as comunidades têm uma certa timidez ao participar de audiência
1802 pública onde só tem engenheiros e advogados. Eles gostam, eles se sentem mais à
1803 vontade com a equipe da área do social, com assistente social, psicólogo. Enfim. Eles se
1804 sentem mais à vontade. Se a gente pedir que eles fizessem essa entrevista a campo ou
1805 com uma reunião com a comunidade, que não seja em uma formatação de uma audiência
1806 pública, uma coisa mais informal. Uma reunião com a comunidade. **ELDER:** Podemos
1807 melhorar o parágrafo 1º e colocar isso: O empreendedor deverá avaliar a possibilidade de
1808 instalação do posto na comunidade Santa Efigênia de Abre Campo e realizar
1809 levantamento. Levantamento, pesquisa, o que a gente vai colocar? Ou pode ser: A partir
1810 da realização de escuta da população atingida? **ROSA:** Não. Da população residente.
1811 **ELDER:** Da população residente das propriedades atingidas. **ROSA:** Não, comunidade
1812 Santa Efigênia, comunidade atingida aí eu vou lá nas 26 propriedades. **ELDER:** Ok.
1813 **MARILENE:** Rosa, vocês não verificaram se tem associação comunitária, não, não é?

1814 **ROSA:** No diagnóstico não pontua, não. Eles não têm essa cultura de associação lá.
1815 **ELDER:** A partir da realização da escuta da população da comunidade Santa Efigênia.
1816 **ROSA:** População residente. **ELDER:** Na comunidade Santa Efigênia. **ROSA:** Na
1817 comunidade Santa Efigênia. **ELDER:** Ok? Ficou bom assim? Abre Campo, a partir é
1818 minúsculo. Só ler como ficou. “O empreendedor deverá avaliar a possibilidade de
1819 instalação do Posto de Atendimento Social na comunidade Santa Efigênia de Abre
1820 Campo, a partir da realização de escuta da população residente na referida comunidade.
1821 Parágrafo 2º - Em caso de instalação do Posto de Atendimento Social no Distrito de
1822 Granada, do município de Abre Campo, o empreendedor deverá apresentar em 45 dias
1823 informações detalhadas que justifiquem essa escolha, bem como informar as opções de
1824 transporte e locomoção existentes. **IARA, CSJB:** Foi aquela questão que eu coloquei, que
1825 eu tenha a opção de transporte, posso ter e posso ter a de locomoção, mas eu tenho
1826 recurso para poder acessar esse transporte para poder ir até o local? Quais as opções de
1827 recurso também para poder... de custeio. É. **ELDER:** Pode ser: Bem como informar as
1828 opções de transporte, locomoção, estratégia para custeio. **ROSA:** Recurso de acesso.
1829 **ELDER:** Quais os outros mesmo? **ROSA:** Recursos de acesso. **ELDER:** Talvez a gente
1830 pode colocar no final. Por fim, deve também informar como será pago. Eu não estou
1831 conseguindo pensar. **ROSA:** Como é? Bem como. **ELDER:** Põe ‘além’ porque já teve
1832 ‘bem como’. Além das formas. **ROSA:** Além dos meios próprios ou meios de recurso?
1833 **IARA, CSJB:** Isso, Rosa. Meios de recurso para acesso. **ROSA:** Ao transporte. **IARA,**
1834 **CSJB:** Isso. **ROSA:** Recurso para acesso das famílias ao transporte. **IARA, CSJB:** Ótimo.
1835 **ELDER:** “Em caso de instalação do Posto de Atendimento Social no distrito de Granada.”
1836 Só ler de novo, Rosa, para mostrar como é que ficou. “Do município de Abre Campo, o
1837 empreendedor deverá apresentar em 45 dias informações detalhadas que justifiquem
1838 essa escolha. Bem como informar as opções de transporte, locomoção existentes para
1839 que os moradores da comunidade Santa Efigênia, bem como de outras localidades
1840 afetadas, possam acessar o posto. Além dos meios de recursos para acesso das famílias
1841 ao transporte. Parágrafo 3º - O Posto de Atendimento Social, mencionado no caput deste
1842 artigo, iniciará suas atividades operacionais imediatamente após o recebimento do alvará
1843 de funcionamento fornecido pela municipalidade local, conforme dispõe o art. 6º, da
1844 Resolução nº 498/2014. Parágrafo 4º - O empreendedor deverá comprovar para o CEAS-
1845 MG o funcionamento do Posto de Atendimento Social, referido no caput deste artigo até
1846 10 dias após o recebimento do alvará.” As outras a gente vai acrescentar aqui. **ROSA:**
1847 Assessoria jurídica. **ELDER:** Isso. Da assessoria jurídica ou a gente colocar... Eu acho
1848 que é melhor colocar aí assessoria para o posto mesmo, não é? É nesse artigo mesmo.
1849 **ROSA:** O empreendedor deverá garantir assessoria jurídica para os atingidos durante o
1850 processo de negociação das terras. **ELDER:** “O empreendedor deverá garantir assessoria

1851 jurídica para os atingidos durante o processo de negociação das terras.” Ok. A questão
1852 do antropólogo, Grazi, eu acho melhor colocar na outra que a gente fala do projeto.
1853 **GRAZIELE:** Eu acho que dá para melhorar o texto do artigo, acho que é 2. **ELDER:** Eu
1854 também estou achando que ele não ficou tão bom. Talvez eles não entendam. **ELDER:**
1855 Todo semestre eles têm que mandar para a gente, para o CEAS, como eles estão
1856 implementando todas essas ações, as comprovações, inclusive, se eles não estiverem
1857 fazendo, até o município pode apresentar denúncia e a gente pode pedir alteração e até
1858 suspensão da licença. A gente que vai garantir na verdade. **BAIÃO:** Essa questão de
1859 advogado é muito séria. Você pensa lá, eles estão lá na maior fragilidade possível. Chega
1860 um cidadão lá se qualificando como advogado. Eles nem sabem. Não sabem conversar.
1861 Não têm entendimento judicial para responder e qualificar aquilo que estão falando. É
1862 muito triste a situação dessas pessoas, muito triste. Eu sou desse interior aí. Eu sou de
1863 Santo Antônio do Grama que é entre Realeza, Abre Campo e Rio Casca. A situação disso
1864 aí, eu estou falando com as meninas aqui, por exemplo, carro, não tem. Eu tenho certeza
1865 de que essa situação perdura ainda. De 15 em 15 dias tem um caminhãozinho que vai de
1866 uma cidade a outra. A pessoa se prepara para aquele dia e fica lá jogada, judiada. Vocês
1867 foram, fizeram a pesquisa e tal. Agora, quando vão voltar para ter certeza de que
1868 aconteceu algo? São essas coisas que preocupam a gente quando eu coloco aqui a
1869 situação do estado de qualificar 71 municípios, trabalhar com 71, aí você está colocando
1870 a fragilidade de 3. E o resto? Onde é que está a obrigação de estado? Gente, é bater,
1871 bater e bater e ter a mesma resposta. Não. Não. Não. Não. Como é que fica o cidadão?
1872 Isso de 3 municípios e o restante das coisas erradas que estão acontecendo? O que dói
1873 mais é saber da não qualificação, do não conhecimento, chega um tal de advogado lá que
1874 vai enrolar, enrolar, quando vê que não tem jeito já ganhou o dinheiro dele e some. Porque
1875 advogado é assim mesmo, muito que fazem é assim. Isso é muito triste. Eu acho que isso
1876 tem que ter acompanhamento. **ELDER:** E esse advogado, Baião, é o próprio
1877 empreendedor que vai pagar, não vão ser as famílias, não. A gente está colocando que
1878 ele tem que pagar para as famílias, para a família não ter que pagar. “Art. 3º - Deverá ser
1879 acrescentado ao PAS/Barragem de PCH Bonfim de Baixo adendo com as seguintes
1880 informações: projeto a ser desenvolvido pelo empreendedor com o objetivo de fortalecer
1881 os vínculos familiares e comunitários.” Eu proponho colocar vírgula, além do sentimento
1882 de pertencimento. **ROSA:** Eu pensei assim: E também desenvolva ações no... Como é
1883 que pode falar na questão do pertencimento? **ELDER:** Ações de... **ROSA:** Que também
1884 desenvolva ações... Grazi? **GRAZIELE:** Ações de pertencimento ao território porque está
1885 aqui, ações de pertencimento ao território, identidade. **ELDER:** Pertencimento e
1886 identidade. **GRAZIELE:** Pertencimento e identidade do território. **ELDER:** E construção
1887 de identidade. **GRAZIELE:** E/ou resgate, pertencimento, identidade, resgate, desenvolva

1888 ações. Que desenvolva ações de identidade, construção, fortalecimento, construção de
1889 pertencimento ao território. Mais alguma palavra, Isac? Porque a gente desenvolve a
1890 identidade. A gente fortalece e a gente constrói aquilo que foi em algum momento
1891 destruído. **ELDER:** Ok. “B. Definição de local onde será instalado o posto de atendimento
1892 social com as devidas justificativas solicitadas no art. 2º da resolução. Art. 4º - O acréscimo
1893 de medidas decorrentes das circunstâncias apresentadas no relatório de implementação
1894 das denúncias formuladas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS ou
1895 nas demandas da população atingida, fica condicionada às deliberações do CEAS. Art. 5º
1896 - As denúncias de irregularidade relativas à execução do PAS devem ser encaminhadas
1897 ao CEAS na forma escrita. Art. 6º - O empreendedor protocolará semestralmente no CEAS
1898 e no CMAS de Abre Campo, relatório de execução das ações relacionadas no Plano de
1899 Assistência Social conforme instrumental anexo à Resolução nº 498/2014, de 18 de
1900 novembro de 2014. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.” Só um
1901 esclarecimento que são 26 propriedades porque a propriedade da margem direita 4 é
1902 dividida em 3, aí dá 26. E, por fim, agradecer todo mundo as ideias e as contribuições.
1903 Acho que ficou muito bom. A gente só realmente em dúvida como que ia colocar e acho
1904 que vai ajudar muito as famílias. Obrigado mesmo. **ROSA:** E vocês, obrigada. Ia falar isso
1905 também. **PRESIDENTE:** Muito bom. Tem que colocar em votação. A plenária aprova a
1906 proposta de resolução apresentada pelo Conselheiro Elder? Conselheiros se manifestem
1907 pela aprovação. **ELDER:** E desculpe a demora, só que todo mundo se empolgou e foi
1908 bom. **PRESIDENTE:** Algum conselheiro se manifesta pela reprovação, abstenção? Então
1909 resolução aprovada. **ROSA:** Viu, Elder. Foi tranquilo. **PRESIDENTE:** Próximo ponto.
1910 Podemos passar para o reordenamento dos CREAS regionais? Porque esse também é
1911 mais urgente. O outro dele não é tão urgente quanto esse. Eu estou com medo do horário.
1912 Porque a gente tem outras questões da comissão que são... Ele mandou um relatório.
1913 Pode ser depois da discussão até porque a pauta tem a ver. Vamos combinar aqui, 14h50,
1914 a gente tem que ir até 16h20, no máximo, porque têm outros pontos de comissões e
1915 grupos que precisam de deliberação. Então vamos lá. O próximo ponto de pauta é o
1916 reordenamento dos CREAS regionais que já foi discutido aqui nesta plenária. Começou a
1917 ser discutido em junho. Foi discutido no mês passado e agora voltamos com a pauta. A
1918 minha apresentação é rápida. Eu vou utilizar a mesma apresentação que eu fiz na CIB. E
1919 esse assunto foi pauta da reunião da CIB da semana passada e pactuado na semana
1920 passada, conforme resolução também encaminhada para os conselheiros. Resgatando
1921 aqui todas as nossas tratativas desse assunto até o dia de hoje. Em junho nós tivemos
1922 uma resolução da CIB, uma reunião da CIB e a proposta apresentada pela SEDESE na
1923 CIB foi o reordenamento de municípios vinculados aos CREAS regionais e o
1924 cofinanciamento de novos CREAS municipais, a partir de um diagnóstico realizado pela

1925 SEDESE também aprovado na CIB em uma câmara técnica que discutiu a expansão da
1926 proteção social especial no estado. A proposta pactuada na CIB e que depois foi aprovada
1927 neste CEAS, foi apenas o cofinanciamento de 29 novos CREAS municipais pelo critério
1928 do diagnóstico. E a CIB encaminhou para o CEAS a discussão sobre o reordenamento
1929 dos CREAS regionais. Após a deliberação do CEAS, em junho, foi criado um grupo de
1930 trabalho de avaliação dos CREAS regionais com a atribuição de avaliar os serviços
1931 prestados pelos CREAS regionais e subsidiar a discussão do reordenamento. O GT do
1932 CEAS realizou 5 reuniões de agosto a outubro. Realizou visitas técnicas nos municípios,
1933 em alguns municípios e alguns CREAS, e trouxe um relatório apresentado aqui nesse
1934 CEAS na reunião de outubro. Após a reunião de outubro, a proposta que foi deliberada
1935 pelo CEAS foi que o reordenamento dos CREAS regionais deveria ser encaminhado à
1936 CIB para a devida pactuação e posterior retorno ao CEAS. Na semana passada nós
1937 levamos isso para a CIB e vou repetir aqui os argumentos que a SEDESE apresenta para
1938 que esse reordenamento seja aprovado. De acordo com a avaliação técnica da SEDESE
1939 e também pela avaliação do GT dos CREAS regionais que trouxe elementos que
1940 corroboram com as nossas justificativas técnicas. As áreas de abrangência dos CREAS
1941 regionais hoje atendem mais municípios do que elas deveriam atender. E temos uma
1942 normativa do CNAS de 2013 que implantou a regionalização da proteção especial no
1943 Brasil, essa resolução nacional do CNAS, ela diz que CREAS regionais preferencialmente
1944 deveriam atender até 4 municípios excepcionalmente a 8. No estado de Minas a gente
1945 trabalha com a excepcionalidade porque nenhum CREAS regional atende até 4
1946 municípios. Todos atendem mais de 5 municípios. A resolução do CNAS também diz que
1947 a distância entre a sede do serviço e os municípios atendidos não deve ser superior a 2
1948 horas de deslocamento. No estado de Minas a gente também descumpra essa regra
1949 porque nós temos 8 municípios que estão a mais de 2 horas de deslocamento entre a
1950 sede e o município que tem que ser atendido. A normativa nacional também trata a
1951 presença semanal e periódica e previsível das equipes regionais em cada um dos
1952 municípios vinculados ao serviço regional. No estado de Minas a gente também
1953 descumpra essa regra, uma vez que o número de municípios é muito grande, as distâncias
1954 são grandes e, mesmo com a equipe mínima completa, esse atendimento não consegue
1955 ser realizado. Após avaliação da SEDESE que foi demonstrada também para o grupo de
1956 trabalho, a gente entende que a regionalização implantada no estado de Minas Gerais
1957 compromete a efetividade dos atendimentos para as famílias e às pessoas em situação
1958 de violação de direitos. E a nossa proposta é que o reordenamento, ou seja, que o serviço
1959 regionalizado seja reorganizado de forma a cumprir a normativa e não trabalhar na
1960 excepcionalidade. E, portanto, a gente deveria desligar alguns municípios do serviço
1961 regional e para que o município, a população que é atendida não fique prejudicada, nós

1962 queremos implantar CREAS municipais nos municípios que seriam desligados do serviço
1963 regional. A proposta que foi levada para a CIB e foi pactuada na CIB da semana passada
1964 é que o município para a implantação de um CREAS municipal, ele passe a receber o
1965 valor de R\$ 8 mil/mês, e que os municípios a serem reorganizados ou reordenados seriam
1966 escolhidos conforme o critério. Qual é o critério pactuado na CIB? Municípios das áreas
1967 de abrangência dos CREAS regionais com deslocamento superior a 2 horas da sede, ida
1968 e volta, classificados do mais distante para o menos distante. E, conseqüentemente, isso
1969 seria feito apenas com a concordância do gestor municipal. E nós apresentamos a
1970 situação que também já foi apresentada neste CEAS em outros momentos, dos CREAS
1971 regionais atualmente, o CREAS regional de Diamantina que atende 8 municípios e tem 3
1972 com deslocamento superior a 2 horas. O de Almenara que atende 5 e tem 2 com superior
1973 a 2 horas. O CREAS regional de Águas Formosas que tem 5 e tem 1 com deslocamento
1974 superior a 2 horas. E o CREAS regional de Peçanha que atende 7 municípios e tem 2 com
1975 deslocamento superior a 2 horas. A partir disso, foi pactuado na CIB a seguinte resolução.
1976 A resolução CIB nº 7 foi o seguinte, pulando a introdução e os considerandos. "Pactua
1977 critérios de elegibilidade e partilha de recursos estaduais para o reordenamento das
1978 unidades de CREAS regionais por meio da implantação de CREAS municipais. Art. 1º -
1979 Pactuar os critérios de elegibilidade e partilha de recursos estaduais para o
1980 reordenamento das unidades de CREAS regionais por meio da implantação de CREAS
1981 municipais. Art. 2º - São elegíveis ao cofinanciamento estadual para implantação de
1982 unidades de CREAS municipais os municípios abrangidos pelos CREAS regionais que
1983 apresentem tempo superior a 2 horas de deslocamento total da sede da unidade conforme
1984 classificação do mais distante para o menos distante, e que manifestem interesse e
1985 compromisso para a implantação e manutenção de unidade de CREAS municipal." Abre
1986 a resolução, por favor, Rosa. Esses foram os critérios pactuados na CIB. Ainda, na
1987 resolução da CIB, art. 3º. Ainda na resolução da CIB consta a forma que os municípios
1988 devem realizar a implantação que é por meio da realização de termo de aceite,
1989 observando as normativas do SUAS, referentes às provisões necessárias para a
1990 execução do serviço. Que o município deve apresentar um plano de implantação
1991 detalhado com prazos para implantação do CREAS municipal constando composição da
1992 equipe de referência e alocação de recursos próprios para o cofinanciamento da unidade.
1993 A continuidade do repasse para o município observará a demonstração de implantação
1994 do CREAS municipal em até 6 meses do primeiro repasse. O valor total do
1995 cofinanciamento já mencionado de R\$ 8 mil mensais. Que o recurso vai ser transferido do
1996 FEAS para os fundos municipais conforme disponibilidade orçamentária e financeira
1997 observada as disposições do decreto que rege as transferências fundo a fundo. O recurso
1998 será depositado em conta específica aberta para essa finalidade. Os municípios deverão

1999 firmar um termo de aceite disponibilizado, bem como o preenchimento do respectivo plano
2000 de serviços com aprovação do conselho disponibilizado nos sistemas estaduais. E por fim
2001 os critérios de elegibilidade e partilha para o reordenamento das unidades dos CREAS
2002 regionais por meio da implantação de CREAS municipais, ficam condicionados à
2003 aprovação do reordenamento dos CREAS regionais no Conselho Estadual de Assistência
2004 Social – CEAS-MG.” Essa resolução foi publicada no Diário Oficial, sábado, eu acho. A
2005 reunião foi na semana passada. A publicação foi no sábado. Vejam bem, qual foi a
2006 discussão da CIB? A gente refez toda a discussão que já foi feita neste CEAS também
2007 sobre a necessidade apresentada pela SEDESE de fazer o reordenamento. A CIB, o
2008 COGEMAS entende que ele deveria pactuar critérios para o reordenamento, mas que o
2009 CEAS, enquanto instância colegiada responsável pela avaliação dos serviços estaduais,
2010 o CEAS deveria aprovar o reordenamento e que esses critérios estão sujeitos ou poderiam
2011 ser aplicados após aprovação do reordenamento pelo CEAS. Por esses motivos todos
2012 apresentados, eu trago novamente aqui essa proposta. Como esclarecimento adicional
2013 aqui, só para lembrar, a SEDESE apresentou essa proposta em junho. Esse recurso foi
2014 pleito junto à Comissão de Orçamento, SEPLAG. E como está no final do exercício
2015 orçamentário e financeiro, a SEDESE pede que este CEAS delibere essa proposta hoje
2016 para que a gente consiga dar início a esse processo ainda este ano. Eu acho que todos
2017 os outros esclarecimentos que eu ia fazer, eu acho importante só ressaltar que dentre
2018 todas as pautas que tratam de regionalização da proteção especial, nós já conseguimos
2019 resolver esse ano, inclusive com a aprovação do CEAS. A utilização dos recursos do termo
2020 de aceite do governo federal, que isso estava pendente desde 2018, conseguimos
2021 também fazer o diagnóstico hoje que a gente está utilizando já para a implantação de
2022 CREAS municipais. Conseguimos iniciar o financiamento estadual para a proteção
2023 especial em municípios de pequeno porte I. Falta ainda para a gente dar continuidade na
2024 câmara técnica da CIB, a regulamentação das referências técnicas, a expansão de
2025 cofinanciamento de municípios que não entraram no ranking e o reordenamento dos
2026 CREAS regionais. Eu estou pontuando isso porque isso veio da câmara técnica. As
2027 discussões já vêm com dois anos de duração. Eu considero inclusive que a gente
2028 conseguiu cumprir metade do trabalho lá com o COGEMAS, mas ainda tem muita coisa.
2029 E para este ano a nossa expectativa é que esse assunto reordenamento, que a gente
2030 consiga concluir aqui neste CEAS. Minha apresentação o mais rápido possível que eu
2031 tinha para fazer, então está aberta a discussão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2032 **CURVELO - SSVF:** Eu vou pedir à Rosa para projetar uns slides que eu preparei para
2033 poder tratar sobre esse assunto. Vou tentar ser rápido porque... Vou tentar. Eu acho que
2034 é preciso a gente rememorar qual foi a discussão que a gente teve aqui na sessão plenária
2035 passada. Primeiro ponto, a discussão girou em torno e o encaminhamento foi dado em

2036 torno da necessidade da manifestação da CIB sobre o reordenamento, ou seja, a CIB se
2037 manifestar de qual desenho da proteção especial no estado de Minas Gerais, ou seja, qual
2038 foi o encaminhamento dado. Obter a manifestação da CIB sobre o reordenamento, junto
2039 a isso, uma manifestação, uma sugestão deste colegiado da possibilidade de avaliação
2040 da contratação de mais um técnico para aqueles municípios que estavam com uma
2041 dificuldade maior para a proteção social especial. Esses foram os dois encaminhamentos
2042 que eu apresentei e foi aprovado pelo colegiado. E é preciso destacar, e vou fazer o
2043 destaque *ipsis litteris* daquilo que está na ata que nós não aprovamos hoje, mas está lá
2044 para ser aprovado posteriormente. Deixei muito claro, a proposta é do não reordenamento
2045 neste momento, ou seja, não há nenhuma posição consolidada quanto ao reordenamento
2046 por parte deste colegiado. Por quê? O entendimento era e ainda é, pelo menos da minha
2047 parte, de que a CIB é que tem que se manifestar com relação a esse reordenamento. O
2048 que é reordenamento? É o desenho da proteção dentro do território do estado. Quem é
2049 que vai ficar sob a proteção do equipamento regionalizado? Quem é que vai ficar sob a
2050 proteção do equipamento municipalizado? Para além disso, a manifestação, clareando
2051 um pouquinho mais porque eu também fiz isso. Isso tudo está na ata. A manifestação que
2052 dei aqui neste colegiado foi que a falta de respaldo da pactuação da CIB não é uma
2053 aprovação direta, mas isso tem que ser pactuado na CIB, ou seja, o CEAS deveria
2054 convalidar ou não aquilo que foi pactuado ou não pela CIB. Isso foi a nossa discussão e
2055 foi o encaminhamento aprovado. Nesse sentido, a Secretaria Executiva preparou um
2056 documento, encaminhou para a SUBAS para dar os encaminhamentos devidos. Nesses
2057 encaminhamentos nós temos sobre o reordenamento dos CREAS regionais. E o que foi o
2058 texto consolidado pela secretaria para a SUBAS? Que a proposta de reordenamento dos
2059 CREAS regionais seja encaminhada à Comissão Intergestores Bipartite para a devida
2060 pactuação e posterior retorno ao conselho estadual. E, segundo, que o colegiado
2061 recomenda que o estado possibilite a contratação de mais um técnico de referência dos
2062 25 municípios abrangidos pelos CREAS regionais, que apresentam dificuldade para
2063 atendimento da população devido à distância e entre outros fatores. Esse foi o
2064 encaminhamento levado para discussão na CIB. Eu tive a oportunidade de participar um
2065 pouquinho da reunião da CIB e sei que esse segundo ponto que nós encaminhamos, essa
2066 segunda sugestão, essa alternativa à proposta da SEDESE, ela não foi debatida pela CIB.
2067 Não foi discutida e nem tão pouco dado conhecimento para a CIB, com relação a essa
2068 sugestão alternativa à proposta do governo. Eu vou trazer mais um pouquinho
2069 rememorando a nossa discussão aquilo que havia trazido na sessão plenária passada.
2070 “Mas para além disso e trazendo um posicionamento técnico, também gosto sempre de
2071 fazer, eu gostaria de alertar sobre a omissão de um ator muito importante da celebração
2072 desse reordenamento. Quem é esse ator? A CIB. A CIB deveria ter se manifestado sobre

2073 esse reordenamento.” Vou fazer mais um resgate histórico. Em junho, Resolução nº
2074 4/2022 da CIB, um dos seus artigos diz que a CIB não trataria sobre a reordenação e que
2075 isso seria uma matéria a ser discutida pelo conselho estadual. Nesse sentido, trazendo
2076 sobre a atuação da CIB, eu preciso trazer aqui uma das competências da CIB está na
2077 pactuação. Está: pactuar a estruturação e o organização da oferta do serviço de caráter
2078 regional. De onde que extrai essa competência? Está lá nas orientações para pactuação
2079 da regionalização dos serviços, de alta e média complexidade, emitida pelo MDS, à época,
2080 em 2015, este documento. Para além disso, eu vou trazer uma competência que está
2081 esculpida no Regimento Interno da CIB. Art. 4º, inciso IV. Pactuar medidas para
2082 aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do SUAS no âmbito regional. Isso
2083 foi um trecho da minha fala na manifestação na sessão plenária passada. Continuo “A CIB
2084 mandou para cá se esvaindo da responsabilidade de trazer essa pactuação e lembrando
2085 aqui que isso é competência da própria CIB para poder ser discutido ou aprimorado aqui
2086 no conselho estadual.” Essa mesma fala que eu falei no mês passado, eu vou trazer
2087 novamente para cá, mas agora vou trazer com documentos e normativas que trazem
2088 sobre essa competência da CIB. A NOBSUAS traz no art. 137 que compete à CIB: I.
2089 Pactuar a organização do SUAS, proposta pelo órgão gestor estadual, definindo as
2090 estratégias para implementar, operacionalizar a oferta e proteção social básica e especial
2091 no âmbito do SUAS na sua esfera de governo. Mais ainda, inciso IV. Pactuar as medidas
2092 para aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do SUAS no âmbito regional.
2093 Mais ainda, pactuar a estruturação e a organização da oferta de serviço de caráter
2094 regional, ou seja, desenhar o modelo da proteção estadual de caráter de proteção especial
2095 de caráter regional. E mais ainda, estabelecer os acordos relacionados aos serviços,
2096 programas, projetos e benefícios a serem implementados pelos estados e municípios
2097 enquanto rede de proteção integrante do SUAS. Vou para além, o Regimento Interno da
2098 CIB, ele faz a cópia exata do artigo 137 da NOBSUAS. Vou poupá-los de fazer a leitura
2099 novamente. Mais um documento importante. O manual de orientação para pactuação da
2100 regionalização dos serviços de média e alta complexidade nas Comissões Intergestores
2101 Bipartite – CIB. Que diz lá no documento que é público e todos nós podemos consultar.
2102 Quais são as competências da CIB? São instâncias de negociação e pactuação, entre as
2103 suas competências, destacam-se: pactuar a organização do SUAS proposta pelo órgão
2104 gestor; pactuar a estruturação e a organização da oferta dos serviços e estabelecer os
2105 acordos relacionados, como já foram trazidos lá na NOB. Continuando, o documento ainda
2106 traz a CIB como instância na qual se concretiza a gestão compartilhada do SUAS em
2107 âmbito estadual deve pactuar a operacionalização da gestão e a organização do sistema,
2108 definindo as estratégias para implementar e operacionalizar a proteção básica e especial
2109 no território estadual. Por via se consequência, a CIB deve pactuar estratégias para

2110 universalização da oferta de proteção básica e especial, inclusive a estruturação e a
2111 organização da oferta de serviços de caráter regional. Cabe à CIB pactuar: § A. O desenho
2112 da regionalização da proteção especial de média e de alta complexidade, ou seja, a CIB
2113 é quem tem a competência legal para dizer qual é o desenho da proteção regionalizada,
2114 ou seja, os municípios que serão atendidos pelo equipamento regional e os municípios
2115 que serão protegidos pelo equipamento municipal. Mas, para além disso, o documento vai
2116 um pouquinho mais além explicando qual que é o modelo desse CREAS municipal que se
2117 pretende implementar. Nessa modalidade de oferta, os estados por meio da CIB
2118 pactuarão os municípios prioritários para a implementação das unidades dos CREAS
2119 municipais, de acordo com o diagnóstico socioterritorial que identificará os municípios com
2120 maior índice ou violação de direitos. Aqui, nesse trecho, ele diz muito claramente que a
2121 CIB vai dizer para nós, CEAS, quais são nominalmente os municípios que terão prioridade
2122 para a implementação dessas unidades. Mas volto aqui mais além porque esse manual é
2123 excelente e ele precisa estar mais no nosso conhecimento. Ele vai dizer lá na frente, está
2124 pequenininho, mas eu vou ler para vocês. No segundo passo, sobre a negociação e a
2125 pactuação da média complexidade na CIB. Ele vai dizer nesse segundo passo que após
2126 discutir e chegar a um acordo com os municípios envolvidos, o COGEMAS, os municípios
2127 envolvidos, e é importante dizer que os municípios que queiram ir para o CREAS
2128 municipal, eles também devem estar na negociação, não é só o estado e o COGEMAS. A
2129 proposta será apresentada e discutida na CIB para ser pactuada. E a pá de cal do negócio
2130 vem na Resolução CNAS nº 31/2013. O parágrafo 2º, do art. 22, ele fala que nos casos
2131 de municipalização dos serviços, os estados deverão remeter ao MDS pactuação da CIB
2132 e deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social, ou seja, ainda que o CEAS
2133 deliberasse sobre esse reordenamento, estaria pendente a pactuação da CIB. E para além
2134 disso, o art. 28, parágrafo 1, fala que a oferta regionalizada e a municipalização do serviço
2135 de proteção social especial deverão ser precedidas de pactuação entre o órgão gestor
2136 estadual da assistência social e os órgãos gestores municipais de assistência social
2137 abrangidos pela regionalização. E para consolidar tudo isso que eu estou dizendo, nós
2138 temos um precedente normativo da própria CIB, que é a Resolução nº 2/2015. E nós temos
2139 o precedente da CIB, que mostra qual vai ser o desenho da proteção regionalizada. Vou
2140 direto no art. 3º para otimizar o tempo. Art. 3º - Dos 4 CREAS regionais existentes no
2141 estado a serem reordenados: I. 2 unidades de CREAS permanecerão como regionais:
2142 Morada Nova de Minas, sede de comarca, cujo município vinculado é Biquinhas e; B –
2143 Águas Formosas, sede de comarca, cujos municípios vinculados são: Bertópolis, Crisólita,
2144 Fronteira dos Vales, Santa Helena de Minas e Umburatiba. II. Uma unidade de CREAS
2145 regional será transformada em 4 unidades municipais: A. Monte Alegre de Minas; B.
2146 Canápolis; C. Padre Paraíso; D. Paineiras. E, por fim, um CREAS regional fica disponível

2147 e sua área de abrangência será redefinida conforme critérios estabelecidos nessa
2148 resolução. Ou seja, a própria CIB tem normativa que dá a ela um respaldo necessário para
2149 que ela possa apresentar após pactuação para este conselho se é possível
2150 reordenamento ou não. Mas cabe única e exclusivamente a ela e depois uma
2151 convalidação do CEAS a pactuação desse reordenamento. Nesse sentido, eu já passo ao
2152 meu encaminhamento. A matéria não pode ser discutida no CEAS sem a obrigatória
2153 pactuação pela CIB da nova configuração ordenamento da proteção social especial. A
2154 matéria deve ser retirada de pauta até devida pactuação por evidente descumprimento de
2155 competência legal da CIB, não observação das normativas que orientam o processo de
2156 reordenamento. 3º - Usurpar competência legal da CIB e avançar para competência não
2157 atribuída a este conselho. Contudo, com relação à resolução que foi consolidada pela CIB,
2158 essa resolução merece ser aprovada uma vez que ela pactua critérios que serão utilizados
2159 para ela própria estabelecer o reordenamento ou não. **PRESIDENTE:** Eu vou passar para
2160 o COGEMAS, mas antes o Cristiano e a Rose pediram para... Quem vai falar primeiro?
2161 Cristiano ou Rose? **CRISTIANO:** Boa tarde. O Lucas trouxe muitas informações. A gente
2162 do GT chegou a discutir algumas dessas questões nas primeiras reuniões que a gente
2163 fez. A gente passou para todos os membros do GT as resoluções, os documentos, e aí
2164 eu queria pontuar algumas coisas. Eu acho isso importante, ajuda a gente na informação,
2165 na discussão, que é sobre o histórico desse processo de regionalização. No GT a gente
2166 trabalhou inclusive essa linha do tempo de como as coisas fizeram, mas tem um ponto
2167 que eu gostaria de destacar. A gente falou isso com os conselheiros do GT, que é o
2168 seguinte, o processo de regionalização é um processo em âmbito federal, nacional. Ele
2169 foi aberto para todos os estados do Brasil. E esse processo veio na sequência de uma
2170 discussão que estava acontecendo na Comissão Intergestores Tripartite, que é formada
2171 pelo governo federal, estadual e municípios, desde 2011, 2012. Na sequência dessas
2172 discussões veio a Resolução nº 31, que você citou. E essa resolução veio para trazer os
2173 princípios, parâmetros e diretrizes e critérios de partilha e elegibilidade para a implantação
2174 da regionalização na média e alta complexidade. Na média complexidade, por meio de
2175 CREAS regionais ou por meio de CREAS municipais cofinanciados, que era o modelo 2
2176 previsto na Resolução nº 31. Ocorre que até 2013, que eram tempos mais antigos, nós
2177 vamos chamar aqui se lembram, mas lá atrás tinha um programa que era o Programa
2178 Sentinela que eu não sei se alguns aqui já chegaram a conhecer esse programa que era
2179 um programa para abrigo institucional de crianças e adolescentes. Há uns 10, 15 anos
2180 atrás, esse programa virou CREAS regional, então a gente tinha antes de 2013, quando
2181 a resolução traz os critérios para implantação de CREAS regionais, a gente já tinha
2182 CREAS regionais no Brasil. Só que eles não eram CREAS regionais de fato. A gente tem
2183 inclusive um caso que em todo plano estadual de regionalização, que era o caso de Padre

2184 Paraíso. Padre Paraíso é um município. Lá tinha um CREAS regional Padre Paraíso. Só
2185 que esse CREAS regional Padre Paraíso só atendia Padre Paraíso, então não era
2186 regional. Era um CREAS municipal. O que a Resolução nº 31 fez foi reordenar, nesse
2187 sentido, esses CREAS regionais que eram de execução municipal. Você citou o caso de
2188 Morada Nova de Minas, que era um caso. O de Águas Formosas que era um caso, que
2189 antes de 2013 eram CREAS regionais municipais. O que o plano de regionalização fez
2190 em 2015 foi reordenar nesse sentido que foi a orientação que o Ministério deu para todo
2191 o Brasil que tudo que era CREAS regional antes de 2013, foi reordenado para execução
2192 estadual. Pactuado na CIB. Então, o que a Resolução nº 31 faz é isso. Ela traz esses
2193 princípios e esse foi um dos primeiros documentos que você trouxe. Você trouxe um outro
2194 documento que é um documento importante, e aí eu preciso registrar o seguinte, a gente
2195 falou isso no GT. Esse documento que você me mostrou, volta nele, por favor. Prejudicado
2196 por conta disso. Todos os esforços estão sendo feitos para fazer esse atendimento. E na
2197 discussão na CIB, aqui no CEAS junto com os municípios, o entendimento foi de que
2198 esses municípios poderiam ter uma unidade municipal. E eles deixariam de ser vinculados
2199 ao CREAS regional para serem vinculados para ter uma unidade municipal. A gente está
2200 chamando isso o tempo inteiro de reordenamento. Isso pode ser um reordenamento
2201 porque, na verdade, é um processo de avaliação para mudança da área de abrangência
2202 do CREAS regional pós-processo de implantação. O seu entendimento é que esse
2203 documento que você trouxe, ele caberia nesse processo. Eu tenho as minhas dúvidas
2204 porque ele foi muito específico e é um documento de 7 anos atrás. A gente não tem, como
2205 eu falei, nenhum documento de orientação do governo federal orientando para acesso de
2206 reordenamento pós-implantação que é o nosso caso. Só para registrar isso porque a gente
2207 tem lacunas nas normativas e tem lacunas de orientação nacional, porque esse processo
2208 é nacional. Eu respeito o seu entendimento de que esse documento serviria como base
2209 para poder ser tratado aqui esse assunto, mas o meu entendimento técnico é de que esse
2210 documento é um documento muito específico. Ele foi criado para aquele processo lá de
2211 2013, 2014, com processo de implantação que foi feito depois em 2015. É só para registrar
2212 isso. **IARA, CSJB:** Cristiano, só uma dúvida que eu fiquei, talvez você já disse, mas eu
2213 não me lembro. Qual foi o objetivo da criação desse GT que você está mencionando e
2214 quem que compõe esse GT mesmo? **CRISTIANO:** Esse GT do CEAS? **IARA, CSJB:** Qual
2215 que é? Me lembra. Eu estou pedindo para me lembrar. **CRISTIANO:** Tá. Esse GT do
2216 CEAS foi criado em junho, na plenária de junho do conselho estadual quando a gente
2217 trouxe para pactuação a expansão do cofinanciamento para CREAS municipal. Na
2218 proposta que a SEDESE apresentou, a gente propôs que alguns municípios das áreas de
2219 abrangência dos 4 CREAS regionais estaduais fossem cofinanciados com CREAS
2220 municipais porque são municípios que estão a mais de 2 horas. A gente tem municípios

2221 que estão a 6 horas de distância, ida e volta, se bobear. Quando chega na área rural,
2222 então o entendimento era que a gente pudesse cofinanciar esses municípios. A decisão
2223 da plenária foi que nesse ponto específico do reordenamento dos CREAS regionais, que
2224 fosse criado um GT pelo CEAS com a participação dos conselheiros. A gente teve o
2225 Philipe participando. A Carla participando. A Lindinha participando. A Gabriela, eu como
2226 convidado porque não sou do CEAS. Eu não estou lembrando se está faltando mais...
2227 Magna. Isso, a Magna representando o COGEMAS. Esse GT funcionou durante os meses
2228 de julho, agosto, setembro, com reuniões. Foram 5 reuniões. E os conselheiros também
2229 visitaram 3 dos CREAS regionais estaduais para verificar essa situação desses municípios
2230 mais distantes também. Esse GT realizou um relatório de avaliação. O entendimento e o
2231 relatório foi de que os municípios realmente precisariam ser atendidos. E o entendimento
2232 que foi consensuado pelo grupo está no relatório de que esses municípios poderiam ter
2233 um cofinanciamento para ter um CREAS municipal. Esse relatório foi apresentado na
2234 última plenária de outubro com a conclusão que foi feita. Esse foi o GT. Não sei se
2235 esclareceu. **IARA, CSJB:** Agradecida. Fiz memória. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2236 **CURVELO - SSVP:** Só antes de passar para a Rose. É só para poder destacar que, ainda
2237 que o documento não seja aplicado, é importante rememorar esse próprio documento que
2238 diz: Se a regulamentação e a operacionalização da gestão e organização do sistema que
2239 se pretende único, ele precisa de orientações gerais. E como não houve nenhum tipo de
2240 orientação posterior a esse documento, entendo eu que esse documento tem que ser
2241 balizado porque estamos falando de um sistema que se pretende único de assistência
2242 social. **ROSE:** Boa tarde. Só reforçar isso que o Cristiano disse. É exatamente isso. Esse
2243 manual foi criado na época que começou a questão do desenho da regionalização porque
2244 a CIB tinha muitas frentes nesse desenho. Foram instituídas câmaras técnicas que
2245 trabalharam incessantemente, direto. O Cristiano lembra na época, para que aprovasse,
2246 teve um diagnóstico, estudos, orientações do CNAS, dessa resolução que você citou
2247 mesmo para fazer esse desenho da regionalização que culminou no plano que estamos
2248 falando, que é o plano estadual de regionalização que foi pactuado na CIB, que eu entendo
2249 e que a CIB entende hoje como desenho da regionalização no estado de Minas Gerais.
2250 Esse documento é muito específico para a época. Eu concordo. A questão das atribuições
2251 da CIB, ela tem que, sim, que pactuar esse desenho. O desenho está posto. Ele já foi
2252 pactuado. O que a CIB entende hoje é que nós estamos falando de uma reorganização
2253 após uma avaliação de um serviço que ela entende que é competência do CEAS
2254 acompanhar a execução do serviço, monitorar a execução do serviço e avaliar essa
2255 execução. A partir do momento que o CEAS faz essa avaliação e que foram identificadas
2256 fragilidades nesse serviço, é que tem que ter a proposta do reordenamento. Entendeu,
2257 Lucas? Eu acho que CIB não está se furtando das suas competências. Eu acho que tem

2258 essa linha muito tênue entre as competências da CIB e do CEAS, em alguns aspectos.
2259 Eu acho que em alguns aspectos isso é muito claro. Em outros aspectos tem, sim, essa
2260 questão que a gente precisa entender. O que eu penso. O que eu entendi das falas e das
2261 posições do COGEMAS, e está aqui a Marinete que vai falar. O Paulo também pode
2262 concordar comigo, é que a CIB entendeu que ela estaria atropelando o CEAS se ela
2263 fizesse porque ela não pode fazer um reordenamento sem avaliar. E essa avaliação é
2264 competência de quem? Do CEAS. Então ela não pode simplesmente falar: Olha, o
2265 desenho que foi posto pactuado pela CIB, na época, e aprovado pelo CEAS foi esse.
2266 Agora a gente não vai alterar o modelo. Por que estamos alterando o modelo? Eu acho
2267 que o CEAS, pelo menos, tem que dar a base, o motivo para que isso aconteça com
2268 avaliação do serviço. Entendeu, Lucas? Porque é assim, eu acho que o reordenamento
2269 não pode ser feito por fazer. O desenho já está posto. Nós temos um plano que foi
2270 elaborado, que foram feitas várias discussões, que foram criadas várias câmaras técnicas
2271 da CIB, que foi discutido amplamente nesse conselho, que foi deliberado por esse
2272 conselho. O que estamos falando agora e na época você citou vários reordenamentos,
2273 mas é aquilo que o Cris disse. Não foi uma avaliação do serviço. Era uma avaliação do
2274 modelo. Nós tínhamos um modelo de CREAS regional que atendia um município. Então
2275 esse reordenamento do modelo que foi regra geral para todo o Brasil, sim. Agora nós
2276 estamos falando de um serviço com fragilidade. E de quem é a competência que a CIB
2277 entende, que essa competência de apurar essa questão, de acompanhar e avaliar esse
2278 serviço, não é a CIB. A competência de acompanhar a execução, monitorar é o CEAS. Aí
2279 o CEAS avaliou, identificou fragilidades, claro que a CIB pode propor, aperfeiçoar. Isso
2280 tudo está lá, redesenhar, mas só que eu acho que precisa desse embasamento do CEAS
2281 dessa avaliação. No mínimo, ter criado esse GT para fazer a avaliação do serviço, no meu
2282 entendimento. Eu acho que foi isso que aconteceu. O GT foi lá. O GT viu o serviço. Ele
2283 identificou as fragilidades. Eu acho que, pelo menos isso tem que estar sendo aprovado
2284 no CEAS e encaminhado para que a CIB possa ver se ela consegue fazer esse redesenho.
2285 É só isso. **PRESIDENTE:** Eu agradeço muito essas contribuições da Rose e do Cristiano
2286 porque eu acho que é a título de esclarecimento. É importante sim. E essa competência
2287 da CIB e do CEAS, às vezes ela parece até repetida, não é? Mas a gente tem que entender
2288 bem em que momento que cada um vai atuar. E a Rose traz um destaque que eu acho
2289 importante. Eu também estava consultando o COGEMAS aqui sobre isso, que na plenária
2290 passada, nós não aprovamos o relatório do GT. E eles entendem que isso é um ponto que
2291 a gente falhou porque a gente leu o relatório, apresentou, discutiu, mas a gente não fez a
2292 aprovação do documento. E esse documento deve ser encaminhado para o COGEMAS e
2293 para a CIB. E, a partir disso, a CIB reúne novamente e já quero partir para os
2294 encaminhamentos, tá pessoal. Para ficar bem claro para todo mundo e a gente ganhar

2295 tempo. Eu estou entendendo que a gente deveria aprovar esse relatório do GT e já coloco
2296 para reflexão se a gente consegue fazer isso agora, uma vez que ele já foi lido, discutido
2297 e apresentado. Esse é um ponto. O outro ponto que eu acho que tem que ficar bem claro
2298 porque o que o Lucas diz, eu quero reforçar para que fique claro para o COGEMAS, para
2299 que na CIB a gente não volte a ter esse desentendimento. O que o Lucas traz é que na
2300 CIB, ao pactuar o reordenamento, tem que expressar o nome dos municípios. Que isso
2301 fique bem claro. Eu estou pedindo ao Paulo, Marinete, Rose, porque essa foi uma
2302 interpretação do COGEMAS de que ele não deveria trazer nomes dos municípios, que ele
2303 deveria trazer apenas critérios. Eu peço aqui como já tentar fechar o encaminhamento.
2304 Primeiro, se nós conseguirmos fazer a aprovação do relatório do GT hoje para encaminhar
2305 para a CIB. Segundo, se esse ponto está pacificado de entendimento de que a CIB tem
2306 que encaminhar para o CEAS os nomes dos municípios de forma expressa. Terceiro,
2307 vamos ver se a gente consegue clarear isso e a gente parte para outro encaminhamento.
2308 **ROSE:** Mariana, rapidinho. A questão do nome porque, na verdade, o que acontece? No
2309 plano de regionalização ele traz os territórios, nome de município. O que a Mariana está
2310 falando é quando a gente pactua critério. Como os critérios são muito claros, a gente não
2311 coloca nome de município, a gente coloca os municípios que encaixam naqueles critérios.
2312 A questão do nome dos municípios, por exemplo, o pessoal do GT foi lá, verificou em
2313 quais municípios o serviço não está funcionando. É o CEAS que vai falar. Agora, quem
2314 são esses municípios que estão sendo prejudicados pela fragilização do serviço? Na CIB
2315 ela pactua critério. Os municípios que estão naqueles critérios são os contemplados. É só
2316 para esclarecer essa questão do nome, porque quando você vai fazer uma expansão de
2317 recursos, por exemplo, você coloca critérios. Ah, os municípios do ranking, vamos supor,
2318 os municípios do ranking vão ser contemplados com CREAS regional, então você não
2319 precisa de falar os nomes dos municípios. Você vai lá no ranking e vão estar lá os nomes
2320 dos municípios. Você não tem que expor os nomes dos municípios. É isso que a gente
2321 está falando. Quando você fala em critérios claros, você não coloca município A ou B,
2322 você fala: O critério é esse, esse e esse. Depois você faz uma relação interna daqueles
2323 municípios que atendem aqueles critérios. **MARINETE, COGEMAS:** Eu só queria
2324 ressaltar, trazendo um pouco do que a Rose já se posicionou, que é também o
2325 posicionamento do COGEMAS. A gente sabe que essa discussão já vem há longas datas,
2326 tanto na CIB quanto aqui no CEAS. Já veio para o CEAS, já voltou. Já está voltando da
2327 CIB, então é uma situação que tem idas e vindas até mesmo por causa dessas teias de
2328 praticamente de competência mesmo. Eu acho que o Lucas foi feliz em estar trazendo de
2329 uma forma muito pedagógica o que que é de quem porque isso realmente gerou e gera
2330 ainda esse desafio, o que é da CIB, o que é do CEAS. A gente viu aí que esse processo,
2331 dentro do próprio GT, é um processo histórico que não começou em 2021, então muitas

2332 pessoas já passaram por esse processo. Muitos de nós que estamos aqui no CEAS agora,
2333 estamos no processo já em andamento. Eu acredito que essa memória, assim como a
2334 lara pediu a memória do GT, eu acho que é louvável para que a gente compreenda de
2335 fato. Mas, até então, o que o COGEMAS trouxe e é o que a Rose deixou evidente, é que
2336 realmente essa perspectiva do reordenamento era mesmo do CEAS. E a CIB passada e
2337 o COGEMAS, junto, no caso da CIB, pactuou os critérios que é o que a gente tem de
2338 resolução. Eu só queria reafirmar essa posição da Rose que também é a posição do
2339 COGEMAS. **GRAZIELE:** A Mariana convida a gente para aprovar um relatório. Só
2340 resgatar a plenária passada, primeiro que a gente falou que o trabalho dos colegas
2341 conselheiros foi muito bem-feito. A segunda questão que a gente também pontuou
2342 algumas questões que o relatório não dá condições para o CEAS avaliar esse
2343 reordenamento. Inclusive o GT se mantém. Foi aprovado que ele mantenha o trabalho
2344 para dar condições. O relatório mostra uma fragilidade da proteção especial naqueles
2345 municípios, mas a pergunta que fizemos era também quais as condições que aqueles
2346 municípios apontados pela SEDESE tinham para não trocar a fragilidade do estado pela
2347 fragilidade municipal. Isso o relatório não apontou para a gente. E só para poder trazer
2348 isso, os colegas que estavam no GT e quiserem também falar, mas isso foi uma fala na
2349 nossa reunião da sociedade civil de ontem, os colegas apontaram: “Não, isso foi uma
2350 orientação dos técnicos da SEDESE, que a gente deveria avaliar esse, esse, esse e esse
2351 ponto. Esse ponto a gente não foi orientado a buscar.” Talvez, inclusive nessa manutenção
2352 do GT, esse olhar também para esse GT, mas isso foi o que os colegas trouxeram. Levou
2353 isso para a nossa reunião da comissão, que eles não foram avaliar a capacidade de
2354 execução do município, orçamentária e de outras questões. A questão, Mariana, é aprovar
2355 o relatório, não sei nem como... Porque aprovar o relatório é dizer para o COGEMAS, olha,
2356 porque no relatório fala. Os colegas, naquele momento e naquelas circunstâncias antes
2357 de ouvir o plenário, eles falaram: “Não, a regionalização tem que ser feita porque o
2358 município quer porque a proteção especial lá está fragilizada, mas quando a gente traz
2359 para o plenário, a gente traz outras questões, outras dúvidas, inclusive o número pequeno
2360 de municípios avaliados.” **PRESIDENTE:** Só na sequência: Lucas, Cristiano e depois a d.
2361 Arlete. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Ainda que a gente jogue
2362 por terra tudo que está consolidado pelo manual, nós temos a Resolução nº 31/2013. Nós
2363 temos o precedente da própria CIB. Nós temos a própria NOBSUAS. Nós temos o
2364 Regimento Interno da CIB. E eu estou trazendo para vocês normativas. E preciso chamá-
2365 los à razão de que o CEAS também é uma instituição pública que só deve fazer aquilo
2366 que está dentro de suas competências. Nesse sentido, vou chamá-los só para perceberem
2367 uma coisa, aqui eu aponte para todo mundo. Todas as normativas que falam que esse
2368 trabalho é de competência da CIB. O que eu ouvi de representação da CIB foi de que o

2369 entendimento da CIB é esse. Cadê a normativa que prova que o CEAS tem que fazer essa
2370 deliberação? Não precisa de muita normativa, não, uma só. Eu apresentei todas. Todas.
2371 E vou dizer de novo, art. 22, da Resolução CNAS 31 que está vigente. Resolução 31/2013
2372 está vigente. Não foi revogada, não? Parágrafo 2º, art. 22, fala: “Nos casos de
2373 municipalização de serviços, os estados deverão remeter ao MDS a pactuação da CIB e
2374 deliberação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Mais ainda, a oferta
2375 regionalizada e a municipalização dos serviços deverão ser precedidas de pactuação
2376 entre o órgão gestor estadual e o órgão gestor municipal.” Isso eu não estou inventando,
2377 não. Está lá na normativa. Me desmente se eu estiver mentindo. Apresente outra
2378 normativa. E aqui não estou querendo ser formalista, não. Eu só quero fazer aquilo que é
2379 o papel deste conselho, cumprimento das suas competências e cada qual fazendo o seu
2380 papel. Eu vou avançar para uma outra questão, do contrário o CEAS avança para uma
2381 autonomia de um ente federado. O CEAS vai avançar para atribuição de um ente
2382 federado. É competência da gestão estadual e da gestão municipal celebrar o acordo da
2383 proposição especial. E não é só o COGEMAS e só a SEDESE que tem que discutir quais
2384 serão os municípios que serão contemplados ou alcançarão aqueles requisitos que foram
2385 colocados. Eles têm que ser chamados para discussão e para o redesenho da proteção.
2386 Está lá no nosso histórico enquanto SUAS. Eu gostaria que esse processo, principalmente
2387 nesse ponto que é muito sensível, fosse tratado com um pouco mais de transparência
2388 justamente no aspecto da legalidade. Porque eu trouxe as normativas e eu gostaria que
2389 fossem apresentadas as normativas que incubem isso ao conselho estadual, do contrário
2390 não é competência desse colegiado e nós não podemos discutir essa matéria.
2391 **PRESIDENTE:** Eu quero só clarear porque para a gente não correr o risco de isso
2392 acontecer novamente, esse vai e volta. Você entende que a competência da CIB
2393 independe de um posicionamento do CEAS. É isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2394 **CURVELO - SSVF:** Não. A CIB tem que pactuar o desenho da proteção e tem que vir
2395 para ser convalidado no CEAS. Sempre foi assim. Esse é o rito. **PRESIDENTE:** Sim,
2396 Lucas. O que a Rose pontuou é a questão da avaliação independentemente de uma
2397 manifestação do CEAS porque, qual que foi o pedido da CIB? Uma manifestação do
2398 CEAS. Minha pergunta é bem simples. Você entende que a CIB tem que fazer isso
2399 independente do CEAS? É isso? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVF:**
2400 Se ela entender, porque é competência dela o aprimoramento do serviço. Está lá na
2401 competência dela. Se ela entender, aqui, competência dela, pactuar medidas para o
2402 aperfeiçoamento da organização do funcionamento do SUAS. Se a CIB entende que essa
2403 medida é de aprimoramento e aperfeiçoamento da organização do funcionamento do
2404 SUAS, isso é independente do CEAS. Essa avaliação é feita pela própria CIB. **ROSE:**
2405 Lucas, eu entendo tudo que você está colocando. Já vou reforçar que tem essa questão

2406 mesmo, que a Mariana falou, essa questão das competências. O que eu estou tentando
2407 dizer ou, pelo menos, o que estou tentando, estou falando eu, como secretária executiva
2408 da CIB, que já trabalho lá há 20 anos. O que estou tentando dizer é o seguinte, o desenho
2409 já foi feito. Já existe o desenho. Já existe o desenho da regionalização no estado. Nós
2410 não podemos falar que vai aperfeiçoar uma coisa sem avaliá-lo, Lucas. É isso que estou
2411 tentando falar. E acompanhar e avaliar o serviço, isso está na NOB como competência,
2412 não vou citar aqui para você aqui porque não peguei os artigos das competências do
2413 CEAS. Eu poderia ter pegado todos as competências do CEAS dizendo dessa
2414 competência que o CEAS tem de acompanhar a execução do serviço, de monitorar a
2415 execução do serviço e de avaliar se o serviço está sendo efetivo ou não. Isso você
2416 concorda como uma competência do CEAS. Certo? Porque isso está lá nas normativas
2417 do SUAS também. O que eu estou dizendo é o seguinte, como que a CIB vai aperfeiçoar,
2418 ou seja, vai mudar um desenho sem uma avaliação? O que eu estou dizendo é o seguinte,
2419 tudo bem, eu acho que a gente pode voltar com isso para a CIB, sim. Solicitar esse
2420 redesenho do modelo regional que está hoje posto, que já foi feito, que já foi feito pela CIB
2421 o desenho. Ela vai fazer o quê? Um redesenho. E eu entendo que para o redesenho, para
2422 você fazer uma mudança no desenho que está posto, precisa de uma avaliação. Precisa
2423 de um porquê, de uma justificativa. E esse papel de fornecer isso é do conselho estadual.

2424 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Tudo bem, Rose. O que você
2425 trouxe é o adequado. **ROSE:** do relatório. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO**
2426 **- SSVP:** Mas aí é que está. Os documentos que foram encaminhados pela CIB foram que
2427 o reordenamento tem que ser feito pelo CEAS. Reordenamento é desenhar... **ROSE:**
2428 Talvez pode ser que na hora que a gente colocou, redesenhar é reorganizar. **LUCAS,**
2429 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Justamente. **ROSE:** A CIB falou: O CEAS
2430 vai avaliar e propor uma reorganização, agora, se vocês não querem propor essa
2431 reorganização, pelo menos enviem a avaliação com as sugestões, as questões das
2432 fragilidades. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Um documento
2433 pedindo avaliação do CEAS. **ROSE:** Pois é, isso que estou dizendo, porque é assim, é o
2434 que eu estou dizendo, é que a CIB entendeu isso, que o CEAS, ela não poderia
2435 simplesmente redesenhar o modelo que já existe, que já foi sem o motivo. Não pode.
2436 Exatamente isso. Agora, se vocês tivessem feito um relatório, mandado para a CIB o
2437 relatório, talvez já teríamos sanado essa questão. A outra questão que eu queria falar, que
2438 não tem a ver com isso, mas com a pauta que vocês mandaram. A pauta do
2439 reordenamento, porque vai para a Secretaria Executiva, a pauta do reordenamento ela
2440 está CIB. A pauta do técnico não era para a CIB, era recomendando para o estado. Não
2441 tinha nada de CIB, então é só esclarecendo isso também. **LUCAS, CONSELHO**
2442 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Eu acho que vai ser minha última fala só para chamá-

2443 los à razão também. O que a Rose traz, que é necessária uma avaliação, coloca em xeque
2444 até a apresentação da proposta da SEDESE. Porque a SEDESE apresenta uma proposta
2445 sem avaliação do colegiado, ou seja, sem uma avaliação do conselho e submente para
2446 que a gente possa aprovar. Se não temos uma avaliação técnica deste colegiado para
2447 poder subsidiar uma decisão colegiada da CIB, um consenso colegiado lá da CIB, nós
2448 também não temos nada que respalde a proposta apresentada pela própria SEDESE.

2449 **ARLETE, GRAAL:** À medida em que a gente vai se inteirando das informações, questões
2450 vão surgindo também nas nossas cabeças. E é por conta disso que eu me inscrevi aqui.
2451 Há uma recomendação para 4 municípios, não é? 3, só que têm vários municípios ligados
2452 a esses CREAS regionais, certo? 25. Quais foram os critérios utilizados para definir que
2453 seriam esses os municípios visitados? As distâncias. Porque no documento, não sei se é
2454 nesse que você leu, fala que também vem a questão da vulnerabilidade, a fragilidade, etc.
2455 Não seria, e eu não estou desafiando que faça, a gente conhecer também em registro
2456 qual é a situação dos demais? Porque se for pegar à risca todos os critérios os quais nós
2457 ouvimos, a gente pode incorrer também, caso a gente opte pela aprovação, em estar
2458 voltando àquela fala anterior, a gente vai votar com equívoco? **PRESIDENTE:** Deixa só
2459 eu responder porque acho importante para esclarecer. Vamos lá. Primeiro, os municípios
2460 escolhidos para avaliação do GT foram os municípios mais distantes por causa desse
2461 critério que a gente aponta desde o início como importantes para essa reorganização do
2462 serviço que é o município que está longe, fica distante mais de 2 horas da sede, onde a
2463 equipe técnica tem dificuldade. Por isso que no relatório dos conselheiros foi falado quanto
2464 tempo que eles gastaram para chegar em Palmópolis, para chegar em Rio do Prado. Não
2465 lembro mais os outros municípios que eles foram, mas, enfim, o critério desde o início é o
2466 mesmo, é a distância. Quantos estão nesse critério? Dos 25 municípios atendidos, 8 estão
2467 nesse critério de distância. Então 8 estão muito distantes e a gente entende a avaliação
2468 técnica da SEDESE que o atendimento está sendo precário por causa da distância, do
2469 deslocamento e da dificuldade de acesso a essas populações. Primeira pergunta. Até
2470 esqueci a outra pergunta, d. Arlete. Deu um branco. **CRISTIANO:** A senhora vai falar, d.
2471 Arlete? **ARLETE, GRAAL:** É só para ajudar aqui. Na verdade, quando a gente...

2472 **PRESIDENTE:** Desculpa, gente. Lembrei. Porque a outra pergunta foi, esses municípios
2473 todos não entraram naquele ranking de violações de direitos. Voltando aqui a explicação
2474 do ranking. A gente fez um ranking com a incidência de violação de direitos dos municípios
2475 sem cobertura de proteção especial. Os municípios atendidos pelos CREAS regionais não
2476 entraram e os municípios que têm CREAS com recurso próprio também não entraram.
2477 Então a gente ainda tem um grupo de municípios para ser avaliado, porque essa é que foi
2478 a pergunta da senhora. Como que a gente avalia os outros municípios? A gente tem um
2479 grupo de municípios que não foi avaliado. Isso tem que ser complementado na câmara

2480 técnica da CIB. E foi isso que eu falei, o que falta a câmara técnica concluir, continuar o
2481 trabalho em 2023? Regulamentação da atividade das referências técnicas. Isso tem a ver
2482 inclusive com o que o Lucas falou. Por que hoje o município atendido pelo CREAS regional
2483 só tem uma referência técnica? Isso está previsto no plano de regionalização. O plano de
2484 regionalização aprovado em 2015 que tem que ser revisto no prazo, inclusive deliberado
2485 aqui no CEAS até julho de 2023, todas as normativas hoje desde o governo federal,
2486 resolução do CNAS, não regulamenta atividade de referência técnica. O estado, essa
2487 discussão, já foi feita na CIB com o COGEMAS, com o Ministério da Cidadania. O estado,
2488 ele tem que discutir regulamentação da atividade de referência técnica que é diferente do
2489 serviço prestado pelo CREAS porque o serviço prestado pelo CREAS, ele se chama
2490 PAEFI, então existe uma grande diferença. Eu acho que isso também dificulta a
2491 compreensão dos conselheiros e acho que é normal. A gente tem vários municípios que
2492 também não entendem que a atividade de referência técnica da proteção especial não é
2493 equivalente a serviço PAEFI, não é equivalente a CREAS. Estamos defendendo o tempo
2494 todo o equipamento CREAS municipal e o serviço PAEFI. Acho que era isso que eu queria
2495 responder. Esse grupo de municípios com CREAS regional, abrangido por CREAS
2496 regional e com CREAS municipal com recurso próprio, não foi objeto ainda de diagnóstico.
2497 Só para completar a resposta. Agora é o Cristiano. **CRISTIANO:** Têm dois pontos que eu
2498 queria comentar. E é difícil fazer comentário e interpretar fala porque eu corro o risco de
2499 ter interpretado errado. E se eu tiver feito isso, por favor, me corrijam. Primeiro, que é
2500 assim, existe um documento de avaliação. Se ele é insuficiente, se ele não deu conta de
2501 tudo. Se ele está malfeito, se ele não contemplou, isso é outra questão. Mas existe um
2502 documento de avaliação e eu gostaria de lembrar, lara, quando eu falei a respeito do GT,
2503 saiu uma resolução em junho falando do GT, de como ele seria composto, quais os
2504 objetivos dele. E na resolução que esse CEAS aprovou está descrito que o GT terá como
2505 responsabilidade elaborar um relatório. Não sei se com essas palavras que estão lá, mas
2506 elaborar um documento para subsidiar o conselho estadual, os demais conselheiros na
2507 análise da proposta que foi enviada pela SEDESE, que tem a ver com esse
2508 reordenamento que a gente está chamando aqui. Eu queria destacar isso, por quê? Foi
2509 falado na última reunião a respeito do trabalho do GT. Falei isso aqui ontem, gostaria de
2510 reforçar. A gente parabeniza os conselheiros que participaram, mas a gente precisa
2511 parabenizar, e faço isso em nome da SEDESE, para a equipe da SEDESE que participou
2512 também. Porque eu participei de todas as reuniões. Eu tenho aqui um analista, que é o
2513 Chico, que participou de todas as reuniões. A gente disponibilizou e ele fez contato com
2514 os 4 CREAS regionais. A gente acionou as equipes. E a gente viabilizou também a ida
2515 dos conselheiros para que eles pudessem fazer essas visitas e participar das reuniões
2516 com todas as informações necessárias. Só queria destacar isso porque esse documento

2517 foi produzido. Se ele não é suficiente. Se ele não é um documento que deve servir de base
2518 para ser enviado para a CIB ou se ele não foi enviado para a CIB, a gente pode fazer essa
2519 discussão. Mas existe um documento que foi o produto dessa câmara técnica. Isso é
2520 preciso ficar registrado e gostaria. Isso é um ponto. E o segundo ponto, se eu tiver
2521 interpretado errado, me corrijam, por favor. Graziele, quando cita a questão do retorno que
2522 foi dado pelos conselheiros na reunião da sociedade civil sobre o GT, eu não participei
2523 logicamente. Eu vou interpretar aquilo que a Graziele trouxe aqui e eu gostaria de
2524 esclarecer isso para não ficar nenhuma informação dúbia. Os conselheiros que estão aqui
2525 que participaram do GT são testemunhas de que todo o processo foi feito de forma
2526 participativa. Em momento algum houve direcionamento da SEDESE que não foi aceito
2527 pelos conselheiros ou que houve pressão da SEDESE para que fosse tal município. O
2528 instrumento de avaliação era exigência da resolução de que a SEDESE criasse para ser
2529 colocada para discussão no GT. Isso foi feito. A gente fez um instrumento de avaliação
2530 como sugestão. O tempo todo estava lá no grupo, minuta. Isso foi colocado para os
2531 conselheiros para que eles pudessem fazer as contribuições. O grupo discutiu. Acertou.
2532 Concordou. E, assim, eu queria registrar isso para que não fique parecendo que houve
2533 uma orientação da SEDESE ou um direcionamento da SEDESE, porque é o meu trabalho
2534 que está em jogo aqui. E todas as vezes que eu venho aqui no CEAS e falo, eu falo como
2535 cidadão também. Eu sou um servidor público. Eu não vou contar minha história aqui de
2536 novo aqui porque isso já deu problema da última vez. E acho que foi uma situação que
2537 não vou lembrar, mas eu queria deixar isso registrado porque a gente precisa deixar
2538 claro isso nas falas às vezes, para não ficar um entendimento dúbio. É só para esclarecer
2539 isso porque foi um trabalho muito importante que a gente fez e foi junto. Foi junto. Isso é
2540 importante. Obrigado. **GRAZIELE:** Só respondendo ao Cristiano. Cristiano, desculpa se
2541 por algum momento você chegou a ter essa compreensão, mas isso nem foi questionado.
2542 Os colegas foram categóricos. Eles não trouxeram essa questão de ser assediados ou
2543 induzidos, não. Questionados sobre essas nossas dúvidas, eles responderam dessa
2544 forma, que a orientação chegou para eles e a construção do trabalho caminhou para esse
2545 lugar. E a gente construiu esse entendimento que para nós, enquanto sociedade civil,
2546 faltou. Os colegas representantes do GT em nenhum momento falaram que foram
2547 induzidos, assediados. Nós que questionamos, que ainda assim, mesmo com o relatório,
2548 com um trabalho muito bem-feito, a gente ainda teve dúvidas, então perguntamos sobre
2549 essas dúvidas. E eles falaram que a condução do trabalho foi dessa forma, e eles falaram
2550 categoricamente que isso foi uma construção junto com eles. **PRESIDENTE:** Só
2551 reforçando que eu não sei se o que vocês estão chamando de condução do trabalho tem
2552 a ver com os critérios que o tempo todo os critérios propostos estão relacionados ao tempo
2553 de deslocamento dos municípios da sede do CREAS regional. Por esse motivo os

2554 municípios escolhidos tinham a ver com o critério. **GRAZIELE:** Não. **PRESIDENTE:** Eu
2555 acho que isso tem de ficar claro porque a sua fala pode gerar essa interpretação.
2556 **GRAZIELE:** A dúvida, quando a gente foi conversar com os colegas do GT, a gente teve
2557 outras dúvidas. E eles colocaram que a construção foi por esse caminho. E não fica claro
2558 para a gente essas outras dúvidas que tivemos. E eles colocam: Não, a condução do
2559 trabalho foi para esse lugar. E por isso a gente também aprovou a manutenção do GT
2560 para poder melhorar e elucidar essas outras dúvidas. **PHILIFE, FETSUAS:** Eu, como
2561 conselheiro da sociedade civil, componho o GT que para não ter dúvidas, acredito que o
2562 próprio nome deixa evidente que o objetivo era a avaliação. Era um GT de avaliação dos
2563 serviços regionalizados dos CREAS. Baseado no entendimento agora, até agora
2564 aprendido aqui. Após a apresentação das normativas feitas pelo colega Lucas aqui, o
2565 Conselheiro Lucas, de que pactuar, realizar a remodelação, o desenho do serviço de
2566 proteção especial não é uma competência do CEAS. Esse é o meu entendimento agora.
2567 Eu gostaria de sugerir, entendendo também a colocação da Rose, da necessidade da
2568 demanda da CIB pela avaliação feita pelo GT, de que o relatório fosse apreciado pelo
2569 pleno sugerindo de que fosse retirado do relatório as propostas e recomendações. E que
2570 o relatório constasse somente a avaliação. Já que não era o objetivo do GT fazer
2571 propostas sobre o reordenamento, entendendo não ser competência desse conselho, que
2572 conste somente a avaliação sem propostas porque essas propostas são de competência
2573 da CIB. Obrigado. **PRESIDENTE:** Eu acho que a gente teria até que revisar para olhar.
2574 Não lembro mais tudo que estava escrito porque o relatório era grande, mas eu achei
2575 coerente o que você está falando também. Quem está inscrito? Não temos inscrições.
2576 Elder. Lucas. Vamos tentar encaminhar. Elder, Lucas e Lindinha. E depois a gente vai
2577 para o encaminhamento. **ELDER:** Eu estava querendo propor encaminhamento já,
2578 considerando o trabalho que o Lucas fez, desenvolveu e apresentou as normativas todas,
2579 eu entendo que esse erro de percurso tem que ser corrigido. Então, o primeiro
2580 encaminhamento é remeter a matéria à CIB para que seja discutido e aprovado uma
2581 resolução de reordenamento com o desenho do jeito que está colocado. Inclusive gostaria
2582 de expressar o desejo que o Lucas participe da CIB representando o CEAS, até para
2583 explicar esses pontos porque a gente percebeu que dentro da CIB isso não é um consenso
2584 de que eles deveriam fazer esse reordenamento. O primeiro encaminhamento seria esse,
2585 com direito de fala e exposição. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:**
2586 Vou explicar por que eu não falei na CIB. Eu entendo que lá não é o meu espaço enquanto
2587 conselheiro. Até porque nós temos um representante que fala em nosso nome lá. Eu fui
2588 lá como observador, mas dei alguns pitacos no Chat sem uma participação tão efetiva
2589 como eu costumo fazer aqui no conselho. Mas, discordando da... E aí eu preciso abrir a
2590 divergência. Eu discordo que esse relatório, ainda que ele seja parcial daquilo que

2591 consolidamos, o trabalho feito pelos nossos colegas, eu entendo que esse relatório não é
2592 um relatório final, até porque nós aprovamos a continuidade do GT. Ainda que seja um
2593 relatório parcial, ele não vai conseguir oferecer entendimento para que a CIB possa
2594 consolidar um processo ou entendimento para o reordenamento ou não, o redesenho
2595 dessa política. Esse é o meu entendimento por entender que nós não temos um relatório
2596 final do GT, uma vez que ele permaneceu com as suas atividades. Isso foi aprovado na
2597 plenária passada. **JACQUILINE:** Pois é, gente. Eu estou ali pensando, eu seria covarde
2598 se eu não desse a fala aqui agora eu quero falar porque, até então, eu também estou
2599 inserida no GT e também estive lá. Vamos lá do começo. Realmente, houve as reuniões
2600 com o Cristiano, o pessoal do GT, por sinal uma boa reunião que foi bem esclarecedora
2601 sobre as condições da fragilidade desses municípios. Não só desses 3 que nós visitamos,
2602 mas de outros também que têm também a mesma dificuldades e desafios. Tudo bem.
2603 Fomos. Nos foi passado um questionário no qual a gente avaliava a escolaridade dos
2604 funcionários, equipamento, banheiro, sala, computador. Isso nos foi passado e fizemos
2605 com excelência. Tivemos toda a liberdade de estar chegando ali no equipamento, ir ali
2606 olhando os cômodos e Carla também. Até aí tudo bem. Agora, o que eu vejo porque é
2607 assim, a discussão, a questão do dinheiro, os R\$ 8 mil. Lógico que a gente não ia chegar
2608 lá porque até então nós tivemos um encontro só com 2 prefeitos que foram o de Rio Prado,
2609 lá no município de Almenara, que é o Vininho, e tivemos em (trecho incompreensível) que
2610 ele foi bem claro. Ele falou: “Eu não quero. Nós não queremos. Eu não tenho recurso. Não
2611 tenho condições. Eu não vou alugar prédio para isso.” Esse aí já foi o único, gente, que
2612 até então também o de Rio Prado nem tocou em assunto financeiro e nem nada. Ele foi
2613 lá assistir a reunião do conselho municipal também, então não foi nos passado essa
2614 orientação de chegar no gestor, que posso dar o nome, que é Anderson que nos recebeu,
2615 a Maria de Lourdes, de Diamantina e Alessandra, de Peçanha, não foi nos orientado, eu,
2616 Philipe e Carla, de chegar perto desses, chegar não, a gente não chegou, a gente estava
2617 com eles, mas de fazer essa pergunta para eles. Vai regionalizar, pegar, Felício Santo,
2618 Palmópolis, vocês vão manter com R\$ 8 mil? Porque eu não sei falar técnico igual vocês,
2619 minha fala já é mais transparente. Isso aí não foi nos passado, porque eu creio também
2620 que eu falasse isso, eu ou Carla o Vinícius: “Anderson, então ok, Palmópolis a gente vai
2621 conseguir regionalizar aqui para vocês, mas vocês vão manter com o repasse de R\$ 8
2622 mil? Eles iam tomar um impacto também. Vocês não acham que eles iam falar: “Não é,
2623 espera aí, nós não pensamos por esse lado.” É o meu ver, tá gente. O que foi lá avaliado
2624 quem aqui da equipe tem faculdade, tem superior, tem ensino médio. Isso aí foi. Isso que
2625 nós fomos fazer lá. Foi essa avaliação. De questão de dinheiro ninguém tocou em assunto,
2626 talvez tenha sido erro nosso. Eu posso até falar que eu errei. Primeira vez que faço isso,
2627 nem... Agora, gente, outro ponto. Pronto acabou esse assunto. Eu pulo para outro ponto.

2628 Buscando conhecimento a pessoa antiga técnico da SEDESE, da CIB, pessoa velha. Eu
2629 sentei e coloquei a situação para ele. Ele falou assim: “Lindinha, vem cá no computador.
2630 Vou fazer uma simulação aqui. Hoje eu vou montar um CREAS no meu município. Preciso
2631 desse assistente que ganha tanto, desse advogado que ganha tanto.” Gente, caiu em R\$
2632 42 mil. Eu quase caí dura. Com o preço da gasolina, na hora que ela colocou lá o preço
2633 da gasolina. Não, eu falei: “Seis horas.” Essa gestora lá da regional de Palmópolis. Sair
2634 de carro de Palmópolis, vamos supor, para levar uma demanda lá para Almenara, nossa,
2635 gasolina, coitadinha, não dá conta. Então é isso, gente, vamos ser transparentes. R\$ 42
2636 mil perto de R\$ 8 mil, onde que eles vão arranjar o restante, gente? Eu acho que tem que
2637 ter essa transparência. Eu estou aqui, tanto aprovando, aprovando, mas eu estou
2638 querendo ser transparente para vocês. É isso. Quando a gente vê a realidade, gente, é a
2639 mesma coisa que falar assim comigo: Lindinha, vamos lá na padaria comer um pão. Chega
2640 lá e me dá um pão de salame. Que maravilha. Vou ficar superfeliz porque eu estava indo
2641 à padaria para comer um pão de sal, não um pão com salame. Mudou a história. Agora,
2642 eu chego lá com R\$ 8 mil para eles. Agora, se eu chego com R\$ 42 mil? Todo mundo vai
2643 falar: “Beleza, vou conseguir manter o meu CREAS.” Então é isso que eu queria falar.
2644 Obrigada. **PRESIDENTE:** Vamos fechar os encaminhamentos? Nossa hora agora
2645 também já venceu. Coloque a tela dos encaminhamentos, por favor. A Marinete está me
2646 falando aqui que também acha que nem tem que aprovar e nem desaprovar relatório. Eu
2647 acho que a gente tem que considerar que o relatório é parcial. E o que ela está dizendo
2648 que é encaminhar enquanto relatório parcial em forma de ofício para a CIB e que o CEAS
2649 continue a avaliação dos serviços. **MARINETE, COGEMAS:** Eu entendo que, da mesma
2650 forma que o relatório garantiu para que nós ampliássemos as nossas discussões aqui, eu
2651 acho que só foi possível a gente chegar a esse debate, no qual estamos aqui, mediante
2652 ao relatório. É lógico, enquanto parte do GT, eu quero valorizar também o trabalho do GT,
2653 que às duras penas, porque também não é simples, reconheço as fragilidades do relatório
2654 e reconheço também a dificuldade de agenda com os municípios. Não depende
2655 exclusivamente do GT falar: “Eu vou visitar x município.” A gente teve esse desafio
2656 também, mas eu acho que eu quero valorizar o relatório, sim, porque o relatório subsidiou
2657 a nossa discussão aqui, fundamentou e, da mesma forma que eu considero que ele
2658 também vai ser relevante, ainda que com fragilidade, subsidiar as discussões da CIB.
2659 **PRESIDENTE:** De acordo, partindo para os encaminhamentos. Remeter a matéria para a
2660 CIB para discussão sobre o desenho do reordenamento com a participação do
2661 Conselheiro Lucas. Encaminhar o relatório, não é final, é parcial. Está escrito final ali,
2662 Secretaria Executiva, por favor. Isso. Relatório parcial do GT para a CIB. Mais algum
2663 encaminhamento? E eu gostaria de perguntar para essa plenária - lógico que também
2664 tenho que conversar com o COGEMAS - se a gente conseguisse fazer uma extraordinária

2665 da CIB essa semana, se a plenária concorda de a gente fazer uma plenária virtual essa
2666 semana, se a CIB, obviamente, se a gente chegar à conclusão do assunto na CIB. Eu
2667 estou colocando como hipótese porque eu preciso primeiro discutir isso na CIB,
2668 obviamente. Eu vou consultar a Mesa Diretora sobre o assunto. Ok? **LUCAS, CONSELHO**
2669 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Gente, eu estou aqui refletindo com os meus botões.
2670 Encaminhado esse relatório, ainda que parcial, para a CIB, a consolidação daqueles
2671 critérios que ela estabeleceu precisam ser revistos. E a gente precisa voltar naquilo que a
2672 gente estava discutindo. Primeiro, a CIB consolidou uma resolução que depende da
2673 aprovação do colegiado, mas para ela estabelecer esses critérios que ela estabeleceu,
2674 ela precisaria desse relatório. Estou errado, Rose? Mas se o critério é para aprimorar o
2675 serviço. **ROSE:** Na verdade ela só colocou o critério do tempo e da distância, e do
2676 interesse do gestor. O critério da CIB foi a distância **PRESIDENTE:** Com base nos critérios
2677 documento da SEDESE. **ROSE:** Exatamente com base no critério documento da SEDESE
2678 foi a distância e a manifestação do gestor, o interesse. **PRESIDENTE:** Deixe-me
2679 acrescentar. Os critérios apresentados pela SEDESE para a CIB de acordo com a norma
2680 nacional que é a resolução do CNAS, frisando que o estado de Minas Gerais não está
2681 cumprindo a resolução do CNAS. Além da nossa avaliação técnica do serviço, que é uma
2682 avaliação da SEDESE, a gente alega também que a gente não está de acordo com a
2683 regulamentação do conselho nacional. Esses foram os critérios apresentados para a CIB.
2684 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Continuando então,
2685 apresentando esse relatório para a CIB, ela que vai dizer o tempo dela para poder discutir
2686 se ela vai ter tempo hábil para poder analisar esse relatório ou não. Acho que não tem
2687 como a gente gerir esse tempo. **IARA, CSJB:** Eu estou entendendo, Lucas que é como
2688 uma sugestão. **PRESIDENTE:** Eu só estou colocando aqui porque se a gente conseguir
2689 resolver na CIB, eu vou chamar uma extraordinária na Mesa Diretora. **IARA, CSJB:** Eu
2690 entendi o que a Mariana está colocando. E ela está perguntando para nós se nós estamos
2691 de acordo, caso ela apresente essa sugestão e ela seja aprovada na CIB, que a gente
2692 faça uma reunião virtual. É isso. **PRESIDENTE:** Única e exclusivamente para esse
2693 assunto. Gente, eu quero reforçar o meu pedido de urgência porque estamos fazendo o
2694 encerramento orçamentário financeiro de 2022. Se isso for aprovado esse ano, não é
2695 pressa da SEDESE. Eu estou falando que quem está lá na ponta, município, cidadão que
2696 sofre violação de direitos, a implantação de um serviço demora. A gente está dando para
2697 cada município, mais ou menos, 6 meses para ele começar a implantação do serviço. Não
2698 é do dia para a noite. A minha pressa é a pressa do atendimento. Quando a gente está
2699 falando de melhorar o atendimento para um, para dois, para três municípios, a gente está
2700 impactando os 25 que são atendidos pelos CREAS regionais, mais milhares de famílias
2701 que estão sendo atendidas por esse serviço. Quanto mais a gente demora, eu estou

2702 falando aqui a demora por uma decisão. Quanto mais a gente demora é mais tempo que,
2703 na minha opinião, a gente perde por melhoria da qualidade do serviço. É só isso. O meu
2704 apelo é para pensar lá na frente. Entendeu? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2705 **CURVELO - SSVV:** Só para poder clarear um pouquinho melhor. Nós vamos fazer um
2706 encaminhamento, pelo menos na sugestão, que ele seja encaminhado esse relatório
2707 parcial e seja sugerida a discussão sobre a matéria, não com os termos como foram
2708 apresentados da outra vez porque deu a entender que o CEAS tinha aprovado o
2709 reordenamento e que era para pactuar os critérios, cujos quais, deveriam ser utilizados
2710 pela SEDESE para dar o prosseguimento de implementação. O relatório como voto pelo
2711 encaminhamento do relatório parcial, a resolução da CIB que estabelece os critérios, eu
2712 oriento, eu encaminho para a gente não aprovar neste momento porque se a CIB quiser
2713 aprimorar ou fazer outra rediscussão e colocar outros critérios, ela pode fazer porque isso
2714 é competência dela. E com relação à discussão do reordenamento, seja encaminhada a
2715 solicitação para que ela possa se debruçar sobre a matéria e ela vai decidir se pactua ou
2716 não pactua pelo reordenamento, pelo redesenho da proteção. **PRESIDENTE:** Rosa, põe
2717 já o encaminhamento completo porque, do jeito que você está picando aí, acho que é um
2718 encaminhamento só e que a gente já vai votar. Tira o 'nesta semana' porque é após a
2719 pactuação da CIB, se houver, porque eu ainda dependo de articular isso com o
2720 COGEMAS. A plenária está esclarecida sobre as propostas de encaminhamento?
2721 Plenária, podemos colocar em votação os encaminhamentos registrados na tela? Aqueles
2722 que concordam com o encaminhamento, manifestem, por favor. Pela aprovação. Aqueles
2723 que manifestam pela reprovação. Abstenção. Não registramos reprovação e nem
2724 abstenção, então encaminhamentos aprovados. Próximo ponto, gente, eu vou pedir
2725 urgência. A gente tem o Censo SUAS do conselho, tem que ser discutido aqui hoje porque
2726 temos prazo para cumprir com o ministério. Vou pedir à Secretaria Executiva para colocar
2727 esse ponto de pauta agora porque já são 16h30. E, conforme nós acordamos na reunião
2728 passada, o questionário foi enviado no e-mail dos conselheiros para validação, para a
2729 gente não ter que ler todo o questionário aqui. Tivemos destaque, salvo engano, de 6
2730 questões. E apenas essas 6 serão colocadas aqui em discussão, considerando que as
2731 outras os conselheiros concordaram com o preenchimento da Secretaria Executiva.
2732 Correto? Grazielle e Lucas. **GRAZIELE:** Eu também fiz alguns destaques, mas parece que
2733 não apareceram. Sirlene falou que não conseguiu identificar os meus destaques. E eu tive
2734 outros problemas pessoais, meu computador quebrou, o meu pessoal e o do trabalho
2735 também ao mesmo tempo e eu não consegui fazer isso no celular. Eu tenho alguns
2736 apontamentos. Eu até me lembro de alguns, mas não sei se vou lembrar de todos. Alguns
2737 eu tenho certeza de que eu me lembro. Um, era sobre a Secretaria Executiva, a sede. O
2738 outro, tem um momento que vocês colocam que só têm conhecimento do fórum de

usuários. Nós temos cadeira ainda. Ah, tá. Quando eu vi estava dessa forma.

PRESIDENTE: Organização. Vamos só abrindo fala, depois a gente já vai passar pelos pontos e, quem quiser, acrescenta outros. Lucas, é acréscimo de pontos? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Não. Não é acréscimo de pontos. É só para poder fazer um registro que esse censo foi encaminhado para a gente com menos de uma semana para a gente poder conseguir contribuir. Eu não consegui contribuir por questão de agenda. E a deliberação pelo encaminhamento dele, a Secretaria Executiva teve duas semanas para poder encaminhar da data que foi encaminhado para a gente. Só para poder fazer esse registro que esses documentos que têm conhecimento dele com antecedência maior, têm que ser encaminhados com antecedência maior para os conselheiros. **PRESIDENTE:** Vou pedir à Secretaria Executiva para falar os pontos que a Conselheira Juanita que foi que manifestou. E aí a Secretaria Executiva também já registra a sua resposta, a resposta da Juanita e a sua justificativa. **SIRLENE - CEAS:** Foi o item 6 que é onde pergunta que o conselho possui local sede específico para o seu funcionamento. A sugestão da Conselheira Juanita é que marcasse 'não' e, conseqüentemente, não responderia as questões 7, 8 e 9. E os itens 10 e 11, ela colocou que desconhece. Na minha avaliação também, tendo em vista que a gente pegou esse questionário se baseou muito no que foi respondido no de 2020, de 2021, e sobre a minha avaliação, eu acho que a gente não pode ter um local específico para a Secretaria Executiva da forma que seria o melhor para todos, mas, sim, nós temos um local específico do funcionamento do CEAS onde nós temos as nossas estações de trabalho. Nós temos os nossos computadores. Nós temos telefones. Nós temos notebooks para trabalhar. Nós temos impressora. Nós temos carro quando a gente precisa. Nós temos também as salas disponíveis, aqui na CDH, a gente arruma espaço tanto na CDH quanto na Cidade Administrativa também a gente consegue. Isso é o meu ver como secretária executiva. Tanto é que o questionário pergunta se no prédio onde localiza o conselho funciona existem outras instituições ou unidades, ou seja, isso é uma prática comum do conselho estar associado a outros órgãos. No caso aqui, tinha respondido que sim, que a secretaria social ela está, se localiza com outras unidades, que seriam outras unidades administrativas, aí tem sede do governo, administração. Esse é um dos pontos. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Primeiro a gente precisa entender o conceito de sede. Sede é onde as reuniões acontecem, onde você tem operacionalização da Secretaria Executiva. Falar que o conselho tem sede com duas sedes, é a mesma coisa que falar que o conselho não tem sede. Vejam, as atividades da Secretaria Executiva são executadas na Cidade Administrativa. As reuniões do colegiado são realizadas aqui na Casa de Direitos Humanos. Para mim, o censo passado a gente estabeleceu que sim. Por quê? Porque a gente tinha o entendimento que a sede da secretaria e do conselho,

2776 todas as atividades funcionavam aqui na Casa de Direitos Humanos. Agora não funciona
2777 dessa forma, então eu coaduno com o mesmo entendimento da Juanita. Entendo que não
2778 há sede. **ROSA:** Lucas, no manual do censo tem o conceito de sede. “Sede é o espaço
2779 físico que o conselho ocupa para o desenvolvimento de suas atividades com endereço e
2780 sala de uso exclusivo do conselho, para realizar as suas reuniões ordinárias e para o
2781 funcionamento regular da Secretaria Executiva.” **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
2782 **CURVELO - SSVP:** Não. **GRAZIELE:** Só reforça, desenvolver suas atividades. Uma das
2783 atividades da Secretaria Executiva é reunião do CEAS. É uma delas, mas se uma delas
2784 falha. **SIRLENE - CEAS:** Se o conselho funcionar a gente tem que ter um espaço. Esse
2785 espaço ele é na CAMG. **ELDER:** Ao meu entendimento é o seguinte, está perguntando
2786 se o conselho possui local sede específico. Não está falando sede exclusiva, primeira
2787 coisa, eu acho diferença. Todos os meses as reuniões são feitas aqui, eu entendo que
2788 não teria uma sede específica se um mês fosse aqui, outro mês fosse na Cidade
2789 Administrativa, outro mês fosse em outro lugar. Aí poderia falar que não tem uma sede
2790 específica e a Secretaria Executiva está alocada na Cidade Administrativa. E a própria
2791 pergunta, depois, dá opções para você esclarecer se essa sede é exclusiva ou não. Você
2792 pode marcar ‘sim’ e falar: Sim, mas é compartilhado com outros órgãos. Entendo que a
2793 resposta seria ‘sim’ mesmo. E no ano passado a Secretaria Executiva já estava na Cidade
2794 Administrativa. A reunião foi feita lá duas vezes e foi virtual o ano todo. Foi dezembro/2021
2795 foi presencial na Cidade Administrativa e janeiro, depois já foi aqui. Exatamente, foi um
2796 pedido do conselho, da sociedade civil que foi atendido, por isso que tem essa divisão.
2797 Não é por uma escolha da gestão, por exemplo. Inclusive aqui é um lugar que atende
2798 melhor as pessoas, por isso estamos aqui. **PRESIDENTE:** Considerando que não há
2799 consenso, vai para votação? Então ok. Os conselheiros que acham, a questão é só ‘sim’
2800 ou ‘não’. Conselheiros que acham que é ‘sim’, vão levantar o crachá. E depois a gente
2801 conta os que acham que é ‘não’. Ok? ‘sim’ é se tem sede. **GRAZIELE:** Só volta e lê de
2802 novo para fazer a pergunta. **PRESIDENTE:** Volta na pergunta, por favor. “O conselho
2803 possui um local/sede específico para o seu funcionamento?” Explicação da pergunta
2804 embaixo. Local/sede específico refere-se a um local fixo, com endereço e sala para uso
2805 do conselho e para a Secretaria Executiva. Conselheiros que entendem que a resposta é
2806 ‘sim’, manifestem com o crachá, por favor. Quem entende que ‘sim’. Conta, por favor.
2807 Então entendem que ‘sim’. Conselheiros que entendem que a resposta deve ser ‘não’.
2808 Volta, aplicando o Regimento Interno, eu vou desempatar? Quer que rediscuta? Está
2809 aberta a discussão. **PHILIFE, FETSUAS:** A Secretaria Executiva ela executa os seus
2810 trabalhos aqui nesse prédio ou na Cidade Administrativa? **PRESIDENTE:** Na Cidade
2811 Administrativa. **PHILIFE, FETSUAS:** E as plenárias são lá ou aqui? **PRESIDENTE:** Aqui
2812 na Casa de Direitos Humanos. **PHILIFE, FETSUAS:** A pergunta, o que eu entendi, se

2813 refere aos dois, não é? Secretaria Executiva e ao CEAS. Não sei se é lá ou aqui, eu fiquei
2814 na dúvida. **PRESIDENTE:** Mas eu entendo que tanto a plenária quanto a Secretaria
2815 Executiva tem, sim, um espaço, um local, uma sede específica para a finalidade. A gente
2816 não se reúne na rua. **PHILIFE, FETSUAS:** No caso tem dois espaços. Tem aqui e um na
2817 Cidade Administrativa. Então o conselho possui locais e sedes. **PRESIDENTE:** Elder.
2818 **ELDER:** Só reiterando, como a gente tem que rediscutir. A reunião está sendo feita aqui
2819 por uma decisão da plenária, que está sendo feita aqui, mas a Secretaria Executiva tem a
2820 sede lá, que ela tem inclusive com estrutura, computador, tudo certinho e a reunião é feita
2821 aqui. Mais uma vez, eu acho que a gente só poderia falar que não tem uma sede específica
2822 se todo mês fosse em outro lugar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
2823 **SSVP:** Quando a gente vai provar, exige a comprovação do funcionamento de um
2824 conselho municipal, a gente pede a ata da plenária daquele colegiado. Correto? Então,
2825 nesse sentido, eu interpreto como funcionamento onde funciona o colegiado. Se a
2826 Secretaria Executiva não está aqui, eu entendo que não tem. **PRESIDENTE:** Lá na
2827 pergunta fala: para uso do conselho e para a Secretaria Executiva. Todos os dois têm
2828 espaço. Ainda que vocês achem que tem deficiências, a gente, todos concordamos que
2829 existem deficiências, que a infraestrutura precisa ser melhorada, ela existe. **GRAZIELE:**
2830 O censo não serve para aprimoramento? Só para poder dizer, a sociedade civil está
2831 dizendo, está batendo nessa tecla. Se a gente está dizendo, desde o início do ano, que a
2832 gente precisa dar condições para a Secretaria Executiva funcionar, para o próprio
2833 conselho funcionar, é isso que a gente quer refletir também no censo. Isso é uma falha, a
2834 gente está dizendo disso há muito tempo, que o fato da Secretaria Executiva não ter um
2835 espaço que seja mais acessível à população, que tenha condições para esses
2836 trabalhadores exercerem sua função, precariza o controle social. **SIRLENE - CEAS:** Mas
2837 fala que ele é compartilhado, então aqui dá a entender que ele não é exclusivo.
2838 **PRESIDENTE:** Gente, nós estamos falando de um questionário. Nós não estamos falando
2839 de outra coisa. É um questionário que precisa ser respondido. Vamos votar novamente e
2840 se der empate eu desempato. Conselheiros que entendem que a resposta deve ser 'sim',
2841 por favor, manifestem. Nove. Conselheiros que entendem que a resposta deve ser 'não'.
2842 O Lucas falou que vai se abster. Conselheiro que se abstém. Lucas. Pela maioria, a
2843 resposta é 'sim'. Passando para a pergunta de nº 7. Pergunta nº 19. **GABRIELA,**
2844 **CMAS/SALINAS:** Antes da 19, eu estava dando uma olhada no formulário, mas não deu
2845 para fazer a contribuição dentro do prazo que eles colocaram. **SIRLENE - CEAS:** Número
2846 2, houve alteração da lei original por alguma lei posteriormente... Dez? Você falou 2. 10.
2847 Quais os equipamentos e materiais disponíveis em funcionamento para o
2848 desenvolvimento das atividades desse conselho? Não? Também não é. Vamos para a
2849 questão 19. Pergunta 19. Na lei orçamentária de 2022 há previsão de recursos específicos

2850 do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho? Pela sugestão
2851 da Juanita seria 'não'. Que não há previsão de recursos específicos do órgão gestor
2852 destinados. Eu também defendo que a gente tem ação, eu nunca lembro dela. A gente
2853 tem uma ação específica do conselho que a gente tem recurso lá dentro que foi até
2854 solicitado aumento do valor na LOA. **PRESIDENTE:** Inclusive é essa ação orçamentária
2855 que custeia todas as reuniões, então eu também não entendo como marcar 'não'. Vamos
2856 nos ater à pergunta. Isso é um questionário. Na lei orçamentária de 2022 há recursos
2857 específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?
2858 'sim'. Vocês aprovaram a prestação de contas hoje, quer dizer, não aprovaram, mas
2859 discutiram. A ação orçamentária já tem 3 trimestres que a gente aprova aqui, discute a
2860 ação. **SIRLENE - CEAS:** Todo mundo de acordo? **PRESIDENTE:** A resposta é 'sim'?
2861 Conselheiros que entendem que a resposta é 'sim', por favor, se manifestem. **SIRLENE -**
2862 **CEAS:** Rosa, desce lá para o cinquenta e alguma coisa, esse aqui, ontem, na reunião da
2863 Mesa Diretora também todo mundo concordou com ela. **PRESIDENTE:** Foi falta de
2864 interpretação. **SIRLENE - CEAS:** É. O conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos
2865 e benefícios socioassistenciais do SUAS? **PRESIDENTE:** Onde é que está a pergunta
2866 que eu não estou vendo? **SIRLENE - CEAS:** Bloco 7, 53. É só o que está de verde, de
2867 amarelo. Essa está de amarelo, mas não foi. **PRESIDENTE:** É porque ela não sabia que
2868 COGEMAS e COEGEMAS era a mesma coisa. **SIRLENE - CEAS:** Eu não consegui tirar
2869 aquele amarelo dali. Não. Eu não consegui tirar o amarelo dali. O conselho fiscaliza os
2870 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS? Sim, apenas a
2871 rede socioassistencial realizada por entidades públicas do SUAS. A Juanita também
2872 concordou com isso. Ah, não. Ela fala que 'não', que não fiscaliza. **PRESIDENTE:** Vamos
2873 lá, gente. Abre o manual. Na dúvida, vamos ler a pergunta. A pergunta 53. Gente, vamos
2874 lembrar, a pergunta é sobre... Gente, por favor, silêncio. A pergunta é sobre a atuação
2875 do conselho quanto à fiscalização dos serviços, e têm 4 opções, salvo engano. Primeiro,
2876 entre as competências do conselho previstas na resolução do CNAS estão: acompanhar
2877 e avaliar gestão de recursos, normatizar ações, regular prestação dos serviços, propor
2878 ações, inscrever e fiscalizar entidades. Isso não se aplica no caso aqui nosso, do conselho
2879 estadual não fala. Aí pergunta, o conselho, se ele não faz isso, a resposta seria 'não
2880 FISCALIZA'. Vocês entendem que o conselho não faz isso? Veja bem, primeiro tem que
2881 responder essa, depois pula para as outras. O censo é para todos os conselhos, tanto do
2882 estado quanto dos municípios. Exatamente. A pergunta aqui é simples. Vocês entendem
2883 que o conselho faz essas atividades? Acompanha, avalia, fiscaliza a gestão,
2884 normatizações, regula, ok? Então pronto. Ponto passivo. É só isso. **BAIÃO:** Essa
2885 fiscalização vocês têm o controle é para todos os municípios ou só aqui. **PRESIDENTE:**
2886 Dona Maria, aqui a gente está falando do CEAS, então o CEAS não tem competência de

2887 avaliar os 853 municípios, não. Cada município tem o seu próprio conselho. A
2888 competência do CEAS é no âmbito estadual. Lá na lei também tem o que é da gestão
2889 estadual e o que é do conselho estadual. Ok? É porque esse questionário é para estado
2890 e município. É isso. Tem coisa que é do município. **BAIÃO:** Uma pergunta pela metade.
2891 É um 'sim' pela metade. **PRESIDENTE:** Pode ser assim mesmo. Muito bem. Mais alguma,
2892 Sirlene? **SIRLENE - CEAS:** Só mais uma. Meu Deus do céu. **PRESIDENTE:** Essa
2893 pergunta, eu acho que foi falta de entendimento também. Quanto ao segmento de usuários
2894 que tem direito a voto no processo de eleição da sociedade civil. No caso nosso aqui de
2895 Minas Gerais, quem tem direito a voto no processo de eleição? Os representantes e
2896 organizações de usuários. Todo mundo concorda? Está claro isso? **PHILIPPE, FETSUAS:**
2897 Eu fico com uma dúvida com relação a essa porque a gente faz as eleições na conferência,
2898 e na conferência eu entendo que os usuários, os que são delegados, eles participam e
2899 votam. E lá eles votam independentemente de participar de uma organização ou não.
2900 Então eu acho que são os dois. **PRESIDENTE:** Essa admite dupla resposta, então pode
2901 marcar o primeiro e o segundo. Simples. Pronto. Resolvido. Todo mundo de acordo?
2902 **SIRLENE - CEAS:** Todo mundo de acordo? Você lembrou, Grazi, mais alguma?
2903 **GRAZIELE:** Eu ainda estou na questão 26, mas eu consegui pegar uma questão. A
2904 questão nº 20. **SIRLENE - CEAS:** Vinte? **GRAZIELE:** É. Igual estava aparecendo para
2905 mim. **SIRLENE - CEAS:** Ele desformatou todinho. **GRAZIELE:** É. Eu não estava
2906 conseguindo abrir. **SIRLENE - CEAS:** Deixa ler aqui. Em 2022 foram destinados pelo
2907 menos 3% do índice IGD Auxílio Brasil – IGDSUAS, para custear despesas do
2908 funcionamento do conselho. Essa pergunta tem uma consequência que é a 21, que ela
2909 fala a porcentagem. **GRAZIELE:** Pois é. A gente sabe se foi destinado 3% do IGDSUAS
2910 IGD Bolsa Família? **SIRLENE - CEAS:** Isso foi a Roberta que nos passou. Ela pegou e
2911 embaixo ela responde qual foi a porcentagem do recurso, dos 3% foi 25%. Certo? De 0 a
2912 25%. De 0 a 25%. Usou recurso do IGDSUAS e do IGD Brasil. Pode falar, Roberta.
2913 **ROBERTA:** Com licença. Nós solicitamos informações de todos os gastos financeiros da
2914 conta do IGDSUAS do ano, ao setor de contabilidade da SEDESE, e fizemos o cálculo
2915 baseado em comparação com a receita, do IGD. O cálculo foi feito certinho e a gente
2916 passou a informação para a Divisão. 11%. Qual que era o parâmetro, 2021... Qual era o
2917 parâmetro aí? 202 e um não é, João? Foi 2022. **SIRLENE - CEAS:** São duas perguntas.
2918 Em 2022. **ROBERTA:** Referente a 2022. A gente olhou. Tem coisa que a gente pediu
2919 2021, tem coisa que a gente pediu 2022 e a gente pegou o cálculo de acordo com a
2920 pergunta. Ação orçamentária? É, foi em 2021. **PRESIDENTE:** É por isso que eu estou
2921 perguntando, gente. Só para esclarecer. É porque nós estamos em 2022 com o orçamento
2922 em execução. **ROBERTA:** Isso. **PRESIDENTE:** Em 2021, a gente já tem o consolidado,
2923 então de 2021 a gente tem o consolidado o de 2022 a gente não tem. Está claro? Foi 11%.

2924 **ROBERTA:** É qual faixa, gente? **PRESIDENTE:** A resposta é por faixa. É isso. **SIRLENE**
2925 **- CEAS:** Mais alguma, Graziele? **GRAZIELE:** Tem. A número 22. Essa está perguntado
2926 sobre 2022. Eu estou em uma dúvida mesmo. Hospedagem, alimentação dos
2927 conselheiros para reuniões de descentralizadas. Nós fizemos reuniões descentralizadas?
2928 **PRESIDENTE:** Reunião descentralizada nós não tivemos. Eu não sei se vocês
2929 entenderam isso como reunião que algum conselheiro aqui foi, porque os conselheiros já
2930 foram, mas é questão de entendimento. Não sei. **PHILIFE, FETSUAS:** Mas quando fala
2931 reunião descentralizada é quando o conselheiro faz atendimento em outra cidade, não é?
2932 **PRESIDENTE:** Não. **PHILIFE, FETSUAS:** Isso não é reunião descentralizada também?
2933 **GRAZIELE:** Reunião descentralizada do CEAS, não houve. **PRESIDENTE:** Não houve.
2934 **IARA, CSJB:** Gente, vamos atentar à pergunta. Eles estão perguntando o seguinte, se
2935 quando tem nas reuniões descentralizadas se o conselho disponibiliza. Disponibiliza sim.
2936 Porque se a gente falar que não, quer dizer que quando acontecer a reunião
2937 descentralizada o conselho não disponibiliza recurso? É sim. Vou ler. “Em 2022, quais das
2938 seguintes despesas foram custeadas por esse com esse?” Mas elas não foram porque
2939 não houve, mas se tivesse, elas seriam. **PRESIDENTE:** O João Paulo está querendo falar,
2940 gente. **GRAZIELE:** Eu não entendo dessa forma. Não foram custeadas porque não
2941 ocorreu, gente. Porque se a gente coloca que foram custeadas, a gente está dizendo que
2942 obrigatoriamente ocorreu. **PRESIDENTE:** O João Paulo quer contribuir, o diretor da
2943 vigilância. Não sei se o pessoal conhece. **JOÃO PAULO:** Só para ajudar a tentar
2944 esclarecer. O censo tem algumas perguntas que não são muito boas, a redação. A gente
2945 lida com isso na diretoria de vigilância. Aqui, o que está perguntando é isso, se custeia
2946 sempre que necessário. Então se tivesse seria custeada? A pergunta está querendo
2947 captar esse tipo de informação, então, por mais que a pergunta seja ruim, a gente tem que
2948 tentar qual é o objetivo dela. O que ela está querendo ser respondida? Se vocês marcarem
2949 que não custeia, significa, se tivesse essa demanda não seria custeada. Entendeu?
2950 **PRESIDENTE:** Não perguntou se houve a reunião. **ÉRICA:** Eu penso que as reuniões que
2951 a gente vai também quando somos convocados para representantes do CEAS, são
2952 reuniões descentralizadas. Por exemplo, eu e o Leandro fomos em uma em Vitória, que
2953 era... **PRESIDENTE:** Ela foi para a reunião descentralizada. Foi. **PHILIFE, FETSUAS:** E
2954 é custeada pelo CEAS. **PRESIDENTE:** Gente, mas a resposta, vamos focar no
2955 questionário. Vocês concordam que a resposta é ‘sempre que necessário’? De acordo.
2956 **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVV:** Eu não concordo. Eu vou
2957 discordar porque a pergunta é utilizada no tempo passado. Nós não tivemos reuniões
2958 descentralizadas. É não responder. Tem um quadro de justificativa? **PRESIDENTE:** O
2959 Conselheiro Lucas se abstém. Vamos, Sirlene. Gente, o tempo está acabando.
2960 **GRAZIELE:** Vamos lá na 43. Desculpa. **PRESIDENTE:** Eu ia fazer a votação de tudo.

2961 Essa já foi resolvida. É porque a votação mesmo é do CEAS todo. **GRAZIELE:** Também
2962 tem essa: Com que frequência, essa está se referindo a 2021, então já dá para responder.
2963 Com que frequência esse conselho realiza reuniões ampliadas com participação também
2964 de seus membros da sociedade civil que não sejam conselheiros? Anualmente. A gente
2965 não tem feito. E no pleno do ano passado também não fez. Realiza reuniões
2966 descentralizadas? Também a gente não fez. É isso, João Paulo? Reunião
2967 descentralizada, mas, as duas, pelo menos nesse entendimento que eu tenho agora
2968 **PRESIDENTE:** No ano passado a gente teve muita reunião ampliada, sim. Virtual. Esse
2969 ano realmente a gente não teve, inclusive porque a gente fez todas presenciais. As
2970 reuniões virtuais, a gente fez reunião sim, ano passado. **GRAZIELE:** Por isso eu perguntei,
2971 a primeira pergunta se refere a 2021 ou 2022. **SIRLENE - CEAS:** Nem um e nem outro.
2972 É a frequência que o conselho pode ou não reunir esse tipo de coisa. Se você fala que
2973 nunca, ou seja, nunca o conselho fez uma reunião descentralizada? Já. O conselho nunca
2974 realizou uma reunião ampliada? Já realizou. É nesse sentido porque aqui não fala 2021 e
2975 nem 2022. **GRAZIELE:** Ele não se refere a ano, ele se refere no contexto do contexto
2976 geral. **SIRLENE - CEAS:** No contexto geral do conselho. Ele tem essa frequência de
2977 realizar ou não? **GRAZIELE:** Vamos fazer um repúdio para o Censo SUAS, gente.
2978 **PRESIDENTE:** Gente, eu preciso acelerar. Posso colocar em votação? O conselho aprova
2979 o preenchimento do censo apresentado pela Secretaria Executiva à plenária?
2980 Conselheiros que manifestam pela aprovação? Conselheiros que manifestam pela
2981 reprovação? Conselheiros que se abstém? 3 abstenções registradas, então o censo é
2982 aprovado. Eu preciso passar pelas matérias urgentes agora. **LUCAS, CONSELHO**
2983 **CENTRAL DE CURVELO - SSVF:** Só um minuto, Mariana. Com relação ao censo. A
2984 Grazi falou da questão da nota de repúdio para o censo, mas é importante a gente clarear
2985 um pouquinho melhor, fazer uma manifestação com relação a esse censo e pedir uma
2986 colaboração do conselho nacional. Porque, veja bem, o censo é para ele poder medir a
2987 realidade daquilo que é feito pelos conselhos e isso não está dando conta de refletir. Uma
2988 resposta 'NUNCA'. Quem é que responde 'NUNCA' em um censo. Nunca. Nem o IBGE
2989 coloca 'NUNCA' e olha que o IBGE está com as pernas ruins. **SIRLENE - CEAS:** A gente
2990 tem dois pontos urgentes aqui que é a comemoração do Dia D, o 7 de setembro e nós
2991 trouxemos uma proposta. **PRESIDENTE:** Deixa o João. O João é que vai apresentar?
2992 **PHILIPPE, FETSUAS:** A Comissão de Apoio trouxe aqui uma estruturação para o Dia D,
2993 seria realizada no dia 6/12. E ela trouxe com o tema: Desafios do orçamento para
2994 financiamento da Política de Assistência Social. Será no formato virtual. Os palestrantes
2995 nós ainda vamos fazer o convite. Assim que for confirmado será passado para vocês. Nós
2996 colocamos como opção o André Quintão, Danilo Cabral, Cíntia, do FONACEAS, Elias, do
2997 COGEMAS e Márcia Lopes. Nós vamos tentar a possibilidade de ser um homem e uma

2998 mulher para manter a paridade. Assim que tiver o convite pronto, nós vamos encaminhar
2999 para todos vocês. **SIRLENE - CEAS:** Os desafios do orçamento? **PHILIFE, FETSUAS:**
3000 Os desafios do orçamento para financiamento da Política de Assistência Social.
3001 **PRESIDENTE:** Quem está digitando? Pode, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
3002 **CURVELO - SSVF:** Eu gostaria de sugerir uma temática que seja voltada para o controle
3003 social. É claro que o orçamento é muito importante neste momento. Nós temos diversas
3004 frentes atuando para poder recompor o orçamento em todas as esferas de governo, mas
3005 é importante que a gente fortaleça a atuação do controle social, uma vez que temos
3006 diversos conselhos municipais que ainda estão em situação irregular na sua atuação. A
3007 gente precisa fortalecer esse entendimento e vou trazer uma fala aqui que a Conselheira
3008 Juanita sempre faz: “Conselho forte, gestão forte.” E sugiro que a temática seja essa.
3009 **PRESIDENTE:** Eu posso casar os dois? Colocar os desafios do orçamento no
3010 financiamento e atuação do controle social? Vejam bem, em um a gente está propondo
3011 um Webinário. Eu entendo que o tema do financiamento abrange tudo e, obviamente, que
3012 a execução da política também envolve a execução dos serviços e controle social. Então
3013 eu não vejo problema de a gente casar as duas coisas e tentar focalizar um pouco na
3014 atuação do controle social e do financiamento. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**
3015 **CURVELO - SSVF:** Eu vou ser muito sincero com vocês porque tem que ser pragmático,
3016 não é? Eu vejo problema sim. Nós vamos falar lá que não tem recurso e pronto. Toda vez
3017 é sempre assim. **PRESIDENTE:** Mas o objetivo, Lucas. O objetivo do grupo e da discussão
3018 da Mesa Diretora ontem foi que nós estamos em um momento de transição de governo
3019 onde a proposta da LOA de 2023 está sendo rediscutida, inclusive com apresentação de
3020 PEC no congresso para garantir recurso da assistência social. Esse assunto nesse
3021 momento é essencial. Porque se a gente não tiver recursos para 2023. **PHILIFE,**
3022 **FETSUAS:** E duas dessas pessoas aqui estão participando da transição também.
3023 **PRESIDENTE:** O sistema todo é fragilizado, é serviço, é controle social, é gestão, não
3024 tem nem diferença. **ISAC, ASQUIS:** Eu faço parte da comissão também. A gente
3025 conversou um pouquinho sobre isso e também essa proposta de juntar o controle social
3026 com o financiamento apareceu na comissão e ela é valorizada, pelo menos por mim e por
3027 outros da comissão também. E até entendemos que o desafio do orçamento é um desafio
3028 de fato, até por isso acreditamos que se conseguirmos a participação como palestrante
3029 das pessoas que estão na equipe de transição, especificamente da assistência social,
3030 podem e inclusive os nomes que estão lá citados, a gente acredita que dão conta de
3031 discutir, tanto o financiamento quanto o controle social. **PRESIDENTE:** Plenária
3032 esclarecida? Podemos colocar em votação? Gente, 17h. É sugestão de convidados. Tem
3033 que consultar pessoas ainda. Isso é uma proposta da comissão. Essa proposta sendo
3034 aprovada pela plenária, ainda vamos aprofundar na organização. Plenária, são 17h.

3035 Precisamos votar. Esta plenária aprova o encaminhamento da comissão? Ótimo. Eu
3036 concordo. A plenária está esclarecida? Podemos colocar em votação? Conselheiros que
3037 aprovam a proposta apresentada pela Comissão de Apoio para que a Secretaria Executiva
3038 comece a organizar o Webinário em comemoração ao Dia D da assistência social. Algum
3039 conselheiro reprova? Algum conselheiro se abstém? Abstenção do Conselheiro Lucas.
3040 Proposta aprovada. Qual que é o outro ponto prioritário? Plenária, é o seguinte, é para
3041 informação. Já vou colocar para reflexão, também não é para decisão agora. O
3042 conselheiro já está pedindo para convocar, mas como o assunto não está concluído. O
3043 GT do Regimento Interno está em fase final de redação da minuta da proposta do novo
3044 Regimento Interno. Essa proposta vai ser encaminhada para contribuição dos
3045 conselheiros até o dia, na primeira semana de dezembro. Para que o novo Regimento
3046 Interno seja aprovado ainda esse ano, nós precisaríamos de uma plenária extraordinária
3047 com esse único objetivo. A proposta do GT é que se essa minuta, a gente conseguir
3048 concluir a minuta, ela não está concluída, ela está em fase de conclusão. Ela sendo
3049 concluída, enviada até a primeira semana de dezembro, se nós podemos convocar uma
3050 plenária extraordinária no dia 14 de dezembro. Essa é a pergunta proposta. Se o Brasil
3051 chegar à semifinal tem jogo do Brasil. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO -**
3052 **SSVP:** Eu tenho uma sugestão de fazer duas plenárias seguidas, dias 15 e 16, as reuniões
3053 das comissões serem virtuais, exclusivamente no mês de dezembro. **PRESIDENTE:** A
3054 plenária concorda? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** A reunião
3055 que seria das comissões na quinta-feira, a quinta-feira seria a plenária extraordinária. E
3056 na sexta-feira a reunião ordinária. E as comissões se reuniriam, junto com a Mesa
3057 Diretora, on-line exclusivamente neste mês de dezembro para ver se a gente consegue
3058 agilizar. **PRESIDENTE:** No dia 14, inclusive no período da manhã porque senão não dá
3059 conta. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Eu não consigo chegar aqui para as reuniões do dia
3060 15. A gente não consegue chegar aqui, porque sair de Salinas para chegar aqui são 14
3061 horas, às vezes. É porque as reuniões vão acontecer dias 15 e 16, não é? **PRESIDENTE:**
3062 Gente, a virtual pode ser no dia 13. **GABRIELA, CMAS/SALINAS:** Não pode ser no
3063 contraturno do dia 14, por exemplo? **PRESIDENTE:** A Mesa Diretora a gente teria que
3064 fazer no dia 13 ou dia 14 para fechar a pauta e a comissão não tem. **ELDER:** Gente, a
3065 proposta é a seguinte, dias 15 e 16 serão dois dias de plenária. As reuniões das comissões
3066 serão virtuais e cada comissão decide o dia. Não tem que ser necessariamente no dia 13.
3067 Dentro dos grupos das comissões a gente discute um dia que quer fazer a reunião virtual
3068 e faz. Ouviu, Gabi? As comissões podem se reunir antes virtualmente. A gente escolhe o
3069 dia. Não tem que ser necessariamente no dia 13, no dia que a gente puder. **GRAZIELE:**
3070 Não vai poder, então teria que ser antes ou depois. **PRESIDENTE:** A Mesa Diretora dia
3071 13 ou 14, de manhã, virtual. Porque, tanto o dia 13 quanto o dia 14, são datas prováveis

3072 de jogo do Brasil de semifinal. É isso que a gente está colocando. Nem dia 13 de manhã?

3073 Gente, isso a gente pode acordar lá no grupo da Mesa Diretora, não pode? Porque é só a

3074 gente acordar a data e horário que a gente consiga participar. **GRAZIELE:** E se o jogo for

3075 meio-dia, por exemplo, a gente não pode se reunir metade do horário? Às 14h? Eu não

3076 sei se a semifinal é às 15 ou meio-dia. E não sei se vai decretar feriado. Já decretou

3077 feriado? Pois é, a gente não pode se reunir no dia 14 pela manhã? **LUCAS, CONSELHO**

3078 **CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Deixa falar para vocês. A reunião, a sessão plenária

3079 tem que durar o tempo necessário para discutir a matéria. Não é falar a plenária é só meio

3080 horário. **GRAZIELE:** Não. Estou falando da comissão. As comissões... **PRESIDENTE:**

3081 Gente, vamos discutir isso nos grupos? Porque é menos gente, é mais fácil de conciliar a

3082 disponibilidade das pessoas. Cada grupo faz o seu. Os outros assuntos a gente, o que

3083 ficou para trás, volta na pauta da próxima plenária. A plenária extraordinária no dia 15?

3084 **SIRLENE - CEAS:** A extraordinária no dia 15 e 16 a ordinária. **PRESIDENTE:** A plenária

3085 extraordinária no dia 15 para Regimento Interno. A plenária concorda? **LUCAS,**

3086 **CONSELHO CENTRAL DE CURVELO - SSVP:** Só para poder falar, é importante demais

3087 que todos os conselheiros leiam o texto anteriormente para que a gente possa avançar na

3088 discussão. **PRESIDENTE:** Agradeço a presença, boa viagem e bom retorno.

NOME	ÓRGÃO/ENTIDADE
Anna Karla Ribeiro Silva	SEAPA
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do Graal no Brasil
Carla Valéria Soares Vita	Federação das Associações sem fins econômicos de Minas Gerais - FASEMIG
Claudia Cristina Da Silva	CMAS/Uberaba
Crislaine Cristina Nascimento Flauzino	CMAS/Conselheiro Lafaiete
Daniel Martins de Mello Neto	CMAS/Barbacena
Elder Carlos Gabrich Júnior	SEDESE
Érica Pereira Alves Beltrame	CMAS/Coronel Fabriciano
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas
Graziele Vieira Cachapuz Machado	CRP
Iara da Costa Nogueira Reis	Congregação São João Batista - CSJB
Isac dos Santos Lopes	ASQUIS
Jacqueline Caldeira de Menezes Bossi	CMAS/Cordisburgo
Joao Vitor Da Silva Jorge	CMAS/Caeté
Kariny de Amorim Silva	Bem Estar do Menor
Lucas Estevão Ribeiro da Silva	Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula
Ludson Rocha Martins	CRESS
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais
Mariana de Resende Franco	SEDESE
Mariana Sousa Lopes	SEPLAG

Marilene Faustino Pereira	FETAEMG
Marinete da Silva Morais	COGEMAS
Michelle Andrade Henriques	SEE
Philippe Nunes Vieira e Silva	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS
Silvestre Dias	SEF
Simone Maria da Penha de Oliveira	CMAS/Belo Horizonte
Soraia Vanessa Silva Cruz	SEDESE

3089